

DO SAGRADO AO LAICO:

UMA PERSPECTIVA MUSEOLÓGICA SOBRE MUDANÇAS DE USO EM PATRIMÔNIOS EDIFICADOS CATÓLICOS

por

Thaís Motta do Nascimento

*Aluno(a) do Curso de Doutorado em Museologia e Patrimônio
Linha 1 – MUSEU E MUSEOLOGIA*

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio –
PPG-PMUS (UNIRIO/MAST).

Orientador: Professor(a) Doutor(a) Helena Uzeda

UNIRIO/MAST - RJ, 22 de Julho de 2025

—

FOLHA DE APROVAÇÃO

DO SAGRADO AO LAICO:

UMA PERSPECTIVA MUSEOLÓGICA SOBRE MUDANÇAS DE USO EM
PATRIMÔNIOS EDIFICADOS CATÓLICOS

Tese de Doutorado de Thaís Motta do Nascimento submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTI, como requisito final para a obtenção do grau de Doutor em Museologia e Patrimônio.

Aprovada por



Prof.(a). Dr(a). Helena Cunha de Uzeda

Documento assinado digitalmente



TERESA CRISTINA MOLETTA SCHEINER
Data: 30/10/2025 18:54:46-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof.(a). Dr(a). Teresa Cristina M. Scheiner
(membro interno - PPG-PMUS, UNIRIO/MAST)

Documento assinado digitalmente



IVAN COELHO DE SA
Data: 30/10/2025 14:40:33-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Drº Ivan Coelho de Sá
(membro interno - PPG-PMUS, UNIRIO/MAST)

Documento assinado digitalmente



JULIANA SILVA PAVAN
Data: 30/10/2025 15:42:42-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr(a). Juliana Silva Pavan
(membro externo – FAU / UFRJ)

Documento assinado digitalmente



CLAUDIA CARVALHO LEME NOBREGA
Data: 18/11/2025 22:52:22-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof.(a). Dr(a). Claudia Carvalho Leme Nóbrega
(membro externo – FAU / UFRJ)

Rio de Janeiro, 22 de julho de 2025

N244 Nascimento , Thais Motta do
DO SAGRADO AO LAICO: UMA PERSPECTIVA MUSEOLÓGICA SOBRE
MUDANÇAS DE USO EM PATRIMÔNOS EDIFICADOS CATÓLICOS / Thais
Motta do Nascimento . -- Rio de Janeiro : UNIRIO, 2025.
177

Orientadora: Helena Cunha de Uzeda.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Estado do
Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Museologia e
Patrimônio, 2025.

1. Patrimônio edificado católico. 2. Reutilização. 3.
Musealização de igrejas. I. Uzeda, Helena Cunha de ,
orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Essa pesquisa foi fruto de profunda reflexão e observação sobre as formas de apropriação e da dinâmica da vida na cidade. Resultado de mais de dez anos de estudo, iniciados ainda na Graduação em Arquitetura e Urbanismo, na UFRJ, e desenvolvidos ao longo da participação em iniciação científica, pós-graduação *lato sensu* e no Mestrado.

Foram muitos anos percorridos nessa trajetória, acompanhados por diversas fases da vida. Por isso, em primeiro lugar, expresso minha gratidão a Deus, que não apenas me deu a oportunidade de concluir essa jornada, mas também a indicou para mim, ainda tão jovem. A clareza dessa vocação se revelou aos 20 anos, durante experiências como monitora em disciplinas de História da Arte, quando percebi minha inclinação para a pesquisa. Deus também foi meu suporte em meio a muitas mudanças, permitindo-me o tempo necessário para realizar um importante tratamento de saúde mental. É imensamente gratificante chegar ao fim deste trabalho e reconhecer que recuperei minha capacidade de concentração e de expressar minhas reflexões com credibilidade e confiança. Algo que, em determinado momento, parecia perdido diante de inúmeras crises de ansiedade, insônia e transtorno pós-traumático. Por muito tempo, concluir essa pesquisa pareceu um sonho inalcançável, mas, enfim, tornou-se realidade.

Preciso agradecer, com todo o meu coração, à minha mãe, que me deu apoio emocional e acesso ao tratamento médico, além de ter abraçado este sonho como se fosse dela. Este título de “Doutora” pertence a mim e a você! Por toda sua força ao conciliar inúmeros empregos simultaneamente, sem nunca permitir que me faltasse nada, investindo em minha cultura e intelecto como alicerce fundamental para minhas decisões.

Agradeço também à minha orientadora do mestrado e convidada externa da banca examinadora, a quem, carinhosamente, chamo de “mãe acadêmica”. A Prof.^a Dr.^a Claudia Nóbrega sempre me acolheu, orientou e guiou por caminhos certos. Seus conselhos são tão valiosos que parecem profecias. Foi ela quem me indicou o PPG-PMUS, destacando que essa experiência enriqueceria profundamente minha perspectiva sobre patrimônio por meio de trocas multidisciplinares. Se hoje cheguei até aqui, devo isso a você! Dedico minha eterna gratidão e carinho por tudo que Claudia representa. Seu conhecimento é vasto, sua paciência imensa e seu senso de humor

contagante! Claudia teve um papel essencial na minha formação acadêmica e no meu amadurecimento pessoal.

Da mesma forma, expresso meu agradecimento à Prof.^a Dr.^a Helena Uzeda, minha orientadora, que me escolheu e me guiou até aqui. Com uma paciência admirável, soube acalmar meu desespero e me incentivou a não desistir. Sou imensamente grata por seu acolhimento e por acreditar que este trabalho daria certo.

Aos meus amigos, deixo também minha profunda gratidão. Em especial à Ana Beatriz Campos, que, durante a pandemia, cursou disciplinas eletivas comigo no PROARQ/UFRJ. Nunca me deixou só! Sempre crescemos juntas, nos apoiamos nos momentos difíceis e celebramos nossas conquistas como irmãs. Este título também é seu, minha amiga!

Agradeço ainda à Mariane Sá, minha amiga e professora de arquitetura, um presente que o IFFRJ me deu, diretamente de Campos dos Goytacazes. Foi ela quem me mostrou a importância de buscar ajuda e aceitar o tratamento de saúde mental. Afinal, qualidade de vida não significa apenas seguir em frente – significa viver de forma plena e não transformar cada dia em uma luta sem fim. Muito obrigada por seus sábios conselhos, acolhimento e pelas incontáveis horas de sono que sacrificou para me dar suporte. Terei carinho infinito e orgulho pelo seu futuro título de Doutora, que em breve será sua merecida conquista!

Agradeço ao meu companheiro e amor, André Luis, por sua paciência, incentivo nos momentos de descanso e retomada. Sua tranquilidade de viver é inspiradora.

Aproveito a oportunidade para agradecer ao Programa de Museologia e Patrimônio, da UNIRIO, bem como aos professores que gentilmente participaram da banca, Prof.^a Dr.^a Tereza Scheiner, Prof. Dr.^o. Carlos Terra e Prof.^o Dr. ^o Ivan Coelho de Sá. A contribuição de vocês foi de grande importância para esse trabalho e deixou o processo muito mais leve.

Com estas palavras, concluo meus agradecimentos e expresso meu profundo desejo de que este trabalho contribua, de maneira significativa e eficaz, para a preservação do patrimônio em nosso país.

RESUMO

NASCIMENTO, Thaís Motta do. **Do sagrado ao laico: Uma perspectiva museológica sobre mudanças de uso em patrimônios edificadas católicos.** Orientador: Helena Uzeda. UNIRIO/ MAST. 2025. Tese

Na contemporaneidade, o perfil religioso da sociedade apresenta mudanças significativas: embora a Igreja Católica Romana ainda mantenha sua posição histórica de liderança, observa-se o crescimento de pessoas que se declaram “sem religião” e a expansão de outras tradições religiosas, o que impacta diretamente o uso e a preservação dos patrimônios edificadas católicos. Esta pesquisa concentra-se nesses bens, tradicionalmente associados à tradição católica e à memória cultural de diferentes comunidades, buscando compreender a viabilidade e os efeitos da inserção de funções laicas nesses espaços. A musealização surge como estratégia central de preservação, ao procurar resguardar valores históricos e simbólicos originalmente vinculados ao uso religioso, sem perder de vista sua relevância como patrimônio cultural. A investigação combina revisão bibliográfica, levantamento histórico, visitas presenciais e virtuais, além da análise de casos em que intervenções arquitetônicas possibilitaram a salvaguarda de edifícios religiosos subutilizados, sempre orientadas por princípios museológicos. Entre os desafios enfrentados, destacam-se a escassez de estudos acadêmicos e a ausência de levantamentos oficiais que oferecessem dados quantitativos robustos. Ainda assim, os resultados evidenciam o protagonismo do projeto arquitetônico como fator determinante na relação entre o antigo e o novo, permitindo classificar as intervenções em duas categorias: aquelas que buscam equilíbrio com a estrutura histórica e aquelas que introduzem tensões críticas, promovendo reinterpretações do espaço. A comparação entre contextos revela que, no Brasil, prevalece maior proximidade com os usos originais, enquanto na Europa observa-se diversidade de soluções, sustentadas por políticas de preservação mais definidas. Conclui-se que a limitada adoção de novos usos para essas edificações no Brasil como uma estratégia de preservação relaciona-se, sobretudo, à carência de diretrizes claras por parte dos órgãos de preservação e da administração pública.

Palavras-chave: Museologia; Patrimônio edificado católico; Reutilização; Musealização de igrejas;

ABSTRACT

NASCIMENTO, Thaís Motta do. **Do sagrado ao laico: Uma perspectiva museológica sobre mudanças de uso em patrimônios edificadas católicos.** Supervisor: Helena Uzeda. UNIRIO/ MAST. 2025. Tese.

In contemporary society, the religious profile has undergone significant changes: although the Roman Catholic Church still maintains its historical position of leadership, there has been notable growth in the number of people who identify as “non-religious,” along with the expansion of other religious traditions, directly impacting the use and preservation of Catholic built heritage. This research focuses on these assets, traditionally linked to Catholic tradition and the cultural memory of different communities, seeking to understand the feasibility and effects of introducing secular functions into such spaces. Musealization emerges as a central preservation strategy, aiming to safeguard the historical and symbolic values originally associated with religious use, while recognizing their relevance as cultural heritage. The investigation combines bibliographic review, historical survey, on-site and virtual visits, as well as case studies where architectural interventions enabled the safeguarding of underused religious buildings, guided by museological principles. Among the main challenges were the scarcity of academic studies and the lack of official surveys providing consistent quantitative data. Nevertheless, the results highlight the central role of architectural design in mediating the relationship between old and new, allowing interventions to be classified into two categories: those that seek balance with the historical structure and those that introduce critical tensions, fostering reinterpretations of the space. A comparison between contexts reveals that in Brazil interventions tend to maintain greater proximity to original religious uses, whereas in Europe more diverse solutions prevail, supported by well-established preservation policies. It is concluded that the limited adoption of new uses in Brazil is primarily related to the absence of clear guidelines from preservation agencies and public administration.

Keywords - Museology; Catholic Built Heritage; Adaptive Reuse; Church Musealization;

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS:

ARDA	<i>Association of religion data archives</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CECI	Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada
CIA	Central Intelligence Agency
FMRB	Fundação da Memória Republicana Brasileira
ICOM	<i>International Council of Museums</i> (Conselho Internacional de Museus) - órgão filiado à UNESCO
ICOFOM	<i>International Committee for Museology, ICOM</i> (Comitê Internacional de Museologia do Conselho Internacional de Museus)
ICOMOS	Conselho Internacional de Sítios e Monumentos
ICCROM	Centro Internacional para a Preservação e o Estudo de Patrimônio Cultural
IPHAN	Instituto de Patrimônio Artístico e Histórico Nacional
NBR	Norma Técnica Brasileira
ONU	Organização das Nações Unidas
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	Pág.
Figura 01	07
Figura 02	28
Figura 03	28
Figura 04	28
Figura 05	28
Figura 06	29
Figura 07	29
Figura 08	29
Figura 09	29
Figura 10	30
Figura 11	30
Figura 12	40
Figura 13	41
Figura 14	42
Figura 15	46
Figura 16	54
Figura 17	56
Figura 18	57
Figura 19	58
Figura 20	60
Figura 21	61
Figura 22	61
Figura 23	62
Figura 24	62
Figura 25	64
Figura 26	80
Figura 27	80
Figura 28	81
Figura 29	87
Figura 30	89
Figura 31	89
Figura 32	90
Figura 33	97
Figura 34	107

Figura 35	Convento das Mercês em vista aérea, do claustro interno e do pátio posterior.	108
Figura 36	Convento das Mercês, vista do claustro interno e do pátio posterior.	108
Figura 37	Métodos construtivos e materiais originais combinados com novos elementos na intervenção no antigo Convento das Mercês.	108
Figura 38	Imagem sacra e sino expostos sem identificação nos corredores.	109
Figura 39	Setor de restauração.	109
Figura 40	Espaços expositivos.	110
Figura 41	Hotel Pestana, antigo convento do Carmo em Salvador.	112
Figura 42	Análise da planta baixa original do Convento do Carmo, com o reconhecimento dos usos adaptados ao longo dos anos.	113
Figura 43	Claustro menor do Convento do Carmo.	113
Figura 44	Composições de interiores misturam elementos originais com decoração historicista.	114
Figura 45	Piscina criada no Claustro maior, adaptação para atendimento da demanda de lazer como uso de hotel.	116
Figura 46	Exemplo de um dos quartos com banheiro adaptado.	116
Figura 47	Igreja medieval adaptada para o uso como livraria e restaurante na Holanda.	119
Figura 48	Vista da nave central, detalhes para as abóbadas de arestas e o órgão ao fundo da igreja adaptada para livraria.	120
Figura 49	Perspectiva explodida apresenta nova setorização da antiga igreja	121
Figura 50	Escada de acesso aos mezaninos.	122
Figura 51	Vista do mezanino criado na antiga nave lateral.	122
Figura 52	Espaço para a cafeteria e restaurante no local do antigo altar.	122
Figura 53	Espaço expositivo do mobiliário original como uso religioso.	123
Figura 54	Detalhes dos afrescos originais nas abóbadas que foram mantidos.	123
Figura 55	Colégio do Mosteiro do Caraça antes do incêndio de 1968	126
Figura 56	Colégio do Mosteiro do Caraça após incêndio, em 1968	126
Figura 57	Planta do Colégio do Santuário do Caraça	127
Figura 58	Foto aérea da intervenção realizada na ruína do antigo colégio.	127
Figura 59	Espaço museológico do Santuário do Caraça instalado na antiga área arruinada.	127
Figura 60	Museu do Santuário do Caraça instalado na ruína preexistente.	127
Figura 61	Registro da Igreja de Santa Bárbara antes da intervenção.	130
Figura 62	Igreja de Santa Bárbara desativada	130
Figura 63	Pinturas nas abóbodas fazem referências aos personagens bíblicos.	131
Figura 64	Aproveitamento da estrutura preexistente.	131
Figura 65	Estrutura da pista de skate removível e aproveitamento do balcão lateral original.	132
Figura 66	Foto da demolição do convento de Sant Francesc.	134
Figura 67	Para interna da igreja em ruínas.	134
Figura 68	Intervenções que destacam a relação “antigo versus novo” no projeto.	135
Figura 69	Claraboias na cobertura para manter a entrada de luz natural e a ambiência criada pelo arruinamento.	135
Figura 70	Uso para um concerto no espaço do teatro multifuncional.	135
Figura 71	Circulação apresenta o encontro entre o antigo e o novo através da materialidade.	135
Figura 72	Planta dos pavimentos intermediários criado nas capelas laterais em estruturas metálicas independentes da estrutura da antiga igreja.	136

Figura 73	Igreja de São Tiago em Óbidos.	138
Figura 74	Estrutura móvel que cria um novo percurso dentro do ambiente da antiga igreja.	139
Figura 75	Otimização do espaço para utilização como livraria	139
Figura 76	Parte da nave central ocupada pela estrutura da estante que faz nova compartimentação do ambiente.	139
Figura 77	Nichos do altar parcialmente mantidos na nova utilização da antiga igreja.	140
Figura 78	Fachada da Igreja de São Tiago após a mudança para o novo uso como livraria.	140
Figura 79	Opções de novos usos para edificações católicas abandonadas ou subutilizadas em nível internacional.	144
Figura 80	Mapa mental orientativo para escolha de um novo uso para edificação católica abandonada ou subutilizada de pequeno porte.	145
Figura 81	Mapa mental orientativo para escolha de um novo uso para edificação católica abandonada ou uso utilizada de médio porte	146
Figura 82	Mapa mental orientativo para escolha de um novo uso para edificação católica abandonada ou uso utilizada de grande porte.	147

LISTA DE QUADROS

		Pág.
Quadro nº1	Análise de projetos de intervenção para mudança de uso em patrimônio católico edificado a partir de parâmetros orientativos.	104
Quadro nº2	Análise do projeto de intervenção no antigo Convento das Mercês a partir de parâmetros orientativos	111
Quadro nº3	Análise do projeto de intervenção no antigo Convento do Carmo a partir de parâmetros orientativos.	117
Quadro nº4	Análise do projeto de intervenção na antiga igreja medieval Broerenklooster a partir de parâmetros orientativos.	124
Quadro nº5	Análise do projeto de intervenção no antigo colégio do Santuário do Caraça a partir de parâmetros orientativos.	128
Quadro nº6	Análise do projeto de intervenção na antiga Igreja de Santa Bárbara a partir de parâmetros orientativos	132
Quadro nº7	Análise do projeto de intervenção na antiga Igreja de Sant Francesc a partir de parâmetros orientativos	137
Quadro nº8	Análise do projeto de intervenção na antiga Igreja de São Tiago a partir de parâmetros orientativos	138

SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO	02
Cap. 1 O PATRIMÔNIO RELIGIOSO EDIFICADO E SUA FORMAÇÃO	18
1.1 – OS TEMPLOS CATÓLICOS COMO VEÍCULOS DE REPRESENTATIVIDADE HISTÓRICA, ARTÍSTICA E CULTURAL	23
1.1.1 – A composição arquitetônica dos templos católicos	26
1.1.2 – A simbologia da arquitetura religiosa e sua aplicação no catolicismo	31
1.2 – ASPECTOS MATERIAIS E IMATERIAIS QUE CARACTERIZAM A PATRIMONIALIZAÇÃO DE BENS ARQUITETÔNICOS	37
1.3 – O DECLÍNIO DA INFLUÊNCIA CATÓLICA NA AMÉRICA LATINA E AS REPERCUSSÕES SOBRE OS USOS DE SUA ARQUITETURA	41
1.4 – O PROCESSO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO	47
1.4.1 – Europa	54
1.4.2 – Américas e África	56
1.4.3 – Brasil	60
Cap. 2 DIRECIONAMENTOS MUSEOLÓGICOS, DESAFIOS PARA SALVAGUARDA E AÇÕES DE INTERVENÇÃO EM BENS ARQUITETÔNICOS RELIGIOSOS	67
2.1 – ORIENTAÇÕES NA GESTÃO DE PATRIMÔNIOS RELIGIOSOS EDIFICADOS	68
2.2 – RECOMENDAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO NO PATRIMÔNIO RELIGIOSO PELA UNESCO, ICOMOS E ICOM	72
2.2.1 – Recomendações de países referência na proteção e intervenção em patrimônios religiosos obsoletos.	72
2.2.2 – Recomendações sobre a atuação no patrimônio religioso pela Unesco, Icomos e Icom	78
2.2.3 – Instâncias de preservação em âmbito nacional.	84
2.2.4 – Intervenções e apropriações por parte da população	91
2.2.5 – Orientações existentes na Teoria do Patrimônio	
2.3 PERSPECTIVAS SOBRE O PROCESSO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO RELIGIOSO E SUA MUSEALIZAÇÃO	95
Cap. 3 NOVOS USOS PARA O PATRIMÔNIO EDIFICADO RELIGIOSO – ALTERNATIVAS ENTRE EQUILÍBRIOS E TENSÕES	100
3.1 - EXEMPLOS DE INTERVENÇÕES QUE BUSCARAM PELO EQUILÍBRIO ENTRE O USO ORIGINAL E A NOVA FUNÇÃO	105
3.2 EXEMPLOS DE INTERVENÇÕES QUE BUSCARAM ACENTUAR UMA TENSÃO ENTRE O USO ORIGINAL E A NOVA FUNÇÃO	130
3.3 PROJEÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DE MUDANÇAS DE USOS EM PATRIMÔNIOS RELIGIOSOS EDIFICADOS NO BRASIL	142

CONSIDERAÇÕES FINAIS

146

REFERENCIAS

156

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Desde as sociedades mais antigas, a religião configura-se como um dos elementos estruturantes da vida humana, orientando práticas sociais, culturais e políticas. A busca por respostas diante da finitude, das incertezas e das adversidades estimulou a criação de sistemas de crença capazes de oferecer sentido à existência e perspectivas de continuidade. Nesse processo, a organização comunitária e a própria noção de identidade coletiva foram sendo moldadas em estreita relação com a fé. À medida que a complexidade social se intensificava, as manifestações religiosas tornaram-se igualmente mais elaboradas, assumindo funções que extrapolaram a esfera espiritual. Assim, as religiões passaram a atuar não apenas como canais de devoção, mas também como sistemas normativos e doutrinários, estabelecendo valores, regras de conduta e formas de coesão social.

Entre as diversas religiões, o cristianismo destacou-se pela difusão dos feitos de Jesus Cristo de Nazaré, considerado o Messias. A rápida expansão de seus seguidores produziu impactos políticos e econômicos, mobilizando transformações que questionaram sistemas de domínio populacionais e territoriais. Ao atingir proporções significativas no Oriente Médio e na Europa, o Império Romano, que detinha vasto território, adotou o cristianismo como religião oficial, substituindo a antiga tradição politeísta. Essa decisão, além de responder a vulnerabilidades internas, fortaleceu a soberania imperial, consolidando vínculos entre poder político e doutrina religiosa. Com a criação da religião Cristã Católica (universal) e os vínculos reestruturados entre a política e a doutrina religiosa, os romanos conseguiram assegurar seu poder, além de deixar um legado que perdura até a atualidade, conforme comenta o historiador de história da arte norte-americano Bruce Shelley (SHELLEY, 2018, p.10).

Outros marcos históricos, como as expedições marítimas deram continuidade à expansão do catolicismo, orientada tanto pela ótica do “salvamento das almas” quanto pela função de controle territorial. Esse movimento configurou novos quadros culturais em diferentes regiões e elevou o catolicismo a uma das religiões mais difundidas do planeta, conforme demonstram os dados do *World Religion Database* (2010), que serão apresentados adiante nesse trabalho. Entretanto, fatores como a corrupção e envolvimento em ações desastrosas como as guerras e o crescimento de outras crenças, resultaram na desaceleração do crescimento dessa religião por todo o mundo, desde meados do século XX. O historiador português e Delegado do Conselho Pontifício da Cultura, Carlos Azevedo, comenta no livro “*Dio non abita piú qui?*” (2019), o processo de secularização da sociedade ocidental, o declínio da prática litúrgica, a escassez de vocações sacerdotais, a concorrência de religiões no meio urbano, o despovoamento

do meio rural e a falta de presbíteros estáveis são algumas das razões que também podem ter ocasionado tal enfraquecimento. Até então, como potência cultural e espiritual, a Igreja Católica promovia a construção de templos, conventos, mosteiros e colégios como suporte material de sua influência. Contudo, as transformações mencionadas reduziram a demanda por novas edificações, evidenciando um quadro de estagnação.

Estudos recentes indicam que essa tendência não se limita ao catolicismo, mas também a outras denominações cristãs. Em escala global, observa-se desaceleração ou declínio, contrastando com o aumento da população que se declara sem religião. As análises do *Statistics and Data* (2022) apontam exceções regionais, como o crescimento do protestantismo em alguns países e o avanço de religiões como o islamismo e o budismo, que serão detalhadas ao longo da pesquisa. Reforça-se que esse recorte se refere às mudanças ocorridas mundialmente nas religiões cristãs. Esse cenário sobre as crenças dominantes em nosso tempo presente alimenta debates sobre a secularização, questionando se a humanidade caminha para a não dependência de sistemas religiosos. Independentemente dessa trajetória, permanece o legado material de inúmeros templos, cuja relevância histórica e simbólica exige estratégias de preservação. O abandono ou a subutilização dessas construções provoca impactos na gestão pública do patrimônio cultural e na percepção coletiva, transcendente à esfera religiosa, dado o papel das igrejas na paisagem urbana (AZEVEDO, 2018, p.12).

Nas últimas décadas, cresce o número de edificações católicas fechadas, subutilizadas ou abandonadas pela diminuição de fiéis. Esse fenômeno tem motivado a busca por alternativas que assegurem sua permanência, por meio de estratégias de gestão integrada do patrimônio. Diversos estudos acadêmicos discutem tais experiências em contextos internacionais, como: *“Religious heritage and change in the North”* (2023 - Europa), *“Adaptation of redundant churches to alternative uses in the Italian context”* (2005 – Itália), *“New Uses for Former Church Buildings: A Study of Inspiration and Hope”* (2006 – Escócia), *“La reutilización eclesial de las iglesias en desuso: cuestiones históricas y críticas en el reciente documento del Consejo Pontificio para la Cultura”* (2018 - Espanha), *“Les défis de la conservation du patrimoine de l’Église de Suède : financement étatique et continuité de l’usage”* (2017 – Suécia), *“Le rôle des dimensions urbaine, architecturale et sociale dans le processus de requalification patrimoniale des églises catholiques excédentaires de montréal”* (2019 – Canadá), dentre outros exemplos.

A partir de uma observação inicial, foi possível constatar que no Brasil, entretanto, a discussão permanece incipiente. Esse atraso pode ser explicado pela forte

base católica nacional, pelo conservadorismo cultural e pela ausência de políticas públicas voltadas ao tema. Ainda assim, já se identificam dois grupos de situações:

- Edificações católicas com baixa demanda de uso, algumas sem padre responsável, e/ou que recebem celebrações esporadicamente. Ou outras que já encerraram seu uso religioso por completo e contam com alguma ação de preservação ou tombamento realizado pelos órgãos responsáveis ou por associações comunitárias, mas que ainda se mantêm subutilizadas; casos que são encontrados principalmente em cidades coloniais e centros históricos, como o Solar e Colégio dos Jesuítas em Campos dos Goytacazes (RJ), algumas das igrejas parte do conjunto de Ouro Preto e outras cidades em Minas Gerais;
- Edificações católicas detentoras de representação cultural, que trazem à memória o objeto arquitetônico como referência e que recebem adaptações para usos improvisados, como a liberação do espaço para visitas turísticas. Está é uma ação que pode culminar com a musealização da nave ou de toda a edificação, como um incentivo à proteção como um patrimônio *in situ*; como o Convento de Santo Antônio do Valongo em Santos (SP), adaptado como restaurante em dias de celebrações, e a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco em Salvador (BA) que foi musealizada;

Ainda que detentores de proteção legal, muitos desses bens sofrem ações de conservação precárias. A limitação aparentemente abre brechas para que, diante da carência, muitos bens sejam transferidos de seus proprietários originais - poder eclesiástico, ou de fundações privadas para a administração pública – Prefeituras, Governos Estaduais e Federal, através dos órgãos de preservação. Nesses casos, a administração pública passa a ter autoridade de decidir qual será o destino do bem, a partir dos balizadores existentes no processo de tombamento, podendo permitir mudanças radicais, caso não haja nenhuma legislação que as impeçam. Com essa possibilidade de venda ou locação desses bens, começaram a surgir no Brasil, a partir dos anos 2000, prédios de antigos conventos, mosteiros e colégios ligados às Ordens que foram transferidos à iniciativa privada. Esses foram adaptados para usos como resorts, restaurantes, livrarias, museus, como ocorreu com o Convento das Mercês, em São Luís (MA). Paralelamente, há apropriações informais pela população, sobretudo em capelas e igrejas menores, transformadas em centros comunitários ou habitações.

Essas adaptações, superficialmente comentadas na introdução desse trabalho, são o cerne da pesquisa, que se debruça sobre o desenvolvimento de análises que

permitam a compreensão sobre tais recorrências. Vislumbra-se basear essa pesquisa no entendimento das discussões e direcionamentos existentes em outros países, sobre como tem se configurado a relação de equilíbrios e tensões projetuais nos casos em que ocorreram mudanças do uso religioso para o laico. Isso inclui o respeito à categoria de patrimônio, aos valores atribuídos, à postura para com o passado sacro e ao nível de conservadorismo da população, que demandaram intervenções arquitetônicas e estruturais, alterando a qualidade de percepção espacial, as relações com o simbolismo do uso original e do novo escolhido, dentre outros. Além de averiguar como essas transformações vêm ocorrendo no Brasil, podendo resultar na elaboração de reflexões sobre as possibilidades a partir de nossas características e viabilidade econômica.

Foi nesse momento, ao buscar por casos análogos para a pesquisa, que se ampliou o leque de opções, encontrando-se uma variedade de usos para esses bens arquitetônicos, até mesmo em países de maioria católica, como Portugal, Espanha, e Itália, que vivenciam a religiosidade de forma intensa, mas que desde a década de 1960 iniciaram um processo crescente de desativações em igrejas, conforme aponta Thomas Comans (2018). Além de garantir a salvaguarda da edificação, o aproveitamento dessas construções religiosas com escolhas compatíveis com suas vocações urbanas e culturais também direciona alternativas para preservar seus bens integrados, entre a permanência ou a retirada e envio aos museus. Criam-se respostas criativas a partir da participação da população, que valoriza seus símbolos e pode resultar em um ambiente expositivo dentro da própria edificação. Essa estratégia pode promover um diálogo com o novo uso e possibilitar que os bens integrados e mobiliários sejam mantidos onde sempre estiveram, sendo admirados e ressignificados *in situ*, por exemplo.

Dessa forma, o objetivo desta pesquisa é compreender os processos de reutilização do patrimônio arquitetônico religioso católico. Busca-se analisar os pontos positivos e negativos, focando em casos nos quais existam acessos às documentações do projeto, permitindo traçar recorrências e reflexões a partir de uma perspectiva museológica.

É válido reforçar que essas edificações são importantes referências na paisagem e na formação cultural, sendo detentoras de grande potencial para serem compreendidas como algo além de um espaço arquitetônico e auxiliem no reforço de identidade e pertencimento das populações locais. A viabilidade de realizar adaptações arquitetônicas pode se constituir em uma fonte auxiliar na manutenção cultural, capaz de permanecer na memória do território em que se inscreve, ainda que ressignificada em seu uso para a população local.

Para esta tese, entende-se o pensamento museológico, conforme coloca a Doutora museóloga Teresa Scheiner (2007), de que o museu atua como uma construção de signos formados a partir de percepções identitárias e de memórias, que podem ser expressas de formas diversas no tempo e no espaço por meio da interpretação de uma mensagem a ser comunicada e perpetuada pela ação museológica. Assim, os espaços religiosos adaptados preenchem os requisitos para o caso de uma musealização *in situ*, mesmo que se sobreponham no espaço outros usos e funções, ao promover a preservação e conservação de seu significado original junto ao seu contexto. A ação musealizadora também visa conferir se tais modificações propostas alteram, valorizam ou desvalorizam suas atribuições, a partir da capacidade comunicativa e interpretativa que a museologia e o museu detêm. Essa pesquisa está sendo realizada para a compreensão e contextualização geral sobre toda a amplitude que a museologia tem a capacidade de abordar.

Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa é identificar e analisar a reutilização em patrimônios edificados católicos para laicos e suas relações com a musealização, como forma de salvaguarda e de manter reconhecível seus significados originais.

Os objetivos específicos seguem na lista abaixo:

- Identificar demandas e recorrências no processo de subutilização, abandono e as novas alternativas para esse patrimônio;
- Reconhecer recorrências nas intervenções arquitetônicas propostas e examinar os equilíbrios e tensões estabelecidos entre as novas propostas de uso e a preexistência arquitetônica;
- Avaliar, sob a perspectiva museológica, se as mudanças de uso contribuem efetivamente para a preservação do patrimônio;
- Investigar a associação do uso musealizado como estratégia de valorização do patrimônio, compreendido como capital sociocultural, capaz de impulsionar a implementação de novos programas;
- Identificar a atuação das legislações como instrumentos balizadores que viabilizam ou restringem reaproveitamentos e adaptações;
- Analisar a capacidade comunicativa do valor originalmente atribuído à edificação após a intervenção;
- Traçar paralelos comparativos entre exemplos brasileiros e internacionais;

Por toda a Europa tornou-se recorrente a divulgação de notícias acerca da venda ou adaptação de edificações religiosas cristãs para novos usos (figura 1). Tal fenômeno pode ser interpretado como expressão de um processo de secularização e ressignificação desses espaços. A subutilização de templos, frequentemente reconhecidos como bens de valor patrimonial devido à sua ampla representatividade cultural, tem suscitado reflexões alinhadas às transformações religiosas vividas pela sociedade ao longo do último século.

Essas construções apresentam, em geral, altos custos de manutenção, o que dificulta sua conservação e demanda que a Igreja ou as instituições mantenedoras busquem alternativas de viabilização. Nesse contexto, a mudança para usos laicos configura-se como uma solução possível, desde que estabeleça um diálogo com os símbolos e significados originais que remetem ao uso religioso primário. Tal estratégia contribui para a sustentabilidade financeira e, ao mesmo tempo, fortalece a permanência das edificações, conciliando preservação material e ressignificação social.

Figura 1 - Compilado de notícias sobre mudança de usos em igrejas.



Fonte – T. Nascimento. Fonte da imagem: Compilação do autor, 2023

Por se tratar de um fenômeno relativamente recente, as tentativas de regulamentação e de definição de diretrizes técnicas voltadas à mudança de uso em edificações religiosas ainda estão em desenvolvimento. Esse movimento é mais evidente em países com tradição mais longa nessa prática, como os da Europa e da América do Norte, embora a produção de estudos sistematizados e estatisticamente consistentes ainda seja restrita. A publicação *“Diù non abitare più”* (2019), ressalta que tais processos, em geral, só são percebidos quando uma edificação patrimonializada

desaparece ou sofre alterações significativas, momento em que se evidencia a perda de um patrimônio de elevado valor cultural.

Na Europa, esse movimento já se delineava desde meados do século XX. Em ritmo mais lento, fenômenos semelhantes começam a ser identificados na África e nas Américas, incluindo o Brasil, sobretudo em decorrência da diminuição das demandas religiosas e da consequente subutilização das edificações católicas. No contexto brasileiro, observa-se que os auxílios disponibilizados pelos órgãos oficiais de preservação às edificações tombadas são limitados e, muitas vezes, insuficientes para garantir condições de conservação adequadas e sustentáveis a longo prazo.

Com base nas observações desta pesquisa, verifica-se que, no Brasil, já existem casos expressivos de igrejas coloniais e imperiais que deixaram de realizar celebrações religiosas. Algumas dessas edificações encontram-se totalmente desativadas, sem a presença de padres ou bispos responsáveis, enquanto outras foram convertidas em museus sacros, independentemente da ordem religiosa originalmente associada. Essas soluções buscam preservar a utilidade social dos edifícios e resguardar os significados que justificam sua proteção, mitigando processos de esvaziamento ou perda de relevância cultural.

Todavia, diferentemente da Europa — e, em menor medida, em países como Estados Unidos e Canadá —, o Brasil ainda não elaborou orientações específicas para lidar com a chamada “pós-vida” do patrimônio arquitetônico religioso. De forma incipiente, começam a surgir experiências de adaptação para usos seculares, como restaurantes, lojas de souvenirs, espaços expositivos, museus e, inclusive, hotéis. A seguir, apresentam-se alguns dos principais casos identificados em território nacional:

- Convento das Mercês (1654), em São Luis do Maranhão, adaptado durante a década de 1990 para ser sede da Fundação da Memória republicana brasileira (museu, centro de restauração e instituto);
- A Igreja da Ordem Terceira de São Francisco (1705), em Salvador, Bahia, que passou por intervenção para criação de um museu;
- Convento da Ordem Terceira da Conceição (século XVI), localizada em Olinda, Pernambuco. Adaptado para o funcionamento como pousada e centro de eventos em 2018.
- Santuário do Caraça (1774) em Mariana, Minas Gerais. Reativado na década de 1970 para uso como pousada, restaurante, lanchonete, loja e museu (1989).

- Igreja de Santa Rita (1722), em Paraty, no Rio de Janeiro. A edificação foi musealizada e abriga atualmente o Museu de Arte Sacra de Paraty (1969).

Por essa razão, a presente pesquisa tem como propósito identificar ocorrências de mudanças de uso em edificações religiosas, examinando as alternativas disponíveis, as ações consideradas adequadas e viáveis, bem como sua contribuição para a seleção dessas construções. Busca-se compreender quais delas podem ser consideradas dispensáveis ao culto católico e, portanto, passíveis de adaptação a novas funções de forma segura, e quais detêm valores reconhecidos oficial ou culturalmente, devendo ser preservados como templos, independentemente da continuidade das práticas litúrgicas. Reconhece-se que a introdução de usos não sacros implica desdobramentos de ordem jurídica, social, política, econômica e cultural, o que amplia a complexidade do debate.

No caso do patrimônio religioso edificado, problemática torna-se de maior complexidade, uma vez que o reconhecimento desses bens ultrapassa a atribuição de valores históricos e artísticos, inserindo-os em um panorama simbólico mais amplo. Tais construções configuram-se como plataformas de manifestações culturais, elementos estruturadores de paisagens urbanas e rurais, além de suportes para celebrações e práticas sociais diversas. Dessa forma, entende-se que sua permanência não deve ser condicionada apenas à retração do uso religioso, mas também a uma consciência social que reconhece a gravidade das perdas patrimoniais e culturais decorrentes de seu desaparecimento ou abandono.

A abordagem museológica proposta nesta Tese busca entender como atuar em diálogo com a arquitetura patrimonializada, estabelecendo estratégias respeitadas e consistentes. Pretende-se identificar os pontos de equilíbrio e de tensões presentes nas decisões projetuais, tanto físicas quanto conceituais, associadas às adaptações. Ademais, objetiva-se verificar a recorrência da utilização dessas edificações como espaços de exposição de objetos sacros ou por meio da musealização integral do bem — práticas que, além de salvaguardar os elementos religiosos nelas integrados, asseguram a transmissão e a permanência de seus sentidos originais.

Justifica-se, assim, a necessidade de refletir sobre a pertinência da inclusão de novos usos como estratégia de continuidade para esses bens. Busca-se avaliar em que medida tal alternativa pode configurar uma solução respeitosa, capaz de resguardar signos e significados que preservem sua memória e função originária, ou, ainda, integrar usos não sacros que, de forma planejada, tragam benefícios econômicos e sociais, evitando processos de abandono, arruinamento ou destruição. Desse modo, pretende-

se compreender como a alteração de usos em prédios religiosos pode contribuir para a gestão, valorização e conscientização patrimonial, fortalecendo a preservação do patrimônio católico no Brasil.

A temática abordada dialoga, igualmente, com inquietações e motivações pessoais que orientam meus objetivos acadêmicos e profissional. Sempre almejei que meu trabalho resultasse em contribuições de caráter prático, conciliando pesquisa e aplicação social. Embora o patrimônio, enquanto testemunho do passado histórico e cultural, seja o foco de interesse central, reconheço a urgência de pensar estratégias que assegurem sua permanência no futuro. Tal perspectiva motivou meu ingresso no Doutorado em Museologia e Patrimônio, orientado pelo desejo de ampliar reflexões sobre formas de preservação e valorização do legado cultural.

Meu interesse concentra-se, em especial, no patrimônio religioso que compõe as paisagens urbanas não apenas por suas qualidades artísticas, mas também pelo entrelaçamento de sua trajetória com a própria história do país. A partir do contato com a Museologia tornou-se evidente que a arte sacra, a arquitetura das igrejas e a espacialidade religiosa extrapolam sua função de templos, configurando-se como documentos culturais de grande relevância. Esse entendimento reforçou a necessidade de aprofundar o presente estudo.

No âmbito de minha atuação profissional como coordenadora do Escritório Modelo do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estácio de Sá – Resende/RJ, espaço colaborativo que oferece atendimento gratuito à comunidade em questões técnicas e legais, constatei a carência de orientações acessíveis para proprietários e usuários de imóveis históricos. Frequentemente, famílias herdeiras de edificações situadas no centro histórico da cidade procuram orientações, mas, diante da falta de informações adequadas, acabam optando pelo abandono, resultando em arruinamento e perda.

Essas experiências demonstram que, em muitos casos, a mobilização popular obtém mais resultados do que as iniciativas promovidas pelos órgãos públicos. Contudo, a ausência informações claras e acessíveis gera danos irreversíveis e coloca os bens em risco. Essa visão pedagógica — de aproximar a sociedade de seus patrimônios — orienta minha atuação como docente e inspira o envolvimento em projetos coletivos voltados à preservação do legado histórico. É fundamental que o patrimônio seja reconhecido e cuidado como documento de nossas histórias e cultura. Todos esses aspectos culminaram na interdisciplinaridade de aproximar a arquitetura à museologia,

em busca de um caminho mais sensível e acessível para atuar nesse campo e ampliar a consciência social acerca de sua relevância.

A pesquisa intitulada “Do sagrado ao laico: uma perspectiva museológica sobre mudanças de uso em patrimônios edificadas católicas” tem como recorte analítico a preservação e a patrimonialização de igrejas católicas. Tal escolha se justifica pela expressiva presença dessa tipologia no Brasil, cuja produção arquitetônica constitui a maior parcela do patrimônio construído nacional, refletindo estilos transplantados da Europa e ressignificados no contexto brasileiro.

Assim, propõe-se refletir sobre o cenário de novidade para a inserção de novos usos como estratégia de salvaguarda, verificando sua compatibilidade com os espaços, de modo que tais adaptações não comprometam sua integridade. Outro aspecto a ser problematizado é se a reconfiguração espacial permite manter o reconhecimento dessas edificações como patrimônio cultural.

Diante do exposto, este projeto vincula-se à área de concentração de “Museologia e Patrimônio” e à Linha de Pesquisa “Museu e Museologia”. No âmbito desta, será possível estudar as justificativas para a valorização das edificações religiosas, pertencentes a diferentes culturas e as formas de comunicação de seus valores feitas por meio das mudanças de uso por meio do projeto de pesquisa “Design de exposições”: suas relações de influência na percepção do público e na comunicação do discurso das exposições museológicas.

Com vistas a uma melhor adaptação e aproximação à linha 1, — considerada a mais adequada para o desenvolvimento da pesquisa — identificou-se uma nova demanda em expansão internacional, sobretudo na Europa, onde se observa a maior incidência de mudanças de uso em patrimônios edificadas religiosos. Apesar das múltiplas possibilidades de alterações de transformação funcional — como a instalação de empreendimentos comerciais ou instituições de saúde, educação e lazer —, destaca-se um uso recorrente: a adaptação desses espaços como locais de memória e museus. Seja sob a forma de musealização integral ou parcial, essa prática constitui o foco central do trabalho e representa um ponto de convergência com a linha de pesquisa escolhida.

Esse trabalho apresentou condições concretas de realização, considerando que seu desenvolvimento se pauta em observações, estudos teóricos e no confronto com referenciais bibliográficos e casos existentes na realidade, a fim de recolher informações e realizar análises que confirmaram a hipótese proposta. Realizaram-se levantamentos arquitetônicos, presencialmente e/ou virtualmente, em edificações localizadas em áreas

de fácil acesso, bem como por meio de imagens disponibilizadas em plataformas digitais. A autora visitou in loco, exemplares de edificações religiosas adaptadas nos estados do Maranhão, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e São Paulo. Além disso, foram analisados, em escala mais ampla, exemplos de mudanças de uso ocorridos em diversos países europeus, a partir de documentação disponível online e de visitas virtuais. O objetivo foi estabelecer paralelos entre os contextos brasileiro e estrangeiro, de modo a identificar opções adequadas ou inadequadas de intervenção.

Todas as informações referentes às legislações e orientações oficiais pertinentes ao tema foram levantadas junto aos principais órgãos competentes.

A pesquisa contempla uma busca transdisciplinar¹, articulando as áreas de arquitetura e museologia, com foco na análise de intervenções em construções reconhecidas como patrimônio arquitetônico, mas que tiveram seu sentido original alterado ou perdido. Esse processo de adaptação apresenta-se como alternativa para garantir a continuidade de uso desses bens, permitindo sua subsistência ainda que sob nova função.

O reconhecimento de obras arquitetônicas, seja por seu valor histórico ou qualidade artística, intensifica-se a partir do século XVIII, quando se consolida a noção de essencialidade da preservação de monumentos históricos. Tal valorização está intrinsecamente ligada às reflexões desencadeadas pela Revolução Francesa, que influenciaram decisivamente a compreensão acerca das intervenções no patrimônio arquitetônico (Choay, 2006).

Compreender uma edificação como patrimônio arquitetônico colabora, de forma significativa, para sua proteção. Do mesmo modo, a ausência de reconhecimento de valor — em qualquer nível — favorece a aceitação acrítica de intervenções que levam à sua descaracterização. A vinculação de um edifício a fatos ou personagens relevantes da história ou da cultura local também potencializa seu reconhecimento como patrimônio e reforça sua aptidão para processos de musealização. Nesse sentido, Choay (2006) destaca a distinção que é construída no Renascimento entre o “valor informativo e o valor hedônico das antiguidades que, num caso, dirige-se à razão historiadora e, no outro, à sensibilidade estética” (2006, p. 130).

¹ Os autores Narloch et al, 2018, trazem a definição de transdisciplinaridade a partir da definição adaptada do pensamento de Jantsch, 1979 [1975], p.110-141, e Japiassu, 1976, p. 73-78, como a cooperação e coordenação de disciplinas em um sistema em busca de novos conhecimentos. Através dessa abordagem há a compreensão do estudo desenvolvido como um todo reconhecendo os entrelaçamentos originados de perspectivas distintas.

Ao eleger o patrimônio religioso edificado como objeto de estudo, esta pesquisa traz à discussão os valores de sacralidade e laicidade envolvidos nas intervenções destinadas à adaptação de uso. Observa-se que algumas iniciativas buscam preservar o equilíbrio entre as referências originais do espaço e as novas inserções, enquanto outras optam por criar tensões propositais entre as ambiências sagradas e profanas. A questão central que se coloca é como assegurar o respeito à integridade da edificação em seus aspectos físicos e simbólicos. Seria possível realizar adequações espaciais sem alterar os valores previamente atribuídos, responsáveis por seu reconhecimento como patrimônio a ser preservado?

Para a construção teórica, foram mobilizados diferentes referenciais. No campo da arquitetura religiosa, adotou-se o recorte proposto a partir das análises de Bruno Zevi (2009), em *Saber ver a Arquitetura*, do historiador norte-americano Robert Smith (1912–1975), especialista em arte colonial brasileira, e da historiadora da arte Myriam A. R. de Oliveira (2003), que contribui para a compreensão das especificidades da arquitetura colonial no Brasil.

No que diz respeito à arquitetura como registro de simbologias e meio de comunicação e representação social, a pesquisa utilizou como embasamento o pensamento de Nigel Pennick (1980), sobre a geometria aplicada como linguagem arquitetônica; de Bruno Zevi (2009), que concebe a arquitetura como palco da vida e da paisagem; e do historiador de arte e teórico italiano Giulio Carlo Argan (2009), que se dedica à reflexão sobre a identidade entre cidade, a arquitetura e arte, sublinhando o papel simbólico do patrimônio edificado para a conformação urbana, auxiliando na identificação de valores atribuídos individualmente e em noção de conjunto.

A trajetória histórica do catolicismo e sua influência cultural foram abordadas com base em Bruce Shelley (2018), a teóloga e filósofa Ivone Gebara (2008) e do sociólogo José Zepeda (2010) e o historiador Euclides Marchi (2005), este último com foco no processo de secularização. Nesse ponto, destaca-se também a contribuição do cientista de religiões do romeno Miceias Eliade (1992), sobre a dicotomia entre o profano e o sagrado. Para complementar, foram considerados dados fornecidos pela *World Religion Database*, *The world factbook – CIA* (2020), pelo IBGE e pela Cúria da Igreja Católica Romana.

No campo da museologia, sobre o processo e suas aplicações foram utilizadas as produções de Elizabeth Crooke (2007), André Desvallées e François Mairesse (2013), com destaque para a produção da Doutora Museóloga Teresa Scheiner, que interpreta o museu como um fenômeno cultural e filosófico, além de constituírem

espaços de reflexão e educação que impactam à preservação do patrimônio; e do Doutor museólogo Bruno Brulon Soares, cujas reflexões enfatizam o papel contemporâneo do museu como espaço comunicativo e representativo do real.

Quanto às orientações normativas e preservacionistas, especialmente sobre a questão de preservação, a pesquisa foi embasada no plano internacional e nacional nas diretrizes fornecidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM); pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS); e a produção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Entre os aportes teóricos, destacam-se as reflexões da historiadora francesa François Choay (2011); o historiador francês Jacques Le Goff (2003), sobre o conceito de memória como um elemento participativo da construção da identidade cultural e histórica de uma comunidade e sobre como um processo de seleção influencia a forma pela qual o patrimônio é interpretado e valorizado; e a atribuição de valores simbólicos da arquitetura, a visão pelo historiador da arte austríaco Alois Riegl (1907).

Para as análises de adaptações arquitetônicas para a instalação de um novo uso utilizam-se as referências dos arquitetos T. J.M. Van der Voordt *et Al* (2013), em “Arquitetura sob o olhar do usuário – programa de necessidades, projeto e avaliação de edificações” e de Xavier Fabre (2018) “*Cinq cas de réutilisation, méthode d’analyse*”.

A hipótese desta tese sustenta que as adaptações de patrimônios religiosos edificadas para usos laicos, propondo a instalação de funções não sacras, podem contribuir para a salvaguarda desses bens e reforçar a preservação de seus valores originalmente atribuídos, desde que determinadas precauções sejam observadas. Complementarmente, levantam-se as seguintes questões norteadoras:

- É possível realizar adequações espaciais em edificações religiosas garantindo o respeito à sua integridade e aos valores originais que justificaram seu reconhecimento como patrimônio?
- As intervenções para mudanças de uso em patrimônios religiosos podem ser compreendidas como ações de musealização?
- A atribuição de um novo uso a esses bens pode configurar uma estratégia capaz de valorizar o patrimônio e, ao mesmo tempo, impulsionar o empreendimento instalado?
- Existem recorrências nas ações projetuais no momento de definir as alterações? As características que remetem ao uso original e o valorizam simbolicamente

costumam ser considerados nos projetos de adaptação?

- A transformação de edificações religiosas em museus é, de fato, a alternativa mais recorrente entre as opções de novos usos?

Para responder tais questões, a pesquisa foi estruturada em etapas, de modo a fornecer balizadores teóricos, empíricos e metodológicos. Dessa forma, o estudo contempla, em sua fase inicial, a abordagem exploratória teórica, através de levantamento bibliográfico e documental com vistas à definição de conceitos, à compreensão dos fatores históricos e sociopolíticos relacionados às transformações de uso e ao estabelecimento de correlações com a hipótese da pesquisa. Essa etapa buscou articular a análise das edificações católicas ao contexto social, à história da arte e da cidade, de modo a elucidar os valores que justificam seu reconhecimento como patrimônio.

Houve também um levantamento bibliográfico e documental com vistas à definição de conceitos, à compreensão dos fatores históricos e sociopolíticos relacionados às transformações de uso e ao estabelecimento de correlações com a hipótese da pesquisa. Essa etapa buscou articular a análise das edificações católicas ao contexto social, à história da arte e da cidade, de modo a elucidar os valores que justificam seu reconhecimento como patrimônio.

Em um segundo momento, realizou-se uma exploração iconográfica e documental que possibilitou sistematização de casos bem-sucedidos (ou não) de adaptações em patrimônios religiosos, permitindo sua caracterização e comparação. Essa etapa contribuiu para a construção de parâmetros que possibilitam verificar se os projetos analisados são adequados e seguros para a preservação simbólica e material dos bens. Essa fase se desenvolveu apoiada na metodologia da análise pós-ocupacional, como instrumento metodológico para compreender o desempenho das intervenções arquitetônicas. Foram realizadas visitas técnicas de campo, análise de documentação de projetos, registros fotográficos e audiovisuais, com o objetivo de verificar a permanência dos significados e símbolos associados ao uso original.

Os exemplos selecionados para serem analisados no capítulo 3 – Convento das Mercês, Igreja da Ordem Terceira do Carmo, em Salvador, e Santuário do Caraça, em Mariana - foram visitados presencialmente. Já os casos internacionais foram investigados por meio de visitas virtuais e consulta aos documentos disponíveis. A pesquisa foi complementada pelo contato direto com os atuais administradores dos empreendimentos instalados nos bens que sofreram mudança de uso e, sempre que possível, pela contribuição dos arquitetos responsáveis pelos projetos de intervenção.

O direcionamento inicial fundamentou-se nos principais inventários de bens realizados em âmbito nacional, como do IPHAN, INEPAC (RJ), IEPHA (MG) e IPAC (BA). A estes, acrescentaram-se novos elementos considerados relevantes para o enriquecimento das análises pós-ocupacionais. Foram abordados tópicos como: informações sobre o histórico do bem, localização e intervenções passadas; desenhos técnicos e registros fotográficos que permitam comparar a situação antes e depois das intervenções; demandas projetuais propostas; análise da viabilidade e do respeito ao patrimônio; além do respaldo teórico e das justificativas utilizadas para as escolhas de projeto.

A tese foi organizada em três capítulos para garantir maior clareza e enfoque, considerando-se a natureza interdisciplinar do estudo, que dialoga com as áreas de arquitetura, museologia e patrimônio.

Com um recorte para possibilitar uma análise mais precisa, foi escolhido olhar para os bens imóveis pertencentes à Igreja Católica, como guia, desenvolvedora e mantenedora da propagação desse objeto arquitetônico em questão. Dessa forma, no capítulo 1 apresenta-se uma contextualização sobre sua história, com o objetivo de compreender as suas características, posicionamento e impacto nas culturas, até a atualidade, através da arquitetura. Esse capítulo também discute a situação contemporânea desses bens, evidenciando a demanda crescente por mudanças de uso diante das transformações ligadas à relevância do catolicismo no mundo.

O capítulo 2 examina essa tendência sob a ótica da museologia e da patrimonialização, ao realizar pesquisas teóricas sobre os riscos que as mudanças de uso realizadas em bens católicos causam à sua salvaguarda. Nesse capítulo, também há um embasamento de legislações e orientações, tanto em âmbito nacional, como internacional, sobre ações adequadas e seguras, que permitam avaliar se as ações aplicadas nesses projetos se enquadram em parâmetros apropriados de patrimonialização. Além disso, investigou-se se a musealização tem sido a solução mais recorrente e se esse novo uso contribui efetivamente para a salvaguarda dos bens. Para tanto, foi necessário aprofundar conceitos relativos à definição de museu e ao ato de musealizar, estabelecendo pontes entre as duas áreas.

No capítulo 3, apresentam-se estudos de casos que ilustram alternativas mais recorrentes e viáveis para novos usos laicos, a fim de avaliar os impactos causados aos bens e demonstrar a versatilidade que tais práticas podem oferecer. Além de apresentar projeções sobre a aplicação dessa tendência no Brasil e seus possíveis desdobramentos futuros. O capítulo resulta em um conjunto de apontamentos acerca de opções e necessidades a serem consideradas em projetos arquitetônicos,

contribuindo para a reflexão sobre práticas de salvaguarda em edifícios religiosos católicos.

Assim, os três capítulos, embora com ênfases distintas, se complementam ao oferecer uma visão abrangente e crítica sobre o processo de adaptação de patrimônios católicos, destacando sua relevância crescente na contemporaneidade.



CAPÍTULO 1

O PATRIMÔNIO RELIGIOSO EDIFICADO E SUA FORMAÇÃO

Deveríamos saber combinar beleza, bondade e verdade para dizer que Deus existe; Deus vive nas mãos dos artistas, no coração dos pensadores, na transmissão dos valores do bem comum. AZEVEDO. 2019

Convento de Santo Antônio. Vila de São Francisco do Paraguaçu – Cachoeira, Bahia. Foto - Jeilson Barreto Andrade. S/d

1 O patrimônio religioso edificado e sua formação.

Desde os primeiros registros da história da humanidade, evidencia-se a necessidade dos indivíduos de se conectarem com algo superior, que simbolize a espiritualidade e sua crença em um plano transcendente. De certa forma, estar em um ambiente propício, capaz de comunicar ou despertar sensações por meio de sua materialidade, dimensionamento, ou até mesmo por objetos representativos, cria-se uma experiência imersiva, que fortalece o sentimento de misticismo, e, consequentemente, a fé.

A crença religiosa, em uma perspectiva simplificada, pode ser entendida como a capacidade de acreditar em algo ou alguém que não é visível nem tangível. Conforme aponta Lima (2021), trata-se da forma singular pela qual cada pessoa interpreta a realidade. A ideia de manifestação física da espiritualidade pode ser compreendida como hierofania², ou seja, a manifestação do sagrado por meio da experiência com um objeto, um lugar ou uma edificação, que facilite a ligação com o transcendental.

O renomado cientista de religiões Mircea Eliade (1907-1986) complementa que a crença em objetos que remetem ao divino distingue o sagrado do profano, justificando a existência do ser humano, conferindo-lhe realidade. João Carlos Correia (2002) comenta:

Mas é preciso ainda insistir sobre este ponto: o sagrado não é um estádio na história da consciência, é um elemento na estrutura desta consciência. Nos graus mais arcaicos de cultura, viver enquanto ser humano é, em si, um ato religioso, pois a alimentação, a vida sexual e o trabalho têm um valor sacramental. A experiência do sagrado é inerente ao modo de ser do homem no mundo. Sem a experiência do real – e do que não o é –, o ser humano não saberia construir-se [...] O sagrado não implica a crença em Deus, nos deuses ou em espíritos. É, repito-o, a experiência de uma realidade e a fonte da consciência de se existir no mundo. (CORREIA, 2002.)

De modo complementar, o historiador Dr. ^o Euclides Marchi (2005), explica que o termo *hierofania* refere-se a “algo que era sagrado e que se referia ao divino, algo que era dotado de força e de luz” (MARCHI, 2005, p.37). Essa definição amplia a perspectiva de Eliade (1992), ao considerar que as hierofanias envolvem elementos pertencentes ao mundo “natural” e “profano”, interpretados como manifestações de realidades sagradas. O autor afirma que: “[...] em outras palavras, para aqueles que têm uma experiência religiosa, toda a Natureza é suscetível de revelar-se como sacralidade

² Hierofania, do rego *hierós* (sacro) e *phanerós* (visível) é um termo difundido pelo estudioso de religiões, o romeno Mircea Eliade, que significa ato de manifestação do sagrado, uma experiência que transcende o mundo material.

cósmica. O cosmo, na sua totalidade, pode torna-se uma hierofania.” (ELIADE, 1992, p.13).

Eliade observa que a ciência das religiões, em termos de propósitos, razões e conformações, constitui um campo de estudo relativamente recente, desenvolvido a partir do século XIX, com o propósito de investigar as origens e decifrar as leis de evolução das manifestações religiosas. O autor estabelece um paralelo histórico ao destacar que, já no período clássico da cultura grega, havia interesse pela história das religiões, quando filósofos buscavam compreender a natureza dos deuses e dos mitos, lançando as bases da crítica racionalista à religião.

Com o avanço dessas reflexões, consolidou-se a percepção de que, embora cada tradição religiosa apresente particularidades e características próprias, todas recorrem a simbolismos que atuam como elementos de unidade. Essa concepção foi fortalecida no período da Renascença, quando os humanistas defenderam a ideia de que todas as religiões compartilhavam uma tradição comum. Para eles, o conhecimento era compreendido como caminho para a salvação, tornando as diversas manifestações religiosas equivalentes em sua essência.

O sociólogo e antropólogo Émile Durkheim (1858 -1917), no início do século XX, refletia:

Todas as crenças religiosas conhecidas, sejam simples ou complexas, apresentam um mesmo caráter comum: supõem uma classificação das coisas, reais ou ideais, que os homens concebem, em duas classes, em dois gêneros opostos, designados geralmente por dois termos distintos que as palavras sagrado e profano traduzem bastante bem. A divisão do mundo em dois domínios que compreendem, um, tudo o que é sagrado, outro, tudo o que é profano, tal é o traço distintivo do pensamento religioso: as crenças, os mitos, os gnomos, as lendas, são representações ou sistemas de representações que exprimem a natureza das coisas sagradas, as virtudes e os poderes que lhes são atribuídos, sua história, suas relações mútuas e com as coisas profanas. (DURKHEIM, E.,2000. p. 19-20.)

Durkheim (2000) propõe que o sagrado é uma representação da cultura humana, concebida de maneira autônoma em relação à cultura ou aos elementos de formação social. Essa análise permite identificar que o sentido do sagrado desempenha um papel essencial na organização e no funcionamento da vida social. A professora de teologia Sandra Chaves (2018), ao refletir sobre as ideias de Durkheim, afirma que:

O que o homem religioso adora, por meio de sua religião, é a própria sociedade, seus valores, a sua visão de mundo. Assim, há a tendência de remeter para o campo do sagrado, tudo aquilo que se considera importante para a reprodução social. Desse modo, para ele, o sentimento e as atitudes para com o sagrado não se aplicariam apenas aos objetos religiosos, mas também a qualquer outra esfera da vida social, a exemplo das esferas

cívica, familiar e amorosa. O próprio Durkheim conclui que “a religião é uma coisa eminentemente social. As representações religiosas são representações coletivas que exprimem realidades coletivas; os ritos são maneiras de agir que só surgem no interior de grupos coordenados e se destinam a suscitar, manter ou refazer alguns estados mentais desses grupos. (CHAVES, S.M. 2018, p.06)

Chaves destaca que “a religião não é apenas um fenômeno individual, mas também um fenômeno social” (CHAVES, 2018. p.03), o que leva à consequente institucionalização da fé, assim como colocado por Durkheim. A autora observa que a experiência religiosa se manifesta na interseção entre a expressão cultural e o sagrado, atribuindo ao último um papel essencial na construção e manutenção das tradições religiosas. Chaves complementa:

Uma vez entendendo-se como objetos da hierofania, as pessoas passam a desenvolver formas de conduzir outras pessoas a fazer parte de seu sistema de crenças. Para isto, criam uma série de gestos, palavras e objetos sagrados, ou seja, criam ritos que possam favorecer a experiência religiosa das outras pessoas e levá-las a alcançar as graças esperadas. (CHAVES, 2018, p.08).

Ao compreender esse raciocínio e o aplicá-lo à temática proposta nesta Tese, é possível correlacionar a recorrência de templos e outros objetos arquitetônicos serem protegidos como patrimônios. Tais edificações são reconhecidas como locais privilegiados para a manifestação do sagrado, capazes de evocar experiências religiosas, e, assim, constituírem exemplos de hierofania.

Chaves (2018) conclui que a regulação da interação entre objetos sobrenaturais e os seres humanos é o que “constitui o domínio da ação religiosa” e dá origem ao fenômeno religioso. Etimologicamente, o termo “fenômeno” surge do grego *“tà phainàmenon”*, que significa “aquilo que aparece”, “aquilo que se mostra”. Esse entendimento permite explicar o fenômeno religioso como uma revelação do sagrado, que utiliza a hierofania como meio para legitimação da crença.

A hierofania, entretanto, é apenas um dos elementos constitutivos de uma religião, compreendida como um sistema formado por múltiplos aspectos: socioculturais, comportamentais, práticas, símbolos, visões de mundo, ética, organizações e teleológicos. A palavra “religião” tem sua origem no latim *“Religio”*, que significa “louvor e reverência aos deuses”, de acordo com o dicionário etimológico (2023). O mesmo dicionário aponta também a hipótese de que o termo possa derivar da junção do prefixo *“re”*, como intensificador da palavra, e *“ligare”*, com a significação de “unir” ou “atar”. Nesse sentido, a palavra *religio* era utilizada para descrever a ideia de “ação de voltar a unir” o homem às divindades.

Nesse contexto, a visão de Durkheim acerca da religião mostra-se esclarecedora, ao defini-la como um produto social que representa ações e pensamentos coletivos, influenciando as interações humanas e contribuindo para a criação de condições e parâmetros essenciais à vida em comunidade. A religião, assim, facilita o envolvimento e enraizamento de tradições culturais, devido à sua capacidade de representar a vida e atuar como um agente social. Além disso, legitima ações de poder, estratégias de controle e orientações voltadas à busca de estabilidade e de melhores formas de convivência.

O aspecto característico do fenômeno religioso é o fato de que ele pressupõe sempre uma divisão do universo conhecido e cognoscível em dois gêneros que englobam tudo aquilo que existe, mas que radicalmente se excluem. As crenças religiosas são representações que exprimem a natureza das coisas sagradas e as relações que têm entre si e com as coisas profanas. Os ritos são, afinal, regras de conduta que prescrevem o modo como o homem se deve comportar perante as coisas sagradas (DURKHEIM, 2000, p. 24).

Complementando com:

Todas as crenças religiosas conhecidas, sejam elas simples ou complexas, apresentam um mesmo caráter comum: supõem uma classificação das coisas, reais ou ideais, que os homens representam, em duas classes ou em dois gêneros opostos, designados geralmente por dois termos distintos traduzidos, relativamente bem, pelas palavras profano e sagrado (DURKHEIM, 2000, p.68).

Com base na compreensão do significado e do alcance do fenômeno religioso, inicia-se o desenvolvimento do estudo proposto, tendo como objeto de análise a religião católica e sua arquitetura, a fim de verificar as hipóteses formuladas. Como exposto na introdução deste trabalho, a escolha pela produção arquitetônica do Catolicismo justifica-se pelo impacto significativo dessa religião na conformação de diversas culturas ocidentais ao longo da história, permanecendo, até os dias atuais, como uma das mais influentes. Atualmente, cerca de 30% da população mundial se identifica como católica, de acordo com o site *The World Factbook* (2023), administrado pela CIA.³ A publicação também destaca que o catolicismo continua sendo a religião mais forte no Brasil, abrangendo 64,6% da população.

É necessário reforçar o aspecto histórico-cultural que o catolicismo se consolidou e disseminou, em grande medida, por meio da conformação arquitetônica de seus templos, que acompanharam as estéticas predominantes de diferentes períodos históricos. Desde a Idade Média, com os estilos Românico (X-XII) e o Gótico (X-XV),

³ The World Factbook é uma publicação anual feita pela Central Intelligence Agency (CIA), por parte dos Estados Unidos da América. Essa produção aborda assuntos sobre os países, com enfoque quanto a demográfica, índices, recursos, dentro outros.

passando pelo Renascimento, com o renascer da estética clássica (XIV-XVI), seguindo-se do Maneirismo (XVI-XVII), Barroco (XVII-XVIII), Rococó (XVIII) e Neoclássico (XVIII-XIX).

Esta pesquisa concentra-se nos três últimos estilos — Barroco, Rococó e Neoclássico — considerando sua introdução no Brasil a partir da colonização portuguesa. Nesse sentido, a professora Myriam A. Ribeiro de Oliveira observa que:

[...] o Rio é ainda detentor de um dos maiores e mais diversificados acervos de arquitetura religiosa construída no Brasil na época colonial, incluindo obras-primas dos dois principais estilos de época que vigoraram no mundo luso-brasileiro no período, o barroco de fonte italiana e o rococó de fonte francesa (Oliveira, 2008, p. 19).

1.1 Os templos católicos como veículos de representatividade histórica, artística e cultural.

O cristianismo desenvolveu-se no contexto da Antiguidade (4.000 a.C.- 476 d.C.), emergindo como uma seita herética derivada do Judaísmo, ainda durante o Império Romano, segundo a teóloga e filósofa Ivone Gebara (2008). À medida que se popularizou, tornou-se uma crença autônoma e influente, oferecendo acolhimento às parcelas marginalizadas da sociedade. Em decorrência de sua oposição ao governo vigente, o Cristianismo gerou tensões políticas que resultaram em perseguições e na execução de seus líderes e seguidores. Diante desse contexto de ilegalidade religiosa, os fiéis passaram a reunir-se secretamente em catacumbas subterrâneas para realizar celebrações em memória de Jesus. Esse caráter de resistência e acolhimento tornou o Cristianismo especialmente atraente para as populações marginalizadas, promovendo seu rápido crescimento e solidificação como uma religião.

Segundo Gebara (2008) as celebrações cristãs somente passaram a ocorrer publicamente apenas em 313, após o imperador Constantino (272-337), autorizar o culto cristão. A partir desse momento, a religião ajustou-se à legislação vigente e submeteu-se aos poderes oficiais. Conforme destaca o teólogo norte-americano, Bruce Shelley (2018), esse período marcou a difusão do Cristianismo por todo o Império Romano, estendendo-se desde o leste europeu até a Índia, alcançando uma ampla diversidade social. A rápida expansão do Cristianismo resultou na denominação do movimento como “católico”, evidenciando sua universalidade. O crescimento do número de fiéis ocasionou o abandono dos santuários dedicados aos deuses pagãos, muitos dos quais foram convertidos em espaços de culto cristão, exemplificando a crescente influência e disseminação do Catolicismo por todo o Império Romano.

Após a queda do Império Romano do Ocidente, a Igreja Católica assumiu posição central de liderança, consolidando sua influência na formação das nações europeias, conforme destacado por Bruce Shelley (2018). A instituição desempenhou um papel crucial na administração das leis e no desenvolvimento de expressões culturais que moldaram a identidade europeia. Apesar das transformações políticas e econômicas ocorridas na Europa, Oriente Médio e Norte da África — alternando entre domínios árabes, sistemas feudais e, posteriormente, a formação de monarquias e Estados Nacionais —, a Igreja Católica manteve como foco a expansão da fé e a aplicação de sua doutrina. Essa consolidação permitiu ao Catolicismo adaptar-se às mudanças sociopolíticas e permanecesse como uma força cultural e religiosa relevante.

A partir do século XV, com o processo de colonização das terras identificadas durante as expedições marítimas, a expansão do Catolicismo ultrapassou as fronteiras europeias, levando seus valores religiosos e culturais a novos territórios, dando início a uma influência global que persiste até os dias atuais.

É importante comentar o papel significativo que as edificações da Igreja Católica desempenharam ao longo da história. Essas construções não se limitaram a serem locais de culto, realizados em majestosos templos, mas também incluíram escolas religiosas, mosteiros e conventos. Essas instituições integraram-se ao tecido urbano, influenciando a organização e a paisagem das cidades. Tais construções constituíram marcos culturais e arquitetônicos, refletindo a expressão do poder e da espiritualidade da Igreja ao longo dos séculos. Conforme observa a pesquisadora portuguesa Micaela Branco (2015, p. 03):

[...] o edifício religioso tinha um enorme domínio sobre o aglomerado urbano, sendo a partir dele que a cidade se desenvolvia [...] manifestando-se no homem como uma referência clara num sistema cosmológico capaz de conceder ordem e estabilidade ao sentido de habitar (BRANCO, 2015. p.03).

Essa conformação urbana remete à implantação do templo grego próximo à Ágora, prática posteriormente replicada nas cidades monárquicas europeias e em suas colônias, estabelecendo uma convenção arquitetônica que atravessou períodos históricos. No contexto do urbanismo, uma das primeiras construções a serem erguidas era a igreja, simbolizando a presença da religião, seu poder sobre a comunidade, a função de representar a morada do sagrado e a conexão entre a terra e o céu. Segundo Eliade (1992), a cidade pode ser compreendida como uma expressão da “realidade sacra”, reforçando a importância de espaços religiosos como elementos centrais na estrutura e identidade urbanas.

O destaque dos templos na paisagem urbana estabelece um ponto focal visual⁴ (Cullen. 2008, p.28), funcionando como referência de orientação na percepção do espaço. Serve também como plataforma para conexão com eventos sócio-políticos e econômicos, dada sua localização estratégica, geralmente no centro da cidade. Essa posição privilegiada reforça o vínculo entre os templos religiosos e o sentimento de identificação, enraizamento e pertencimento da comunidade. Conforme indica Branco (2015, p.02), os lugares sagrados atuaram como centralidades fundamentais na construção de identidade local, justificando que seu processo de preservação transcenda a função religiosa, reconhecendo-os como marcos culturais que incorporam dimensões artísticas, históricas e imateriais.

A Igreja, enquanto instituição, mesclava-se ao objeto arquitetônico, unindo de forma inseparável o sentido material ao imaterial, ao mesmo tempo em que se relacionava diretamente com a rotina e a cultura da população, contribuindo na conformação de sua identidade cultural. Um dos aspectos mais significativos dessa influência é a utilização do toque do sino nos templos, uma forma de comunicação que surgiu ainda no período medieval. O badalar dos sinos funcionava como um código para marcar as horas do dia e também como um meio de comunicação para os fiéis e a população em geral. Esse som tinha a função de orientar as atividades cotidianas, contribuindo para o controle e a organização da vida social. No Brasil colonial, os sineiros desenvolveram uma linguagem própria para indicar eventos religiosos e acontecimentos seculares, tradição reconhecida como patrimônio cultural imaterial em 2009 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), reforçando seu valor histórico e cultural.

Outro papel desempenhado pela Igreja Católica refere-se às festividades e celebrações que frequentemente se tornavam datas de grande relevância no calendário das cidades. Mesmo em comunidades onde o Catolicismo não era a única religião, eventos como a Páscoa, São João e o Natal eram amplamente celebrados, demonstrando a influência cultural da instituição religiosa. Além disso, o papel social da Igreja Católica destacou-se em diversas áreas ao longo da história. A instituição foi responsável pelos registros de nascimento, casamento e óbito, consolidando sua função como guardião da documentação oficial da vida civil. A assistência médica também foi um importante legado da Igreja, com as Santas Casas da Misericórdia oferecendo

⁴ O arquiteto britânico Gordon Cullen (1914-1994) estudava a percepção ambiental para reconhecimento de uma imagem representativa da memória coletiva que pode ser utilizada como parte do planejamento urbano. Para o autor, o ponto focal se caracteriza como um símbolo vertical que cria convergências.

suporte à população e com a criação de asilos para os desassistidos e cemitérios, que atenderam tanto às necessidades práticas quanto espirituais das comunidades.

1.1.1 A composição arquitetônica dos templos católicos

A arquitetura das edificações católicas é composta por uma série de elementos que abrangem desde os métodos construtivos e a escolha dos materiais até a funcionalidade requerida pela arquitetura e as decisões estéticas decorativas, incorporando também a volumetria e a conformação do espaço. Ao analisar o processo de edificação dos templos católicos, percebe-se que a Igreja frequentemente ocupava uma posição central na organização da cidade, refletindo seu papel como um agente de integração social. Tais construções eram, em muitos casos, promovidas pela própria comunidade, seja por meio da doação de materiais, de recursos financeiros ou da contribuição com mão de obra voluntária. Esses templos, considerados bens coletivos, desempenhavam um papel crucial na união comunitária, ao mesmo tempo em que preservavam e transmitiam o conhecimento sobre técnicas construtivas. Em muitos casos, tratava-se da justaposição de diferentes métodos e estilos arquitetônicos provenientes de diversos períodos históricos, evidenciando a riqueza e a continuidade desse legado cultural.

Além de influenciar os parâmetros estéticos propagados pela arquitetura, outras formas de arte estavam intrinsecamente ligadas às composições espaciais das igrejas, como pinturas, esculturas e vitrais. Esses elementos artísticos enriqueciam os ambientes sagrados, criando uma atmosfera de beleza e contemplação espiritual. As igrejas tornavam-se palcos para a música instrumental e o canto coral, consolidando-se como importantes centros de lazer e encontros socioculturais. Tais expressões refletiam o espírito da época, status das classes socioeconômicas, e, também, representam formas de moldar comportamentos coletivos e criação de costumes.

Ainda sobre as expressões artísticas presentes nos templos católicos, a composição arquitetônica sempre empregou simbologias e estratégias projetadas para atrair o olhar e comunicar o poder e os propósitos da religião à população. A arquitetura, portanto, assume um papel comunicativo, funcionando como suporte para a interpretação de mensagens visuais e simbólicas.

Ao longo dos períodos históricos, observam-se variações significativas nos elementos que estruturaram os espaços cristãos e suas narrativas. Desde as igrejas paleocristãs (século II ao século V), marcadas pela simplicidade tanto na infraestrutura quanto nas imagens, passando pela robustez defensiva da arquitetura românica durante

a Idade Média, enquanto as imponentes catedrais góticas representavam a soberania e o poder da Igreja, destacando-se como marcos monumentais urbanos, maiores do que qualquer outra edificação ao seu entorno. Durante o Renascimento, houve uma retomada dos ideais de simplicidade e das composições clássicas, resgatando elementos e estéticas do período clássico, conforme aponta o crítico de arquitetura Bruno Zevi (2009). Já as estéticas barroca e rococó emergiram não apenas como resposta ao Protestantismo de Martinho Lutero — motivando a Igreja a incentivar a produção de arte religiosa —, mas também por terem sido transportadas da metrópole portuguesa para a colônia brasileira. Esses estilos consolidaram-se como predominantes entre as igrejas tombadas no país, evidenciando sua importância histórica e artística.

A religião católica utiliza diferentes tipos de edificações para a realização de ritos, cerimônias e celebrações espirituais, tais como capelas, igrejas, catedrais e basílicas. Esses objetos arquitetônicos resultam de uma evolução histórica e artística que remonta às primeiras civilizações, como os mesopotâmios, egípcios e outros. É importante destacar que neste trabalho serão adotadas somente as tipologias presentes no Brasil com o objetivo de investigar como podem ser reinterpretadas para novos usos, mantendo-se o respeito ao seu valor histórico, cultural e espiritual. Assim, variações do patrimônio arquitetônico católico, como os mausoléus e batistérios — que não costumam ser edificações independentes dos templos existentes no país — não serão consideradas. Para fins de comprovação da hipótese desta tese, serão analisadas as seguintes tipologias:

- A) Capelas – Templos de pequeno porte que atendem à escala local. A professora Myriam Andrade de Oliveira (2023) destaca que é a mais simples das estruturas cristãs, podendo, inclusive, estar anexa a outras variações maiores e mais complexas, como hospitais e fazendas, exemplificadas nas figuras 2 e 3;

Figura 2 – Capela de Nossa Senhora da Lapa em Chaves, Portugal.



Foto - @loligraldez. Fonte: Acervo site Freepik. S/D. Disponível em: < https://br.freepik.com/fotos-premium/capela-de-nossa-senhora-da-lapa-em-chaves-portugal_29552827.htm >. Acesso em: 13 de janeiro de 2022

Figura 3 – Interior da Capela conta somente com um pequeno altar.



Foto - Humberto Pinto Serra. 2011. Disponível em: < <https://chavesantiga.blogs.sapo.pt/277947.html> >. Acesso em: 13 de janeiro de 2022.

B) Igrejas – Templos de médio porte, com atendimento à escala regional (figuras 4 e 5); O Jornalista Alberto Andrade (2023) coloca que esse templo é tido como referencial, onde os fiéis recebem instruções, realizam cultos e manifestações religiosas.

Figura 4 – Igreja de São Francisco de Assis. Ouro Preto. MG.



Foto - Desconhecido. S/D. Disponível em: < <https://www.minube.com.br/sitio-preferido/igreja-sao-francisco-de-assis-a1011451> >. Acesso em: 13 de janeiro de 2022

Figura 5 – Interior da Igreja de São Francisco de Assis.

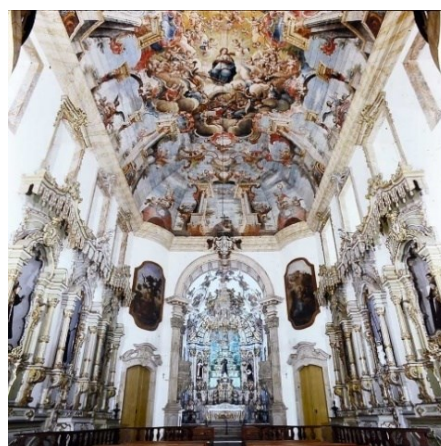


Foto - Prefeitura de Ouro Preto. S/D. Disponível em: < <https://www.ouropreto.com.br/secao-artigo/igreja-sao-francisco-de-assis> >. Acesso em: 13 de janeiro de 2022

- C) Catedrais – Templos de grande porte como referências nacionais (figuras 6 e 7);
O autor explica a origem do termo baseada na palavra *Cathedra*, originada no latim, significando “cadeira”. O termo faz referência à cadeira do bispo que ficava dentro do edifício. Pode funcionar como sede da Diocese ou de uma arquidiocese.

Figura 6 - Catedral Metropolitana São Salvador do Mundo. Sé de Olinda. Pernambuco



Foto - Ricardo André Frantz. 2007. Disponível em:< https://pt.wikipedia.org/wiki/Catedral_de_Olinda#/media/Ficheiro:S%C3%A9_de_Olinda_01.jpg>. Acesso em: 13 de janeiro de 2022

Figura 7 – Interior da Sé de Olinda.



Foto - Bahia.WS. 2025. Disponível em:< <https://www.bahia.ws/historia-e-arquitetura-da-catedral-da-se-de-olinda/>>. Acesso em 19 de maio 2025

- D) Basílicas – Templos de grande porte, reconhecidos pela Igreja Católica romana, podem ser utilizadas também para armazenamento de relíquias (chamadas de santuários, nesse caso) (figuras 8 e 9). Essa nomenclatura se origina no período paleocristão, em que o primeiro abrigo arquitetônico dedicado para atender aos novos cristãos foi adaptado da tipologia da basílica romana - espaço laico com grandes vãos que permitiam aglomerações, utilizado para negociações comerciais e julgamentos (PEREIRA, 2010, p.78 e 104).

Figura 8 - Basílica de Nossa Senhora do Pilar. São João Del Rey. Minas Gerais.



Foto - Ricardo André Frantz. 2015. Disponível em:< <https://shorturl.at/a5heo>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2022

Figura 9 - Interior da Basílica de N.ª Sr.ª do Pilar.



Foto - Marcelo Santos. S/D. Disponível em:< <https://www.conhecaminas.com/2017/04/conheca-catedral-basilica-de-nossa.html>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2022

E) Mosteiro, conventos e colégios – edificações anexas aos templos para uso de estudantes e moradia de pessoas que trabalham para à religião (figuras 10 e 11);

Figura 10 – Convento de Santo Antônio. Rio de Janeiro



Foto - Convento de Santo Antônio. S/D Disponível em: <www.conventodesantoantonio.org>. Acesso em: 13 de janeiro de 2022

Figura 11 – Foto interna da igreja do Convento de Santo Antônio.



Foto - Desconhecido / site patrimonioespiritual.org. S/D. Disponível em: <<https://sanctuararia.art/2016/03/10/igreja-do-convento-de-santo-antonio-rio-de-janeiro-rj/>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2022

Ao compreendermos o processo da hierofania mencionado anteriormente, essas edificações podem ser vistas como a materialização de espaços sagrados, propositalmente distintos dos espaços profanos, concebidos como reais e capazes de promover uma experiência religiosa. Eliade (1992), descreve que: “a revelação de um espaço sagrado permite que se obtenha um “ponto fixo”, possibilitando, portanto, a orientação na homogeneidade caótica, a “fundação do mundo”, o viver real.” (1992, p.18). O raciocínio apresentado pelo autor permite identificar a tipologia da igreja como um desses espaços sagrados, onde elementos arquitetônicos e simbólicos convergem para criar uma conexão transcendental. A igreja, portanto, transcende sua função estrutural, tornando-se um eixo central que orienta e organiza a experiência religiosa e cultural da comunidade.

Para um crente, essa igreja faz parte de um espaço diferente da rua onde ela se encontra. A porta que se abre para o interior da igreja significa, de fato, uma solução de continuidade. O limiar que separa os dois espaços indica ao mesmo tempo a distância entre os dois modos de ser, profano e religioso. O limiar é ao mesmo tempo o limite, a baliza, a fronteira que distinguem e opõem dois mundos – e o lugar paradoxal onde esses dois mundos se comunicam, onde se pode efetuar a passagem do mundo profano para o mundo sagrado. [...] O limiar, a porta, mostra de uma maneira imediata e concreta a solução de continuidade do espaço; daí a sua grande importância religiosa, porque se trata de um símbolo e, ao mesmo tempo, de um veículo de passagem. [...] a igreja participa de um espaço totalmente diferente daquele das aglomerações humanas que a rodeiam. No interior do recinto sagrado, o mundo profano é transcendido. Nos níveis mais arcaicos de cultura, essa possibilidade de transcendência exprime-se pelas diferentes imagens de uma abertura: lá, no recinto sagrado, torna-se possível a comunicação com os deuses; consequentemente, deve existir uma “porta” para o alto, por onde os deuses podem descer à

Terra e o homem pode subir simbolicamente ao Céu. Assim acontece em numerosas religiões: o templo constitui, por assim dizer, uma “abertura” para o alto e assegura a comunicação com o mundo dos deuses. (Eliade, 1992, p.19).

1.1.2 A simbologia da arquitetura religiosa e sua aplicação no catolicismo

A arquitetura, enquanto expressão artística, estabelece uma relação de familiaridade com o espaço, promovendo trocas simbólicas que culminam no que Riegl (1907) denomina como “sentimento do espaço”. Dotada da capacidade de evocar uma ampla gama de emoções no observador, a arquitetura utiliza referenciais que induzem interpretações subliminares e proporcionam variações nas percepções e estímulos cognitivos, comunicando mensagens simbólicas (Heller, 2013, p. 21-22). Essa característica permite que a arquitetura transcenda aspectos puramente físicos, como transmitir sensações de confinamento ou amplitude, e dos aspectos emocionais, como gerar sentimentos de acolhimento, frieza ou tensão. Adicionalmente, o espaço arquitetônico possui o potencial de evocar impressões espirituais, despertando sensações como introspecção e tranquilidade, reforçando sua relevância como um meio de comunicação profundo e envolvente.

A arquitetura religiosa e sua simbologia através de cores e de materiais

As percepções evocadas em um ambiente arquitetônico estão frequentemente relacionadas à escolha das cores e materiais. De acordo com a pesquisadora da área de design Eva Heller (1948 - 2008), a mensagem simbólica transmitida pelas cores na arquitetura religiosa é atribuída de significado por seu contexto, dependendo do ambiente em que estão inseridas e da interação com outras cores, formando um acorde cromático. Essa característica assume relevância particular em projetos de intervenção voltados à mudança de uso de edificações religiosas, pois permite explorar estratégias que harmonizem ou criem tensões deliberadas nos espaços originais. Tais estratégias podem consistir em evidenciar elementos que remetam ao uso religioso anterior ou, alternativamente, destacar ações contrastantes que desvinculem o ambiente de seu passado. Dessa maneira, a arquitetura possibilita o respeito ao valor patrimonial da construção, ao mesmo tempo em que redefine sua funcionalidade e narrativa estética.

Heller, no livro “A Psicologia das Cores: Como as cores afetam a emoção e a razão”(2013), explica que a Igreja Católica estabeleceu diretrizes para o uso de imagens com o objetivo de narrar histórias de forma acessível e compreensível a todos, como uma prática institucionalizada através de uma lei promulgada pelo Papa Gregório (540-604). Entre os elementos simbólicos recorrentes, a pesquisadora ressalta a aplicação

de cores portadoras de significados específicos: o azul, associado à Virgem Maria, representa a pureza; o vermelho, atribuído a Cristo, simboliza o sangue e o amor; e o violeta, relacionado a Deus Pai, representa sabedoria e soberania. Tais cores são geralmente aplicadas nas vestimentas dessas figuras religiosas. Heller também observa que o uso frequente do azul em obras religiosas remonta à concepção histórica do céu como morada dos deuses, evocando, quando contextualizado, sensações de pureza, amplitude, eternidade, leveza, tranquilidade, divindade, confiança e frieza.

A simbologia através da geometria na arquitetura

Outro recurso que viabiliza a conexão entre a arquitetura e a espiritualidade humana é o uso da geometria, utilizada tanto na composição de formas estruturais e decorativas, quanto nas proporções conceituais. Segundo Nigel Pennick (1980), pesquisador e fundador do *Institute of Geomantic Research*, no livro *Geometria Sagrada*, a necessidade de distinguir os espaços sagrados dos profanos levou o ser humano a demarcar limites utilizando a geometria, conectando-a à prática religiosa. Além disso, a geometria foi aplicada para alcançar resultados harmoniosos, tornando-se uma constante nas estruturas sagradas, amplamente aceitas pela percepção cognitiva e psicológica devido à sua unicidade (Zevi, 2009, p.09). Esse princípio geométrico é claramente reconhecível na arquitetura, conferindo harmonia às edificações sagradas. Tais características podem ser encontradas em estilos que vão do clássico ao Art Déco (pré-modernista), constituindo uma base essencial no tecido cultural. Assim, a geometria torna-se um elemento distintivo da arquitetura religiosa católica em relação à arquitetura civil e militar.

Através das formas cria-se composições reincidentes que resultam em arquétipos, tornando possível a comunicação de mensagens por meio das edificações. De acordo com Pennick (1980) e Zevi (2009), existem as seguintes recorrências:

- Círculo: representa uma totalidade e um completamento. São presentes em templos antigos desde as construções megalíticas até às igrejas, transpassando um pequeno mundo em si mesmo e um ciclo completo da vida. Comunica também a sensação de equilíbrio e controle. Essa forma ao ser rotacionada possibilita a conformação de uma esfera, que, arquitetonicamente, é largamente utilizada fazendo referência à abóbada celeste e aos astros;

- Elipse: Por ter 2 centros traz a sensação de rotação e inquietude, de acordo com Zevi. Recorrentemente presente em igrejas barrocas e rococós, desde a concepção da planta baixa à elementos decorativos. Presente também em formas espiraladas que

criam a dinâmica ascendente, simbolicamente representativa de um efeito de elevação e aproximação com o céu;

- Quadrado: Representa o microcosmo e a estabilidade. Simbolizam o ponto de transição entre o céu e a terra que centralizavam o ponto axial do mundo. Presentes em templos desde a Antiguidade, como em zigurates, pirâmides e estupas. Zevi (2009) coloca que a forma também representa a integridade, por seus lados terem dimensões iguais, além de transpassarem segurança e certeza por ser de fácil compreensão.

- Hexágono: Podem representar a harmonia divina na natureza. A conexão de seus vértices de forma alternada também pode produzir um hexagrama, simbolizando a fusão de opostos masculino e feminino, quente e frio, água e fogo, entre outros. Além de ser símbolo da inteireza arquetípica, como o poder divino da criação. São poucas as edificações religiosas católicas que utilizam a planta hexagonal, conforme aponta o pesquisador Alberto Souza (2007),

- Triângulo: Figura contida em diversas formas geométricas, detendo um rico simbolismo explorado por arquitetos nas construções sagradas. A decomposição de figuras dentre os variados tipos de triângulos (como equiláteros, escalenos, invertidos, dentre outros), possibilita uma contagem de ângulos conformados, que geram através desse quantitativo, o registro de números incorporados de simbologias. Visualmente, cria uma conexão entre o céu e a terra e induz o olhar para cima.

- Retângulos estáticos: Retângulos com lados expressos por números inteiros, iguais a 3:2, 5:4, 13:6, etc.

- Retângulos dinâmicos: razões proporcionáveis a partir da divisão conseguida de retângulos de raiz e suas derivações, utilizadas para se alcançar formas harmônicas e simétricas. São mais flexíveis do que os retângulos estáticos para a determinação de harmonias pelas proporções. É uma seção de grande utilização durante a história da humanidade.

Zevi (2009. P.161) ainda inclui as percepções provocadas ao decompor a forma arquitetônica composta por linhas, sendo elas:

- Linha horizontal: transmite racionalidade, direcionamento preciso e sem ilusões;

- Linha vertical: remete ao infinito, ao êxtase e a emoção. Afasta o homem da realidade controlada, levando-o a se perder de forma sublime;

- Linhas retas: significam decisão, rigidez, direcionamento e força;

- Linhas curvas: representam a hesitação, flexibilidade e ressalta aspectos decorativos;

- Linha Helicoidal: representa a ascendência, o desprendimento e a libertação;

A simbologia da arquitetura religiosa interpretada por diferentes abordagens

Bruno Zevi, em sua obra “Saber ver Arquitetura” (2009) explora diversas possibilidades de interpretar edificações, salientando que, a partir de critérios modernos, tornou-se viável analisar a arquitetura considerando tanto suas concepções iniciais quanto os tratados históricos que a fundamentam. O autor enfatiza que, em contextos específicos, a simbologia presente na arquitetura enquanto expressão artística funciona como um instrumento de representação de características sociais, bioclimáticas, materiais e outros elementos, contribuindo para a identificação cultural e reforçando os vínculos de pertencimento coletivo. Dentre essas manifestações simbólicas, algumas se destacam particularmente, sendo passíveis de análise detalhada:

- A) A interpretação política – tem-se a arquitetura como referência de localização temporal por meio da identificação de elementos nas correntes arquitetônicas. (ZEVI, 2009, p.140).
- B) A interpretação Filosófico-religiosa – a arquitetura como aspecto visual da história, representa as diversas concepções de transcendências. É vista, por exemplo, nas igrejas construídas posteriormente à Reforma Protestante, enquanto representação de uma reaproximação da origem da religião, com o posicionamento do cristão primitivo e a simplicidade. É a retomada da linguagem clássica utilizada no início do catolicismo, como meio de comunicação de uma revisão de postura. (ZEVI, 2009, p.142)
- C) A interpretação científica - leitura paralela entre a matemática e a geometria aplicada à arquitetura. Não somente com a associação de significados aos dimensionamentos e posicionamentos, mas também, à mudança das composições de acordo com o avanço da ciência (ZEVI, 2009, p.143-144).
- D) A interpretação Econômico-social – arquitetura como registro das variações dos sistemas econômicos e de classes sociais, capaz de expressar traços culturais e a se correlacionar com costumes sociais. Pode-se destacar a incorporação de relógios nas torres sineiras das igrejas ecléticas, neoclássicas e em outros estilos arquitetônicos mais antigos, por meio de intervenções durante o período da Revolução Industrial, que serviam como marco da vida social e do trabalho (ZEVI, 2009, p.145).
- E) A interpretação materialista – correlações da escolha dos materiais a partir da oferta local e da tecnologia disponível. Essa leitura também se concentra no aspecto dos materiais, quanto suas cores e texturas, quem podem interferir

diretamente nos aspectos cognitivos e no conforto ambiental do usuário no espaço (ZEVI, 2009, p.148-149).

- F) A interpretação técnica – utilização de técnicas construtivas para demonstrar segurança e solidez das edificações. Esse raciocínio também pode ser aplicado à arquitetura religiosa, ao notar-se que mesmo quando existiam recursos industriais - como estruturas metálicas -, as edificações que eram referências para a sociedade, como a igreja, revestiam sua estrutura delgada com pedras para transmitir a mesma solidez que remete uma técnica antiga. Além de ser uma ação que referência ao passado, às tradições e reforçam a sensação de confiabilidade. Essa relação foi rompida somente durante o movimento modernista, que propôs uma ruptura com a tradição clássica e permitiu que as técnicas atualizadas pudessem representar uma nova sensibilidade estrutural (ZEVI, 2009, p.150-152).
- G) A interpretação fisiopsicológica – a arquitetura como arte, capaz de estimular sentimentos e emoções aos usuários do espaço por meio da identificação com suas formas. A arquitetura é uma forma de humanizar e animar as formas construtivas e ilustrar pontos inconscientes.
- H) A interpretação formalista – Zevi (2009, p. 167) observa que referências estéticas estabelecem noções de leis, qualidades, regras e princípios ao fornecer informações sobre unidade, contraste, simetria ou assimetria, equilíbrio, harmonia, acentuação, variedade, sinceridade e adequação. Tais elementos são recorrentes na arquitetura de igrejas católicas, evidenciando-se, por exemplo, na simetria dos diferentes eixos, na ênfase da fachada por meio de frontões, cúpulas e torres sineiras, bem como no contraste entre cheios e vazios que compõem aberturas e na textura dos materiais. Adicionalmente, destaca-se a escala em relação ao ser humano, a qual, ao longo da história, foi alternada estrategicamente com o intuito de transmitir mensagens sobre a grandeza da fé em relação à população.

Dessa forma, a arquitetura pode ser compreendida como uma conformação espacial destinada a abrigar pessoas, possibilitando múltiplas interpretações derivadas de suas características. Trata-se de uma expressão artística tridimensional, carregada de valores únicos e imersivos. No caso específico da arquitetura religiosa, sua distinção surge do equilíbrio entre aspectos físicos, psicológicos e espirituais, que se transformam em um conteúdo social significativo.

Observa-se que, quando preservados, esses elementos reforçam sua contextualização e os valores originais das edificações, mesmo diante de alterações em

sua função ao longo do tempo. A hipótese desta tese propõe que, embora as iniciativas de preservação tendam a enfatizar fachadas e volumetrias, os interiores das construções frequentemente permanecem suscetíveis à descaracterização total, permitindo sua adaptação para novos usos. Contudo, quando características simbólicas são mantidas, essas intervenções funcionam como referência ao uso religioso original, refletindo, de maneira respeitosa, os princípios de patrimonialização e preservação, mesmo quando a edificação seja destinada a fins profanos.

O Cristianismo, nesse contexto, desenvolveu maneiras eficazes para a propagação de sua mensagem, utilizando a arquitetura e a arte decorativa como instrumentos de comunicação capazes de impactar a paisagem urbana e em meio social. A representação promovida pela arquitetura católica consolidou-se como vínculo religioso socialmente enraizado, tornando complexa a distinção entre o que pertence à Igreja e o que é considerado propriedade da comunidade. Tal reconhecimento de valor configura-se como um dos fatores que motivam o processo de patrimonialização dos bens edificadas católicos.

No capítulo 3 desse trabalho, o objetivo foi realizar análises pós-ocupacionais de casos selecionados de mudanças de uso em templos católicos, com a finalidade de estabelecer parâmetros que confirmem a hipótese levantada sobre intervenções em patrimônios que perderam sua função religiosa original. Nesse contexto, torna-se essencial compreender os diversos meios de comunicação empregados pela arquitetura católica e avaliar em que medida as escolhas projetuais adotadas nas adaptações existentes estão alinhadas ao respeito e à preservação dos valores patrimoniais.

1.2 Aspectos materiais e imateriais que caracterizam a patrimonialização de bens arquitetônicos.

A criação humana pode igualmente ser reconhecida como patrimônio. Mais do que uma simples noção econômica de posse de um bem imóvel pertencente a uma família, essa concepção incorpora referências que permitem a criação de relações cognitivas com seu contexto físico – seja ele urbano ou rural – além de seu contexto sociocultural e histórico, integrando-o à paisagem cultural. A conferência geral do ICOM, realizada em 2016, definiu a paisagem cultural como “um conjunto de elementos tangíveis e intangíveis”, destacando as interações entre o lugar e a população que o vivencia e o apropria por meio de costumes e práticas culturais.

Os objetos arquitetônicos, ao gerarem valor, possuem capacidade de impulsionar a conservação e o desenvolvimento em múltiplas dimensões, além de promoverem diferentes frentes de sensibilização acerca dos valores atribuídos. Segundo Rodrigues *et al* (2019), a arquitetura permite compreender as dimensões de patrimônio que podem lhe ser agregadas. A partir da noção de proteção e valorização imobiliária, consolidada desde o século XVIII, esse conceito expandiu-se para abarcar o reconhecimento de um conjunto de valores históricos, urbanísticos e artísticos, culminando na integração dessas dimensões ao contexto cultural. Isso inclui, entre outros elementos, as edificações religiosas católicas.

Conforme definido na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Arquitetônico da Europa, realizada em Granada, em 1985, e reiterado em diversas outras cartas patrimoniais, são considerados patrimônio arquitetônico os monumentos, os conjuntos arquitetônicos e os sítios. Nesse sentido, a arquitetura pode ser reconhecida como monumento e, portanto, passível de patrimonialização, conforme interpretado pela historiadora Françoise Choay (2011) a partir da produção do historiador de arte Alois Riegl (1907):

[...] todo artefato (túmulo, tumba, poste, toem, construção, inscrição) ou conjunto de artefatos deliberadamente concebidos e realizado por uma comunidade humana, independentemente da natureza e das dimensões (da família à nação, do clã à tribo, da comunidade de crentes àquela da cidade ...), a fim de lembrar, para a memória viva, orgânica e afetiva dos seus membros, pessoas, acontecimentos, crenças, ritos ou regras sociais construtivas de sua identidade.

O monumento caracteriza-se, assim, pela sua função identificatória. Pela sua materialidade, ele intensifica a função simbólica da linguagem, corrigindo a sua volatilidade, e apresenta-se como um dispositivo fundamental no processo de institucionalização das sociedades humanas. Em outras palavras, ele tem por vocação ancorar sociedades humanas em

um espaço natural e cultural, e na dupla temporalidade dos humanos e da natureza (CHOAY, 2011, p. 12)

Sob essa perspectiva, o historiador Pierre Nora (1984) afirma que os lugares monumentais ou de memória distinguem-se dos lugares meramente arquitetônicos por sua capacidade rememorativa, congregando passado e presente simultaneamente em um mesmo espaço. Essa característica manifesta-se por meio do uso minimalista de signos, permitindo que esses lugares ressurgam com seus significados e desdobramentos ao longo do tempo. Assim, transformam-se em elementos materiais, simbólicos e funcionais, cumprindo um propósito documental, no qual a memória lhes confere uma aura simbólica. Esses aspectos garantem a esses lugares um destaque especial nas atividades culturais, comemorativas e turísticas, devido à sua notável capacidade comunicativa.

O patrimônio arquitetônico, para ser considerado como tal, deve deter características reconhecíveis e compartilhadas socialmente, fundamentadas na história, na cultura ou em paisagens identificáveis. É essencial que o bem patrimonial tenha a capacidade de promover a coesão cultural, por criar uma base comum que faça sentido para toda a comunidade, conforme enfatiza a pesquisadora e engenheira atuante do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG) Juliana Faria (2016).

Nesse contexto, a concepção de patrimônio enquanto capital social e cultural⁵ conecta-se a discussões provenientes da sociologia, educação e economia, especialmente no que se refere à ação social, seus impactos e potencialidades. Educação e iniciativas sociais atuam como instrumentos para a construção desse capital, gerando benefícios para os indivíduos. Embora o termo tenha origem na economia, sua aplicação nas artes, na museologia e no patrimônio cultural permite explorar o impacto potencial da cultura (Crooke, 2007). Putnam (1993) e Bourdieu (1997) argumentam que, quando associadas à coesão social, estratégias de inclusão e participação podem favorecer o desenvolvimento comunitário, pois o patrimônio funciona como referência de confiança e reciprocidade, contribuindo para o bem-estar e para a sensação de pertencimento dos indivíduos.

⁵ A ideia do capital social surgiu em meados do século XX, derivada do trabalho de Pierre Bourdieu, James Coleman e Robert Putnam. Esses autores destacaram seu papel em iniciativas voltadas para o fortalecimento comunitário, a promoção da coesão social e o estabelecimento de parcerias. Contudo, a apropriação do termo nesse campo não é isenta de controvérsias, refletindo divergências conceituais e metodológicas que também se manifestam no setor cultural, especialmente nos debates acerca das finalidades do patrimônio, das artes e dos museus (CROOKE, 2007).

A seleção de objetos arquitetônicos para reconhecimento e preservação como patrimônio reafirma uma identidade coletiva, configurando-se como representante legítimo da população. Nesse sentido, o capital social envolve a atuação de instituições culturais, como museus, o reconhecimento de patrimônios comuns e outras expressões culturais, bem como a capacidade de interação social.

As práticas turísticas são exemplos concretos de como o enfoque na cultura, especialmente aquela representada pelo patrimônio arquitetônico, pode levar à valorização do processo. Esses bens culturais podem ser vistos como manifestações de empoderamento e orgulho coletivo. Conforme Guedes, citado por Rodrigues et al. (2019), tais elementos possuem uma relevância que transcende sua função prática, consolidando-se como símbolos de identidade e memória cultural. Segundo Guedes *apud* Rodrigues et al (2019):

O turismo contemporâneo está intimamente relacionado com o ambiente construído nos destinos e com a percepção espacial do turista, enquanto consumidor. O turismo tem um papel fundamental na ligação entre *shareholders* de bens culturais, consumidores, a salvaguarda e a preservação do edificado patrimonial (Guedes, 2006, *apud* Rodrigues et al, 2019).

A Carta do ICOMOS sobre Roteiros Culturais, ratificada pela Assembleia Geral do ICOMOS realizada em Quebec, em 2008, destaca que o uso para turismo cultural integra um sistema interdisciplinar capaz de reforçar sua relevância coletiva e simbólica, sem se sobrepor a outras categorias. O documento estabelece, ainda, que os roteiros culturais contribuem para assegurar a autenticidade, a integridade e o uso sustentável de bens culturais (ICOMOS, 2008).

Nesse contexto, a ação museológica deve ser compreendida como administradora da comunicação proposta, atuando como mediadora do discurso e fornecedora de parâmetros e controle. Sua função é essencial para prevenir impactos negativos decorrentes de uma condução inadequada de ações relacionadas ao patrimônio, tais como insegurança, xenofobia, gentrificação, medo, isolamento. Adicionalmente, há o risco de que o patrimônio seja reduzido a uma cenografia vazia, em decorrência da perda de seu significado original e de sua consequente desvalorização, conforme alerta Crooke (2007).

De acordo com Faria (2016):

Tem como escopo dar ao visitante a possibilidade de conhecer distintos espaços culturais que se integram a uma rede institucional coletiva, de ocupação descentralizada, mas com diretrizes unificadas. [...] A globalização é a propulsora deste conjunto de redes através das quais os fluxos materiais e imateriais são transmitidos, as identidades nacionais e locais das

diversas sociedades se globalizam, com efeitos perturbadores na compreensão da própria cultura. A decisão de se apropriar de edifícios eminentes preexistentes, não se baseia na sua localização ou na singularidade dos mesmos, mas no impacto e influência que determinado grupo de edifícios históricos podem gerar (Faria, 2016, p.10,11,12).

A arquitetura apresenta uma característica singular de contextualização no tempo e no espaço, permitindo interpretações sob duas perspectivas complementares: a do exterior e a do interior da edificação. Historicamente, e em parte influenciada por interesses do mercado imobiliário, a preservação de um bem arquitetônico tende a concentrar-se predominantemente na proteção de sua fachada e volumetria, por meio do tombamento externo. Essa abordagem busca salvaguardar o conjunto arquitetônico em seu contexto urbano, assegurando a integridade tipológica e a conformação da ambiência, elementos determinantes para o processo de proteção patrimonial.

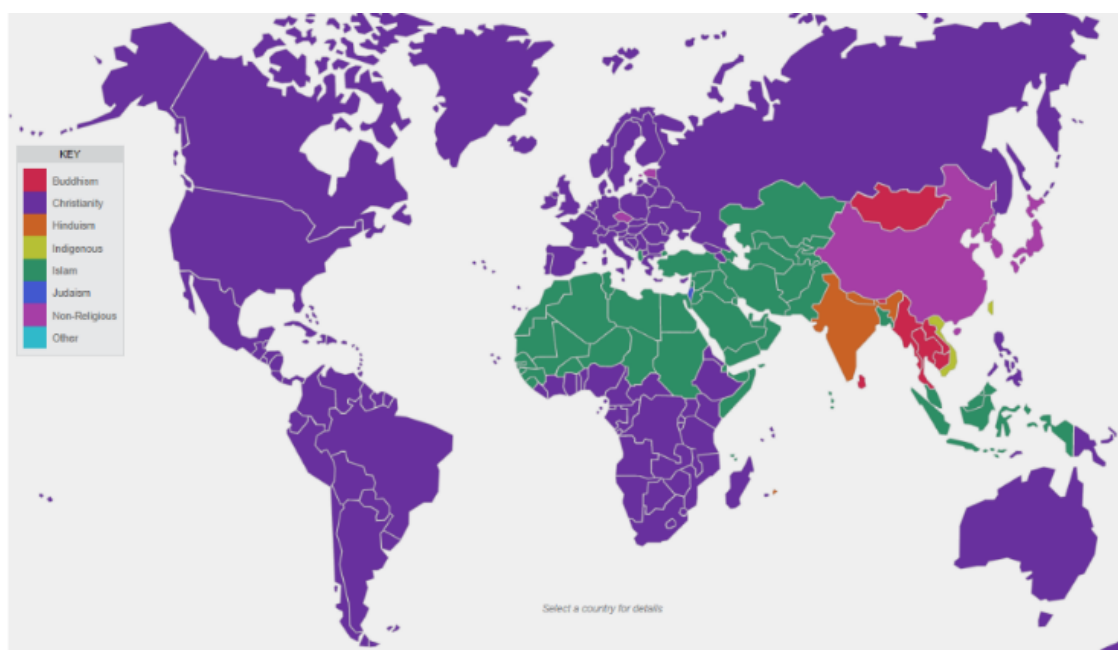
Em contrapartida, as medidas de preservação voltadas aos interiores dessas edificações são mais restritas, concentrando-se principalmente nos bens móveis e integrados ⁶ — como objetos de arte ou representativos de ofícios tradicionais, sejam fixos ou móveis — cuja importância e valor estão intrinsecamente ligados à edificação como um todo. Entende-se que a dificuldade em preservar os interiores decorre, em grande parte, de três fatores: a menor durabilidade dos mobiliários e decorações em comparação aos materiais construtivos; a facilidade de retirar esses itens de seus ambientes originais e preservá-los em outros locais; a possibilidade de remoção desses itens de seus contextos originais para conservação em outros locais; e as mudanças de uso que podem ser necessárias para assegurar a manutenção e a sobrevivência do patrimônio, nem sempre compatíveis com as composições internas originais.

⁶ De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a definição de bens integrados aos imóveis tombados foi cunhada nos anos 1980. Dentre os bens integrados ao patrimônio religioso edificado católico podem ser caracterizados por “altares, retábulos, arco-cruzeiros, traja do arco-cruzeiro, painéis de talha, pinturas parietais, painéis fixos, arcazes fixos, balaustrada de coro, mesa de comunhão, pia batismal, pia de água benta, paravento, pinturas e talhas de forros, nichos, oratórios fixos, relógios de torre e de sol, portas, decoração de capitéis, cunhais, sobrevergas decoradas, tarjas externas simbólicas (como Agnus Dei, mitra, escudos, etc.) [...] revestimentos externos de azulejos e painéis internos historiados ou apenas decorativos”. Podendo ser acrescentados também os vitrais, outros objetos como sinos e esculturas. (SITE IPHAN)

1.3 O declínio da influência católica na América Latina e as repercussões sobre os usos de sua arquitetura

De acordo com as estatísticas da organização internacional “*Statistics and data.org*” (figura 12), estima-se que atualmente existem mais de 4.200 religiões para atender a uma população de 7,8 bilhões. Desse total, os registros do ano de 2022 apontam que os cristãos representavam 31,11% da população mundial, totalizando cerca de 2,4 bilhões de pessoas, seguidos pelos muçulmanos, que correspondem a 25%, e pelo hinduísmo, com 15%. Além disso, aproximadamente 16% da população mundial se declara sem religião.

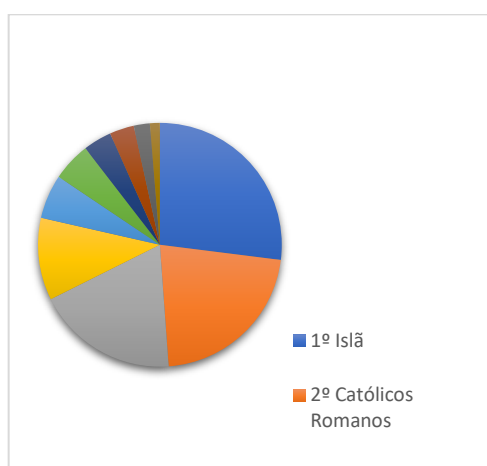
Figura 12 – Mapa mundial de religiões prevalentes em 2022.



Autor: PBslearningmedia. 2022. Disponível em: <<https://contrib.pbslearningmedia.org/WGBH/sj14/sj14-int-religmap/index.html>>. Acesso em 05 de março de 2023.

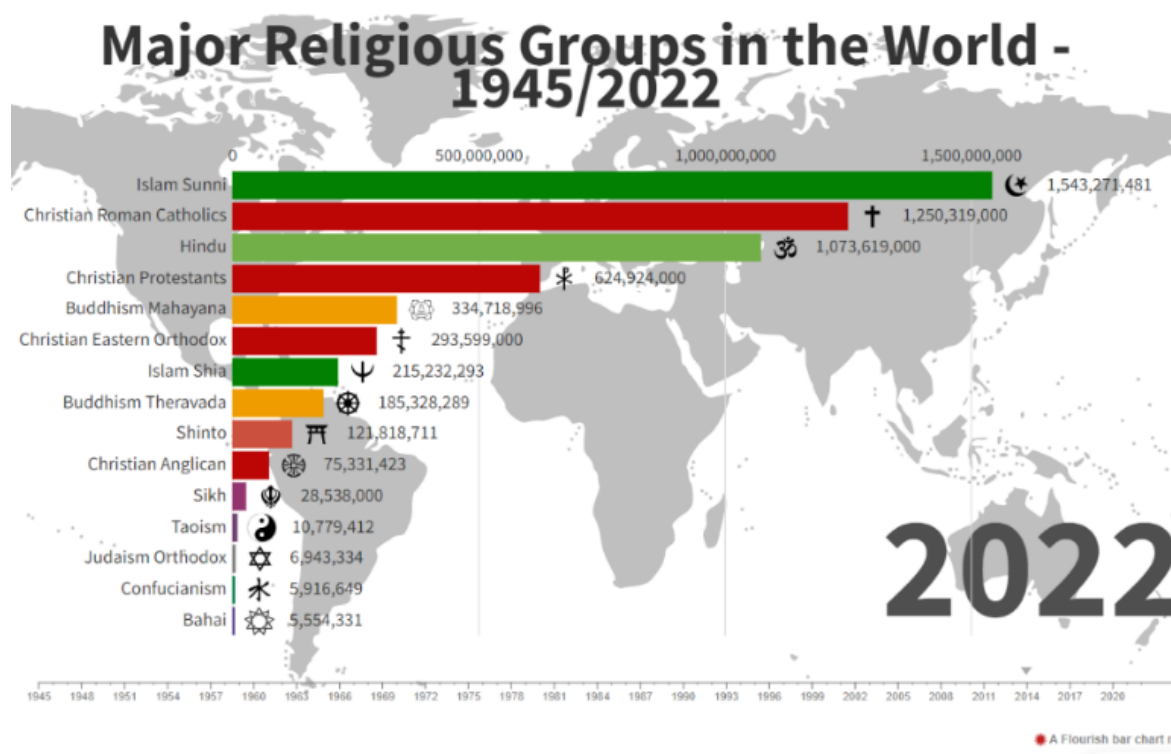
Se desconsiderarmos as subdivisões do Cristianismo, como Católicos Romanos, Protestantes, Anglicanos e Ortodoxos (figura 13), a fé em Cristo permanece como a religião com o maior número de adeptos, representando 31,11% da população mundial. No entanto, as estatísticas indicam que, ao separar essas subdivisões, o segmento cristão mais predominante continua sendo o dos Católicos Romanos. Sob uma análise que não unifica as segmentações do Cristianismo, o Catolicismo ocupa, atualmente, a segunda posição entre as religiões mais populares, enquanto o Islamismo assume a primeira posição, conforme evidenciado nas figuras 13 e 14.

Figura 13 - Gráfico comparativo entre as religiões mais populares no ano de 2022.



Autor: Produzido pela autora com dados fornecidos pela organização *Statics and data*. 2023

Figura 14 – Maiores grupos de religião no mundo de 1945 a 2022.



Autor: Statics and data. 2022. Disponível em: < <https://statisticsanddata.org/data/most-popular-religions-in-the-world-1950-2022> >. Acesso em 05 de março de 2023

De acordo com as transformações socioeconômicas e políticas, diversas razões contribuíram para o enfraquecimento de domínio por parte da Igreja Católica como doutrina de maior influência e de fiéis número de fiéis. Entre esses fatores, destacam-se o surgimento de novas correntes religiosas, o avanço da ciência, os escândalos e denúncias de corrupção no interior da Igreja, bem como a mudança de postura do ser

humano diante de eventos históricos significativos, como a Revolução Francesa e a Revolução industrial.

Marchi (2005) analisa os caminhos percorridos que possivelmente levaram a uma perspectiva de enfraquecimento das religiões na contemporaneidade, destacando os impactos desses fatores na relação entre a espiritualidade e o indivíduo:

No decorrer dos séculos XVIII e XIX, cientistas de diferentes campos do saber e de múltiplas tendências filosóficas e teóricas contribuíram para o desenvolvimento de ideias e teses que explicassem os segredos da matéria e superassem os limites do conhecimento. Tudo levava a crer que o sentimento religioso entraria num processo de corrosão e que a sociedade evoluiria para a secularização, especialmente quando o crescimento industrial, a urbanização e o avanço tecnológico na produção de bens de consumo ditavam outros padrões de vida e influenciavam o comportamento das pessoas (MARCHI, 2005, p.35).

O autor explica que as invenções tecnológicas introduziram novas dinâmicas à vida, impactando diretamente o cotidiano dos indivíduos, tornando-os mais racionais, práticos e menos reflexivos. Essas transformações alteraram paradigmas culturais, embora as crenças religiosas continuassem a conferir sentido à vida, aos lugares e às concepções pré-determinadas. Ainda assim, o vínculo religioso continuava a influenciar a percepção do tempo e do espaço, mitificando aspectos centrais da experiência humana.

No século XX, a sociedade defrontou-se com dois desafios: de um lado, alguns intelectuais declaravam a morte de Deus e tentavam suprimir qualquer explicação não racional da existência humana e do universo, e de outro, a permanência do sagrado nas manifestações da religiosidade, na cultura, nas artes e nos múltiplos setores da organização social. Parte significativa da humanidade manteve vínculos com os deuses e com outras entidades e assim organizava suas crenças, ordenava suas experiências de vida e suas práticas religiosas. Tais vínculos não necessariamente passavam pelo controle das organizações eclesásticas e o contato com os deuses suplantava os liames institucionais. Não raro, superavam o formalismo das crenças, à oficialidade das liturgias e a sacramentalidade dos rituais. Nesse universo de desafios e dúvidas, novas perguntas afloravam tanto em relação ao conhecimento científico e à tecnologia, quanto ao lugar do sagrado na contemporaneidade. (MARCHI, 2005, p.35-36)

Para Marchi (2005), o sagrado designa o que não pode ser tocado, violado, desrespeitado ou questionado, estabelecendo uma contraposição necessária com o profano — contraposição sem a qual ambos perderiam significado. No contexto contemporâneo, essa relação entre sagrado e profano evidencia maior flexibilidade interpretativa e se alinha ao desenvolvimento de um pensamento mais racionalizado.

Assim, torna-se relevante buscar previsibilidade a partir das transformações sociais e culturais, considerando os índices atuais que demonstram uma diminuição na influência das religiões. Esse exercício permite projetar os efeitos de um aprofundamento do fenômeno de “secularização”, analisado pelo sociólogo espanhol José Zepeda (2010), que afirma: “Se por secularização entende-se o processo pelo qual a religião tende a desaparecer inevitavelmente nas sociedades modernas” (Zepeda, 2010, p.131). No entanto, eventos históricos associados à religiosidade mostram que essa afirmação não se sustenta de forma absoluta, especialmente quando analisadas diante das tendências religiosas contemporâneas. Ao citar Karel Dobbelaere, sociólogo da religião da Universidade Católica de Leuven, Zepeda (2010) argumenta que o conceito de secularização deve ser compreendido como uma referência e orientação, dividido em três dimensões principais:

- Laicização: refere-se à mediação entre instituições religiosas e sociais por meio da profanação, diferenciação e transposição.
- Mudança religiosa: aborda atualizações nas crenças, na moral e nos ritos restritos às instituições religiosas.
- Participação em igrejas: explora alterações na relação entre o indivíduo e a instituição religiosa, especialmente no que se refere à integração e engajamento.

De modo geral, Zepeda (2010) aponta que, para os teóricos da sociologia, a secularização não constitui uma teoria sistemática, mas sim um paradigma compartilhado, centrado nos processos de diferenciação, racionalização e mundanização da sociedade.

Segundo Chaves (2018), observa-se que indivíduos influentes na sociedade têm preservado sua fé e espiritualidade sem necessariamente vincular-se a orientações religiosas institucionais específicas. Esse fenômeno indica um enfraquecimento na transmissão das tradições religiosas, abrindo espaço para o surgimento de variantes e para uma identificação crescente com posições como ateísmo e agnosticismo. Nesse sentido, a autora sugere que a sociedade contemporânea caminha para uma autonomia religiosa não institucionalizada, com um caráter mutável na relação do indivíduo com o sagrado, que pode ser múltiplo e híbrido. Essa configuração permite ao sujeito contemporâneo moldar sua própria fé, distanciando-se de valores tradicionais que, talvez, já não são suficientes para abarcar a complexidade da existência humana na sociedade moderna.

Complementando esse raciocínio, Zepeda (2010) observa o movimento de “revitalização” por parte de instituições religiosas que perderam alcance e influência,

como é o caso da Igreja Católica, sobretudo em áreas urbanas. Paralelamente, novas instituições religiosas emergem, marcadas por uma forte carga emocional e adaptabilidade aos contextos contemporâneos, desenvolvendo-se por meio da experimentação e do sincretismo com elementos da natureza. Tais correntes não invalidam a teoria da secularização, na medida em que promovem a proliferação de grupos concorrentes e contribuem para a fragilidade da capacidade social centralizadora das religiões tradicionais. Esse cenário resulta em uma flexibilização de crenças, moldada pelos movimentos de globalização e pelas transformações sociais associadas.

Tal fenômeno é consequência da modernidade radicalizada, que proporcionou as condições socioinstitucionais (capitalismo, industrialização, comunicação de massa, urbanismo, Estado nacional etc.) e o imaginário cultural (que inclui diferentes formas de racionalidade, cosmologia, valores, crenças, conceitualização do tempo e espaço) que tornaram a globalização possível (Tomlinson, 2001, Capítulo 2 apud Zepeda, 2010, p.137).

Complementa-se com:

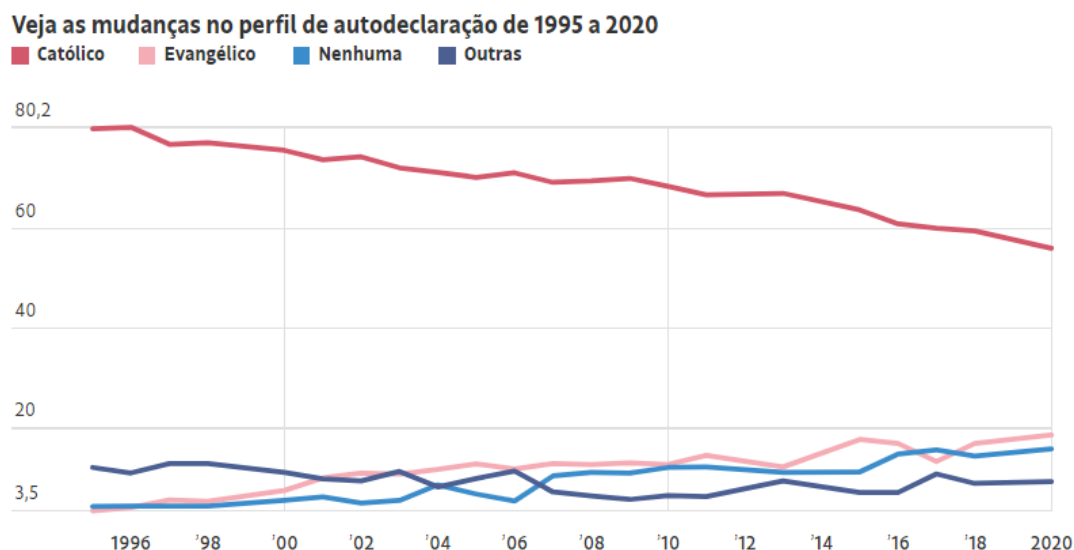
Nesse contexto, a religião comporta-se tanto como uma força negativa da globalização, servindo, para certos grupos, de referência para uma identidade histórica ou étnica e fortalecendo, assim, a cultura local, quanto como uma força proativa, que assume um caráter eminentemente expansivo e homogeneizador, como ocorre com o catolicismo romano e alguns movimentos islâmicos na modernidade globalizada (Beyer, 1994 apud Zepeda, 2010, p.137)

Entretanto, há correntes que defendem a noção de “reavivamento” religioso, justificando-a pelo papel da religião na formação de identidades, considerada uma constante antropológica. Gabatz e Zeferino (2017), com base em Teixeira (2014), argumentam que essa possibilidade é tão natural quanto as metamorfoses da vida, demandando uma dinâmica religiosa mais plural, em vez de uma diminuição da religiosidade. Esse pensamento também encontra respaldo em Durkheim (2000), ao sugerir a possibilidade de retornos e reconfigurações a partir de uma abordagem contemporânea e antropológica, como igualmente analisado por Zepeda (2010).

De acordo com Zepeda, o processo de globalização depende da interação e tensão com a escala local, na qual a religião desempenha um papel essencial de enraizamento social. Caso a secularização se concretize como uma corrente predominante — algo já observável em movimentos contemporâneos, sobretudo na Europa —, será possível observar fenômenos como a desterritorialização de identidades religiosas, a formação de comunidades transnacionais, assim como, o sincretismo entre as principais religiões que interfeririam diretamente na administração e nas demandas de uso das edificações religiosas.

Na América Latina, conforme demonstrado no gráfico a seguir (figura 15), observa-se a movimentação das migrações entre religiões ao longo do período de 1995 e 2020. Os dados revelam um expressivo fluxo de conversões do catolicismo para denominações evangélicas protestantes, acompanhado por um crescimento significativo do número de pessoas que passam a se identificar como “sem religião”.

Figura 15 - Panorama religioso na América Latina de 1995 a 2020.



Autor: Latinobarómetro. Nov.2022. Disponível em:<
<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/06/america-latina-ve-aumento-dos-sem-religiao-mas-segue-redu-to-do-cristianismo.shtml>>. Acesso em 07 de março de 2023

É fundamental reconhecer que as transformações nas dinâmicas entre as religiões interferem diretamente em aspectos culturais responsáveis pela atribuição de valores aos patrimônios edificados. A expressiva redução na prática religiosa entre os adeptos do catolicismo coloca em evidência um risco: embora essas construções continuem sendo valorizadas por seus atributos históricos, artísticos e simbólicos, é possível que, em médio prazo, percam relevância para as novas gerações. Tal cenário comprometeria, consequentemente, o investimento social, político e econômico necessário à sua preservação.

Por outro lado, não se deve desconsiderar a existência de correntes que defendem um reavivamento religioso, capazes de mitigar os efeitos da secularização ou até mesmo fomentar a demanda por espaços religiosos ecumênicos. Esses ambientes poderiam atender simultaneamente tanto os fiéis vinculados a tradições específicas quanto aqueles que não se identificam formalmente com nenhuma confissão, mas que buscam vivências espirituais plurais.

Essas projeções futuras iluminam uma dimensão estratégica da preservação: apoiar a salvaguarda dos bens edificados ligados ao catolicismo implica adotar uma

postura que privilegie a gestão integrada e respeitosa desses patrimônios. Tal perspectiva deve considerar não apenas os valores intrínsecos atribuídos a essas edificações, mas também os impactos sociais, culturais e políticos de sua permanência no tecido urbano. Desse modo, torna-se necessário investir em planejamento preventivo e em ações coordenadas, capazes de viabilizar sua preservação sustentável e assegurar sua relevância como referência cultural para as gerações vindouras.

1.4 O processo de preservação do patrimônio arquitetônico

O processo de preservação do patrimônio, consolidado a partir do século XVIII, resulta de uma trajetória marcada por reflexões críticas e revisões teóricas que acompanharam a evolução histórica, articulando-se às noções de herança e legado. Preservar implica proteger, gerir, conservar e identificar bens culturais, atribuindo-lhes legitimidade e assegurando consistência metodológica à prática profissional, de modo a evitar o empirismo e a arbitrariedade.

Durante o século XIX, na França, a concepção de preservação foi profundamente moldada pelo esforço de salvaguardar bens móveis e imóveis reconhecidos como símbolos da memória coletiva, em um contexto de intensas transformações sociopolíticas desencadeadas pela Revolução Francesa. Esse cenário levou à criação da primeira Comissão dos Monumentos Históricos, em 1830, consolidando uma abordagem institucional e sistemática para a proteção do patrimônio histórico (CHOAY, 2011, p. 102).

A obra conservadora dos Comitês revolucionários é objeto de dois processos distintos. O primeiro no tempo é a transferência para a nação dos bens do clero, da Coroa e dos emigrantes. O segundo é a destruição ideológica de que uma parte destes bens foi objeto, a partir de 1792, em particular sob o Terror e sob o governo de Salvação pública. [...] Ela (a França revolucionária) já não visa apenas a conservação das igrejas medievais, mas, na sua riqueza e diversidade, a totalidade do patrimônio nacional (CHOAY, 2011, p.104).

A autora ainda destaca dois outros momentos históricos que impulsionaram reflexões contínuas sobre o patrimônio, suas definições e formas intervenção. O primeiro corresponde à Revolução Industrial, cujo ímpeto de crescimento urbano, progresso técnico e inovação frequentemente resultou em impactos negativos para a preservação. O segundo refere-se às Guerras Mundiais, que ocasionaram a destruição de cidades inteiras e evidenciaram a vulnerabilidade dos bens culturais, conforme observa Françoise Choay (2011). Nesse cenário, emergiu a necessidade de esclarecer, orientar e estabelecer limites para as ações relativas ao patrimônio, o que levou à formulação de debates entre profissionais e representantes de diferentes nações e

culminou na elaboração das Cartas de 1931 (Carta de Atenas) e de 1964 (Carta de Veneza). Esses documentos foram posteriormente fortalecidos pelo trabalho da Organização das Nações Unidas (ONU), que contribuiu para a consolidação de diretrizes internacionais voltadas à preservação cultural.

De acordo com o site da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), os patrimônios da humanidade representam o legado do passado e a herança cultural que se pretende transmitir às futuras gerações. O conceito de “patrimônio mundial” refere-se à aplicação universal do valor de determinado bem, tornando-os pertencente a todos os povos, independentemente de sua localização. Esses patrimônios servem como referências de interesse coletivo, e possuem valor universal excepcional⁷, assegurado pelos seus significados atribuídos, que permitem a proteção legal estabelecida por tratados internacionais.

O marco inicial desse conceito remonta a 1959, durante a construção da Represa Alta *de Aswan*, entre os territórios do Egito e Síria, com o objetivo de salvaguardar os antigos monumentos da Núbia que estavam sob ameaça do risco da perda. Esse movimento foi resultado de um processo de conscientização, especialmente impulsionado pelo impacto das perdas ocasionadas pelas guerras mundiais e locais. Desde então, a organização realizou como marco a Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural Mundial, em 197. Esse documento reconheceu a necessidade de identificar, proteger e transmitir bens inestimáveis e irremovíveis, estabelecendo bases normativas que permanecem em contínuo processo de atualização e revisão.

Atualmente, essa abordagem da UNESCO engloba a proteção de sítios inteiros, cidades, oceanos e outros bens, com atenção especial aos patrimônios sacros, incluindo aqueles associados à religião católica. Nesse contexto, a Organização define como missão:

- Incentivar os países a assinar a Convenção do Patrimônio Mundial e a garantir a proteção de seu patrimônio natural e cultural;
- Incentivar os Estados Partes da Convenção a nomear locais em seu território nacional para inclusão na Lista do Patrimônio Mundial;
- Incentivar os Estados Partes a estabelecer planos de gestão e estabelecer sistemas de relatórios sobre o estado de conservação de seus locais de Patrimônio Mundial;

⁷ De acordo com a UNESCO, compreende-se como “valor Universal Excepcional” o reconhecimento de que o patrimônio em questão transcende fronteiras entre nações e detém importância para gerações futuras.

- Ajudar os Estados Partes a salvaguardar as propriedades do Patrimônio Mundial, fornecendo assistência técnica e treinamento profissional. Auxiliam nessa questão contra os riscos de invasões, monitoramento, contra a negligência da administração local;
- Prestar assistência de emergência a locais do Patrimônio Mundial em perigo imediato;
- Apoiar as atividades públicas de conscientização dos Estados Partes para a conservação do Patrimônio Mundial;
- Incentivar a participação da população local na preservação de seu patrimônio cultural e natural;
- Incentivar a cooperação internacional na conservação do patrimônio cultural e natural do mundo.
- Desenvolver a catalogação, nomeação e registros dos patrimônios;
- Auxiliar através de financiamento e supervisão ações de restaurações e conservação.

A Ação da UNESCO na atualidade contempla uma ação de reconhecimento de 1.157 monumentos e sítios. Dentre essa listagem, o site da organização indica que 194 bens reconhecidos são produtos da religião católica, ao se considerar toda a sua versatilidade de edificações.

A listagem dos 12 primeiros patrimônios da humanidade reconhecidos, já incluíam bens católicos edificados, como:

- Igrejas construídas no conjunto arquitetônico da Cidade de Quito – Equador. Construídas a partir do século XVI, durante o imperialismo espanhol, detendo especialmente de composições barrocas com influências de elementos indígenas locais, estão o mosteiro de São Francisco e São Domingo e a Igreja e Colégio Jesuíta de La Compañía, além da catedral da cidade.
- Igrejas edificadas em rochas, em Lalibela, Etiópia. Construídas durante o período de invasões muçulmanas no século XII, conformando uma “nova Jerusalém”, contando com 11 edificações escavadas e esculpidas em cantaria.
- Catedral de Aachen, Alemanha. Primeira edificação com estrutura abobadada no norte dos Alpes desde o período da Antiguidade, construída durante o medievo.
- Catedral de São Venceslau – Polônia. Parte do conjunto do Centro Histórico de

Cracóvia. Ressignificada não só como representatividade cultural, mas como marco de importantes eventos históricos como as grandes Guerras.

- Capelas adaptadas em Minas de Sal, de Wieliczka e Bochnia, Polônia. Após o período de mineração de sal, as áreas escavadas foram adaptadas para diversos usos, dentre eles o de templo católico.
- Igrejas construídas na Ilha de Goree, Senegal. Conformando o maior centro de tráfico de escravos na África, esse território foi dominado por portugueses, holandeses, ingleses e franceses. O Conjunto foi registrado em 1975 pela UNESCO.

Destaca-se o trabalho que a Organização realiza no Brasil, que, em 2023, contava com 23 sítios e monumentos reconhecidos como patrimônio da Humanidade. Uma parte desse conjunto é composta por bens edificadas ligados ao patrimônio católico, conforme detalhado pelo Ministério do Turismo (2022), sendo eles:

- Igrejas construídas na Cidade de Ouro Preto – Minas Gerais. A cidade foi a primeira a receber o título no Brasil, em 1980. Ouro Preto detém 18 igrejas barrocas que conformam um percurso turístico.
- Igrejas construídas no Centro Histórico de Olinda – Pernambuco. Segunda cidade do país reconhecida, em 1982. Conta com 08 igrejas localizadas no Centro, que fazem parte de um conjunto de 22 igrejas e 11 capelas de diversos períodos históricos que existem pela cidade.
- Ruínas de São Miguel das Missões - Rio Grande do Sul. Reconhecida em 1983, conformam um conjunto de cinco sítios arqueológicos edificadas por jesuítas durante o século XVII e XVIII.
- Igrejas construídas no Centro histórico de Salvador – Bahia. Consideradas no ano de 1985, o Centro ainda preserva igrejas construídas pelas ordens de jesuítas, franciscanos, carmelitas e beneditinos, dentre outras, desde o século XVII.
- Santuário do Bom Jesus de Matosinhos – Minas Gerais. Construído durante o século XVIII, conforma um conjunto representante do barroco mundial, reconhecido no ano de 1985.
- Catedral Metropolitana de Nossa Senhora Aparecida, projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer, em 1958, parte do conjunto urbanístico e arquitetônico modernista de Brasília, reconhecido em 1987.

- Igrejas construídas no Centro Histórico de São Luís – Maranhão. Região representativa do período colonial do país, reconhecida no ano de 1997, detém de mais de quatro mil edificações que datam do século XVIII e XIX, dentre eles há 09 igrejas, como a Catedral Jesuíta e o convento das Mercês.
- Igrejas construídas no Centro Histórico de Diamantina – Minas Gerais. Registradas como patrimônio mundial em 1999. Destacam-se as Igrejas de Nossa Senhora do Carmo e a de São Francisco em um grupo de 06 igrejas.
- Igrejas construídas no Centro Histórico de Goiás – Mato Grosso. Incluídas na listagem em 2001. Detém de exemplares como a Igreja do Rosário, de Santa Bárbara, de Nossa Senhora da Abadia, Nossa Senhora do Carmo e a Igreja Matriz de Santana.
- Igrejas que conformam o conjunto urbanístico e arquitetônico da Praça São Francisco, em São Cristóvão, Sergipe. Edificadas no período da União Ibérica (1580-1640) se encontram mais de seis edificações dentre igrejas, conventos e mosteiros, reconhecidos em 2010.
- Igreja de São Francisco de Assis, conjunto arquitetônico modernista da Pampulha, Belo Horizonte, Minas Gerais. Recebeu o título de patrimônio mundial em 2016. Projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer em parceria com o artista Cândido Portinari, Alfredo Ceschiatti e o paisagista Roberto Burle Marx.
- Igrejas parte do conjunto urbanístico e arquitetônico de Paraty. Registradas como parte de um patrimônio misto, no ano de 2019.

Mais do que abrigar práticas e ritos religiosos, essas edificações constituem marcos fundamentais nos processos de conformação cultural. Elas refletem acontecimentos históricos, revelam expressões artísticas singulares e integram-se às paisagens culturais em que estão inseridas. Ao mesmo tempo, funcionam como suportes materiais para a transmissão e o registro de inúmeros patrimônios imateriais. Tais dimensões têm fomentado debates acerca do reconhecimento dessas construções como patrimônios intangíveis, em razão de sua relevância simbólica e cultural, que ultrapassa a materialidade arquitetônica.

Vianna (2016), ao analisar a lista de verbetes do IPHAN, indica que o patrimônio intangível pode ser compreendido como:

As referências simbólicas dos processos e dinâmicas socioculturais de invenção, transmissão e prática contínua de tradições fundamentais para as identidades de grupos, segmentos sociais, comunidades, povos e nações. (VIANNA, 2016 *apud* IPHAN, 2016)

A identificação da intangibilidade dos patrimônios edificados religiosos atua como referência na conformação cultural de diferentes sociedades. Esses aspectos reforçam a importância e o cuidado que a UNESCO aplica e recomenda às administrações locais, visando manter o mesmo nível de atenção em relação à sua relevância.

As verificações desenvolvidas neste trabalho revelam que, na lista de bens protegidos da UNESCO, constam edificações subutilizadas e conservadas de forma precária, em decorrência do enfraquecimento de seu uso original. Com a diminuição da prática religiosa entre as novas gerações, esses bens correm o risco de perder sua significância e de serem completamente desativados em termos litúrgicos, ocasionando a perda de sua função simbólica original. Um exemplo emblemático é o caso das Ruínas de São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul, que foram ressignificadas como um ponto turístico, mas acabaram descaracterizadas de sua essência religiosa.

Bens e propriedades imóveis sob custódia do Vaticano

De acordo com a Administração do Patrimônio da Sé Apostólica (APSA), setor instituído pelo Vaticano em 2016 para promover maior controle e transparências sobre as posses e gastos da Igreja por meio da centralização da gestão econômica. De acordo com a APSA, a instituição administra aproximadamente 4.051 imóveis na Itália, 1.120 em demais regiões da Europa, como Londres, Paris, Genebra e Lausanne e outras partes do mundo.

Esses imóveis totalizam cerca de 1,5 milhões de metros quadrados, distribuídos entre diferentes usos: 14% destinados ao mercado aberto, 8% alocados para assistência aos funcionários e 78% voltados a fins institucionais, incluindo templos, escolas, museus, bibliotecas e hospitais⁸. A Igreja Católica Apostólica Romana preserva e mantém essas propriedades como sedes representativas de sua missão e como marcadores de sua presença histórica e territorial, desempenhando o papel de monumentos de rememoração. Apesar de parte de seus bens imóveis ter sido transferida ao longo da história, a instituição se mantém financeiramente estável, adaptando-se às transformações históricas ocorridas.

Identificando-se como sinônimo de tradição, conservadorismo e confiabilidade, a Igreja contribui para que suas propriedades sejam reconhecidas como patrimônios “semipúblicos”, uma vez que ultrapassam a noção de posse exclusiva e transmitem a sensação de pertencer a toda a coletividade, como parte integrante do patrimônio cultural.

⁸ Informações atualizadas em 2021, de acordo com o site <https://veja.abril.com.br/mundo/vaticano-divulga-lista-com-5-000-propriedades-imobiliarias/>

Diante das mudanças na dinâmica contemporânea da Igreja Católica, a instituição tem reavaliado a relevância de seu patrimônio imobiliário, podendo identificar situações de perda de demanda que podem resultar na venda ou locação desses bens para usos variados. Para esses casos, foram elaboradas diretrizes, que definem como proceder, indicando novos usos apropriados, além de opções para o tratamento e destino de bens móveis. Esses aspectos serão detalhados no capítulo 2.

Como as transformações na popularidade da religião católica impactam a preservação e salvaguarda de suas edificações.

De forma geral, as ações de preservação e conservação impactam positivamente as economias locais, sobretudo por meio do fomento ao turismo cultural. Nesse contexto, torna-se essencial discutir a queda de popularidade da Igreja Católica e a consequente redução de fiéis, fenômeno que tem diminuído tanto o uso quanto a relevância de suas edificações. Com a retração do público, o compromisso com a manutenção, conservação e preservação dos templos católicos também tende a se enfraquecer, aumentando o risco de abandono.

Esse cenário suscita uma questão crucial: como proceder com um templo religioso que não é mais utilizado? A possibilidade de adaptá-lo a novos usos, preservando ao mesmo tempo seu caráter espiritual e simbólico, configura-se como um desafio significativo. A recorrência desse fenômeno, observada em diversas regiões, tem estimulado debates acerca das condutas apropriadas para lidar com esses casos, considerando tanto a preservação patrimonial quanto o respeito às memórias coletivas que esses espaços abrigam.

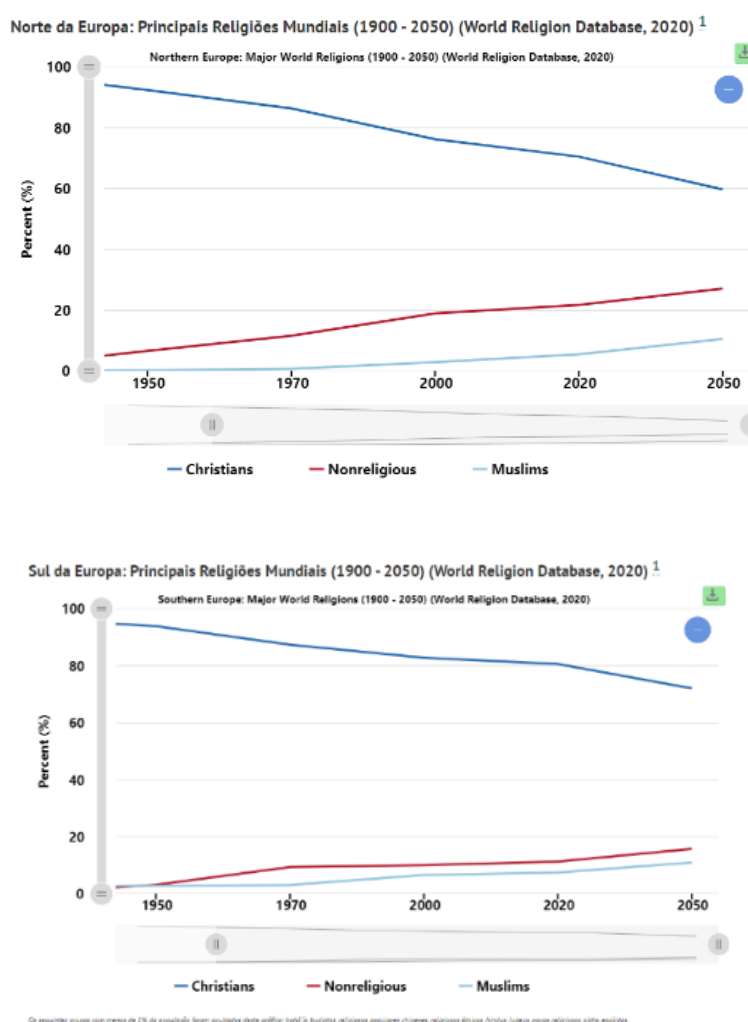
Nesse sentido, como parte do reconhecimento dessa demanda, será discutido a seguir o processo de retração do catolicismo, com destaque para o contexto europeu, onde a dinâmica ocorre de forma acelerada e gera consequências diretas para a preservação das edificações religiosas.

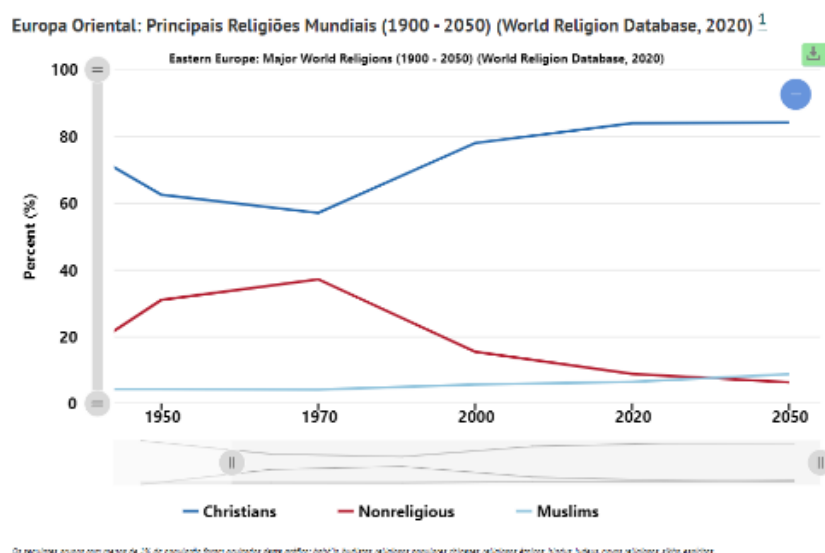
1.4.1 Europa

A Europa, como sede de origem e referência dos preceitos sociais da Igreja Católica, configura-se como um ponto crucial de análise. As transformações históricas ocorridas nessa região servem como exemplo do que pode, eventualmente, acontecer em outras partes do mundo por diversas razões. Nesse contexto, emerge a noção de alerta para possíveis perdas e mudanças nas atribuições de significado desses patrimônios ao longo do tempo.

As transformações anteriormente mencionadas, relacionadas à queda na adesão ao catolicismo em escala global, evidenciam uma acentuação significativa no contexto europeu. Com base nos gráficos elaborados pela fundação *World Religion Database* (2020) (figura 16), observa-se uma aceleração desse processo sobretudo a partir dos anos 2000. A religião católica tem perdido espaço gradualmente diante do crescimento acelerado do Islã e do aumento expressivo de indivíduos que se identificam como “sem religião”.

Figura 16 – Gráficos sobre as modificações ocorridas nas principais religiões a partir de 1900 com projeções para 2050 na Europa.





Autor: *World Religion Database*. 2020. Disponível em: < <https://www.worldreligiondatabase.org/data/>>.
Acesso em 07 de março de 2023

De acordo com os gráficos apresentados, é possível identificar distinções nas transformações religiosas ao se analisar as diferentes regiões da Europa. Nota-se uma diferença significativa entre a Europa Ocidental (representada nos gráficos pelas regiões Norte e Sul) e a Europa Oriental.

Na região Ocidental, que inclui países como Noruega, Suécia, Dinamarca, Finlândia, França, Espanha, Portugal, Itália e Turquia, os gráficos evidenciam uma queda no catolicismo, acompanhada pelo crescimento do Islã e pelo aumento expressivo de pessoas que se identificam como "sem religião".

Em contrapartida, no Oriente europeu, que abrange países como Polônia, Hungria, Bulgária, Eslovênia, Croácia e Rússia, as dinâmicas religiosas apresentam outras particularidades. Essa divisão entre os lados Ocidental e Oriental da Europa remonta a fatores políticos, geográficos e culturais. Contudo, historicamente, essa distinção também está vinculada a diferenças religiosas, com ênfase nas múltiplas conformações do cristianismo.

As variações apresentadas nos gráficos possuem implicações diretas para a preservações dos patrimônios edificados, conforme discute o pesquisador belga Thomas Coomans (2018). O autor ressalta que, desde 2008, o número de igrejas redundantes tem aumentado significativamente em decorrência das transformações do catolicismo pela Europa. Coomans aponta que a crise econômica vivida nesse período, associada às novas formas de relações sociais e aos avanços nos meios de comunicação, desencadeou uma crise de identidade na Europa Ocidental, agravada pela crise institucional nas igrejas cristãs de maneira geral.

Segundo o autor: “Hoje, nenhuma região ocidental deixou de ser afectada pela questão das igrejas, mosteiros e conventos redundantes, o que teve consequências na utilização, manutenção, financiamento, propriedade e património destes edifícios.” (Coomans, 2018, p. 59, tradução nossa). Apesar da dificuldade de acesso a estatísticas que quantifiquem os patrimônios religiosos afetados por esse processo, Coomans destaca que, na Alemanha, aproximadamente 15.000 das 45.000 igrejas existentes já não estão em uso, e no Canadá, na província de Quebec, estima-se que mais de 600 igrejas foram recicladas, enquanto outras centenas aguardam a reutilização adaptiva (Coomans, 2018, p. 62).

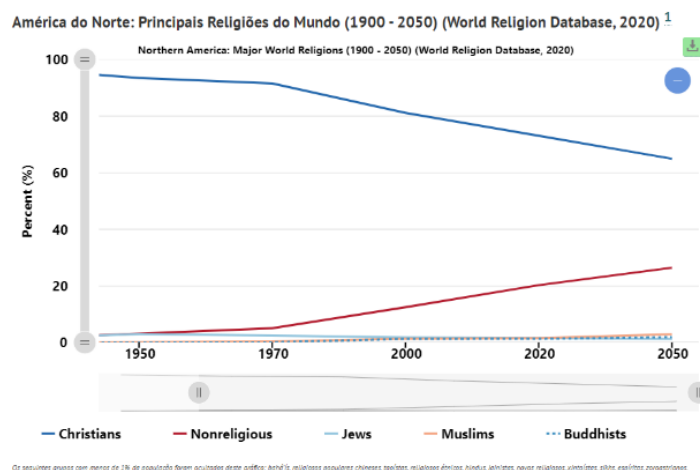
Esses dados evidenciam a urgência de reconhecer o fenômeno e de promover reflexões sobre práticas adequadas e respeitadas para a preservação de bens religiosos edificados, considerando as projeções de aumento no número desses patrimônios que podem se tornar obsoletos.

1.4.2 Américas e África

De acordo os levantamentos e estatísticas produzidos pelo *World Religion Database*, observados durante a década de 2020, as transições entre religiões no cenário global não seguem um padrão uniforme. Conforme ilustrado nas imagens abaixo (figuras 17 e 18), o continente americano evidencia, de modo geral, uma redução na adesão ao cristianismo, acompanhada por um crescimento expressivo no número de pessoas que se identificam como "sem religião".

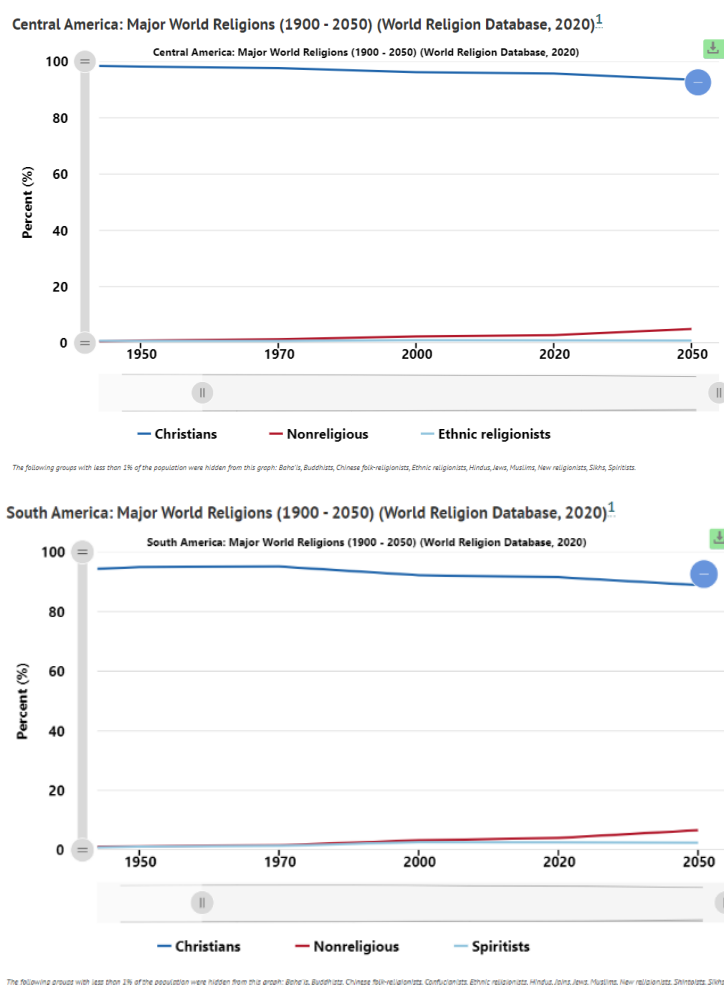
Em uma análise mais detalhada, observa-se que, na América do Norte, o cristianismo apresenta uma redução de 20%, enquanto há um crescimento inversamente proporcional no número de pessoas que se identificam como "sem religião". Nos Estados Unidos, destaca-se um aumento significativo de adeptos ao Islã, fenômeno impulsionado, em grande parte pelos fluxos migratórios recentes ao país.

Figura 17 - Gráfico sobre as modificações ocorridas nas principais religiões a partir de 1900 com projeções para 2050 na América do Norte.



Autor: *World Religion Database*. 2020. Disponível em: < <https://www.worldreligiondatabase.org/data/> > .
Acesso em 07 de março de 2023

Figura 18 - Gráficos sobre as modificações ocorridas nas principais religiões a partir de 1900 com projeções para 2050 na América Central e do Sul.



Autor: *World Religion Database*. 2020. Disponível em: < <https://www.worldreligiondatabase.org/data/> > .
Acesso em 07 de março de 2023

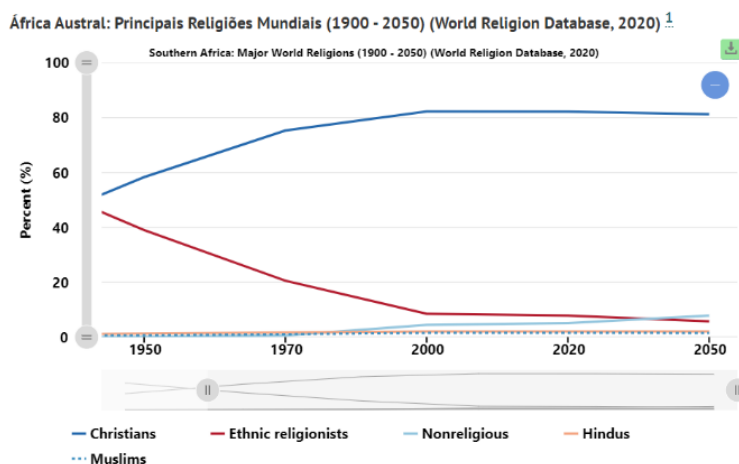
Na América Central e na América do Sul, o cenário apresenta similaridades. Essas regiões, historicamente católicas devido ao processo de colonização hispânica, compartilham, assim como o Brasil, um processo de forte incorporação cultural do catolicismo. Isso resulta em uma maior estabilidade religiosa, com um declínio ainda pouco expressivo. Tal dinâmica pode ser parcialmente explicada pelo próprio processo de secularização, amplamente discutido por diversos autores.

Na África, assim como nas Américas, é fundamental considerar o impacto do imperialismo, que enfraqueceu massivamente as religiões tradicionais locais para impor o cristianismo católico. Em uma análise transversal, os gráficos (figura 19) indicam um crescimento tardio, porém expressivo, do cristianismo no continente, superando até mesmo o Islã. Paralelamente, observa-se o enfraquecimento das religiões de matrizes étnicas, possivelmente relacionado aos efeitos da globalização.

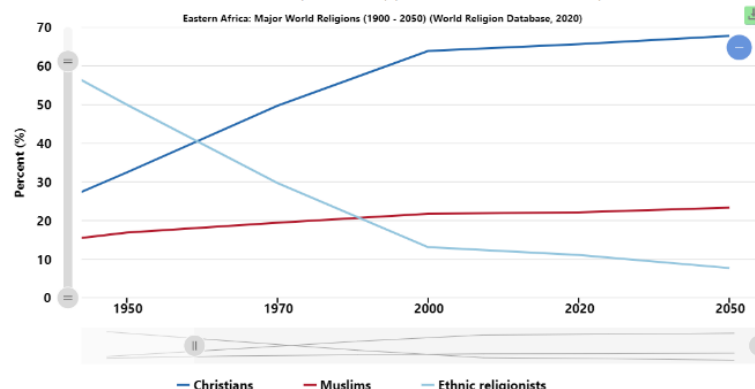
A região é predominantemente composta por nações economicamente vulneráveis, que ainda hoje apresentam intensos fluxos migratórios, principalmente para países cristãos localizados na Europa e nas Américas. Outro fator relevante é o papel dos missionários, que, além de proverem recursos materiais e sociais, contribuem para a expansão do cristianismo por meio de iniciativas vinculadas a interesses religiosos.

Adicionalmente, a África também abriga um número expressivo de patrimônios edificadas católicas, construídos durante o período colonial, e ainda em uso na contemporaneidade. Por esse motivo, a projeção de subutilização ou reconversão funcional dessas edificações não constitui, até o presente, uma realidade previsível em grande parte dos países africanos.

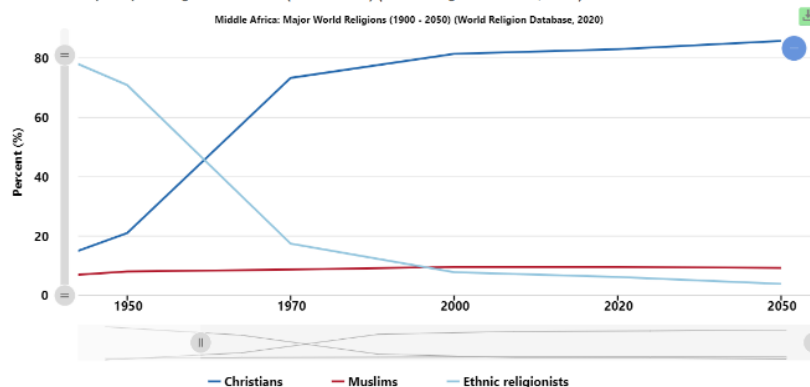
Figura 19 – Gráficos que apresentam o aumento do cristianismo na África.



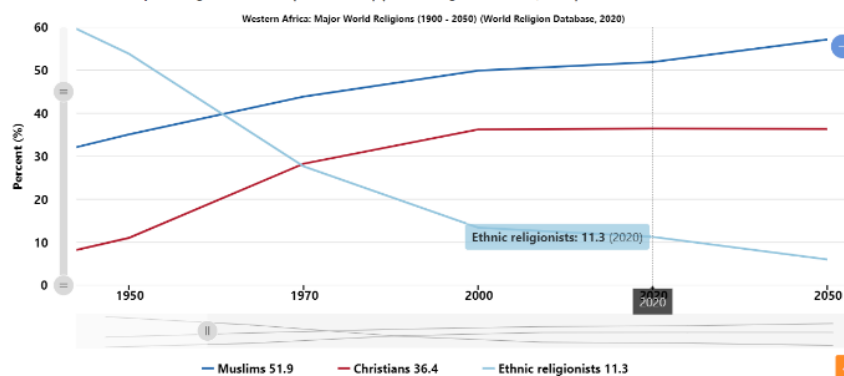
África Oriental: Principais Religiões Mundiais (1900 - 2050) (World Religion Database, 2020) ¹



África central: principais religiões do mundo (1900 - 2050) (World Religion Database, 2020) ¹



África Ocidental: Principais Religiões Mundiais (1900 - 2050) (World Religion Database, 2020) ¹



Autor: *World Religion Database*. 2020. Disponível em: < <https://www.worldreligiondatabase.org/data/> >.
Acesso em 07 de março de 2023

Compreende-se que o estudo do cenário atual do cristianismo na África pode influenciar projeções em países que recebem ondas contínuas de migração, como o Brasil. Segundo as geógrafas Denise Bomtempo e Kananda Sena (2021), esse fenômeno não é recente, sendo resultado de um processo histórico iniciado no século XVI, com o tráfico de escravos. No século XX, foi renovado por meio de acordos de cooperação técnica e cultural entre o Brasil e países africanos, que visavam permitir a entrada de estudantes africanos. As autoras destacam que essa iniciativa também

ampliou o fluxo de refugiados provenientes de territórios em guerra civil ou enfrentando crises severas de pobreza e fome. De acordo com estatísticas da Polícia Federal e do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), entre 1999 e 2018, houve um aumento de 42% no número de imigrantes africanos vindos de 48 nações para o Brasil. Entre esses imigrantes, a sexta maior ocupação identificada é a de sacerdotes religiosos, conforme apontam as sociólogas Baeninger, Demétrio e Domenicioni (2019).

Embora os imigrantes não constituam um número significativo dentro da população católica brasileira, devido à dispersão das instalações religiosas ao longo das cidades costeiras, é possível considerar projeções de impacto nas taxas de declínio do catolicismo ao incorporar essa população nos cálculos a longo prazo.

1.4.3 Brasil

No Brasil, as projeções são coerentes com as tendências observadas em outras partes da Europa e das Américas no que se refere às religiões mais difundidas. Assim como em outros países da América Latina, o país permanece majoritariamente cristão configurando-se como uma das maiores nações do mundo em termos de predominância católica.

Nesse cenário, as variações observadas (figura 20) ocorrem, sobretudo, no interior do próprio cristianismo, em suas diferentes subdivisões e denominações. Entretanto, também é possível identificar movimentos alinhados às transformações globais, como o crescimento de comunidades islâmicas no Brasil, impulsionado por fatores migratórios e por novas formas de adesão religiosa, conforme ilustrado na figura a seguir.

Figura 20 - Migrações entre religiões no Brasil.



Autor: Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE e Folha de S. Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/06/america-latina-ve-aumento-dos-sem-religiao-mas-segue-reduto-do-cristianismo.shtml>>. Acesso em 07 de março de 2023

Ao comparar os dados provenientes das duas principais fontes de análise internacionais — “*The Association of religion data archives*” (ARDA) e “*The world factbook* (CIA)” — com as informações disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), verifica-se que mais de 90% da população brasileira se declara como cristã praticante, em sua maioria pertencente ao segmento não protestante. Os 10% restantes distribuem-se entre muçulmanos, adeptos de religiões de matriz chinesa, tradições indígenas e afro-brasileiras, judeus, novas religiões e indivíduos que se identificam como sem religião.

Ainda dentro do grupo cristão, o *World Religion Database*, evidencia fragmentação interna significativa, refletida nas diversas vertentes do cristianismo presentes no Brasil (figura 21).

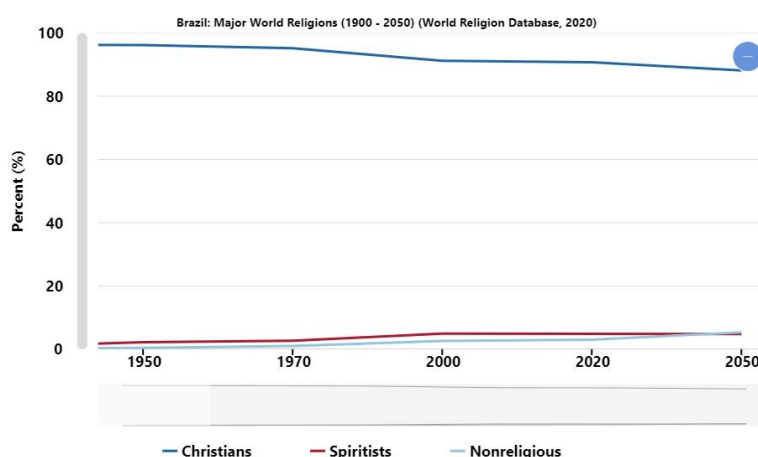
Figura 21- Gráfico de adeptos as religiões cristãs no Brasil.



Autor: Produzido pela autora baseado em dados do *World Religion DataBase*. 2020.

Com o registro de dados realizados desde o início do século XX, o *World Religion Database* traçou no ano de 2020 uma projeção de como será o quadro no Brasil para o período de 2050, representado nos gráficos abaixo (figura 22 e 23):

Figura 22 – Gráfico de religiões predominantes no Brasil.

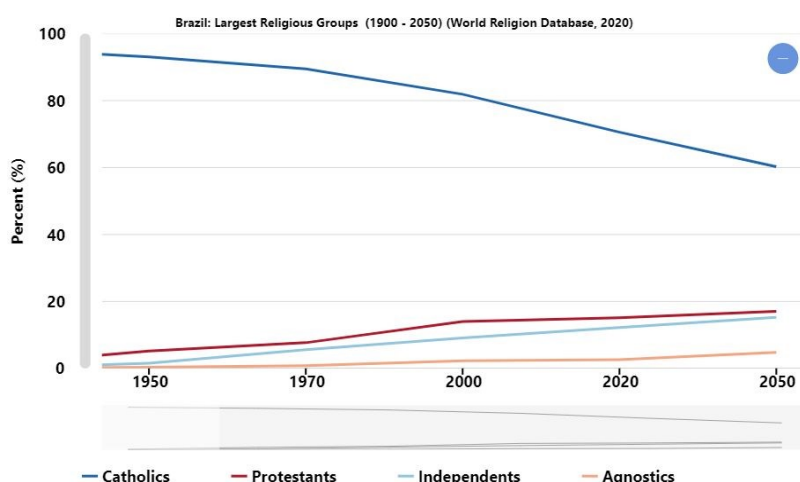


Obs.: Os seguintes grupos com menos de 1% da população foram ocultados deste gráfico:
bahá'ís, budistas, religiosos populares chineses, religiosos étnicos, hindus, judeus,
muçulmanos, novos religiosos, xintoístas.

Autor: *World Religion Database*. 2020. Disponível em:< <https://www.worldreligiondatabase.org/data/>>.
Acesso em 07 de março de 2023

No gráfico da figura 23, projeta-se uma queda de cristãos de quase 20% entre a população com tendência a se tornarem adeptos de religiões de matrizes africanas ou se identificar como sem religião.

Figura 23 – Gráfico de comportamentos entre religiões cristãs no Brasil.



Obs.: Os seguintes grupos representando menos de 1% da população foram ocultados deste gráfico: ateus, duplamente filiados, cismáticos islâmicos, mahayanistas, ortodoxos, saktistas, shaivitas, sunitas, cristãos não afiliados, vaishnavitas.

Autor: *World Religion Database*. 2020. Disponível em:< <https://www.worldreligiondatabase.org/data/>>.
Acesso em 07 de março de 2023

No gráfico da figura 24 indica-se a perda de fiéis da doutrina cristã católica e o crescimento, quase proporcional, de religiões cristãs protestantes, independentes e agnósticos no período entre os anos 1980 e 2010.

Figura 24 – Quadro de religiões no Brasil entre os anos de 1980 e 2010.

POPULAÇÃO RESIDENTE, POR RELIGIÃO - BRASIL 1980 - 2010 (%)				
	1980	1991	2000	2010
CATÓLICOS ROMANOS	89,0	83,3	73,6	64,8
EVANGÉLICOS	6,6	9,0	15,4	22,2
ESPÍRITAS	0,7	1,1	1,3	2,0
UMBANDA E CANDOMBLÉ	0,6	0,4	0,3	0,3
OUTRAS RELIGIOSIDADES	1,5	1,4	1,8	2,9
SEM RELIGIÃO	1,6	4,8	7,4	8,0

Fonte: IBGE, Censos 1980; 1991; 2000; 2010.

Autor: IBGE, Censos 1980, 1991, 2000 e 2010. Menezes, R. *apud*, Gabatz e Zeferino p.344. 2017

Do ponto de vista da composição religiosa brasileira, tudo leva a crer que vivemos tempos de certa inflexão. Há uma diluição dos comportamentos tradicionais que exacerbaram a demografia religiosa no decorrer da história do país (Abumanssur, 2014, p. 55-73). Se por um lado é possível vislumbrar uma maior liberdade religiosa nos termos de uma livre concorrência e as implicações deste fenômeno, sobretudo para a esfera pública, por outro, é inegável a retração numérica da matriz católica, protestante de ascendência luterana e umbandista. A demografia religiosa no Brasil evidencia uma capacidade de valorizar os processos de individualização da fé sem deixar de lado uma evidente “sacralização secular” (Gabatz E Zeferino, 2017, p.347).

Essas análises apontam para um iminente enfraquecimento do catolicismo no Brasil, fenômeno que, por diferentes razões, pode também vir a ocorrer em escala global. Tal contexto suscita reflexões acerca do destino das inúmeras edificações religiosas brasileiras, originalmente dedicadas ao culto católico. Nesse cenário, torna-se pertinente considerar a possibilidade de adaptação de estratégias já consolidadas na Europa e na América do Norte, desde que devidamente ajustadas às especificidades históricas, culturais e sociais do Brasil.

Atualmente, o acervo edificado sob posse da Igreja Católica no país pode ser compreendido a partir de três esferas de importância, que orientam tanto sua análise quanto potenciais formas de preservação e reutilização:

- Reconhecidos pelo Vaticano e administrado em parceria;
- Administrados pela Arquidiocese brasileira;
- Administrados pela população;

Essa divisão também se estende aos patrimônios, que seriam entendidos em três grupos (figura 25):

- Patrimônios da humanidade – nível internacional UNESCO e/ou fundações internacionais;
- Patrimônios nacionais – IPHAN;
- Patrimônios locais – Órgãos estaduais, municipais ou pequenas organizações sociais;

Figura 25 – Organograma de órgãos e entidades que atuam na preservação do patrimônio religioso edificado no Brasil.



Fonte: Produzido pela autora. Maio de 2024

Bens e propriedades imóveis registradas e protegidas pelo IPHAN – De acordo com o site do IPHAN (2019), o órgão detém a custódia de 398 bens tombados pertencentes à Igreja católica, abrangendo tanto bens materiais quanto imateriais. Esse número corresponde a 32% de todos os bens protegidos no Brasil. Contudo, não há levantamentos específicos que quantifiquem quantos desses bens permanecem ativos para uso religioso, quantos estão desativados ou se encontram subutilizados.

Bens e propriedades imóveis sob custódia dos órgãos estaduais e municipais de preservação do Brasil

Com base nos dados apresentados, verifica-se que, caso o número de pessoas que deixam de se identificar com o cristianismo católico continue a crescer, há uma tendência de abandono ou subutilização dos templos religiosos, em função da redução progressiva do corpo de fiéis. Tal cenário pode culminar em demolições, perdas e danos irreversíveis às edificações, agravados pelas dificuldades inerentes à sua preservação e salvaguarda. Isso se deve, em grande medida, ao fato de que as práticas de conservação desses bens estão frequentemente associadas a motivações sociais ligadas à representatividade, identidade e pertencimento comunitário, elementos que se enfraquecem à medida que diminui a adesão religiosa.

Os bens reconhecidos como patrimônio da humanidade ou em âmbito nacional, ainda que eventualmente subutilizados, tendem a preservar sua relevância enquanto referências turísticas, históricas e artísticas, o que contribui para a continuidade de sua valorização e manutenção. Em contrapartida, a problemática se mostra mais aguda no caso de patrimônios cuja legitimação ocorre apenas em escala local. Muitos desses bens já apresentam fragilidades em seus processos de conservação e, ao perderem parte de sua representatividade social, tornam-se particularmente vulneráveis, enfrentando riscos elevados de deterioração, descaracterização ou mesmo perda definitiva.

Essa análise projetiva reveste-se de grande importância para a hipótese levantada neste trabalho, na medida em que busca estabelecer possíveis

direcionamentos para o manejo desses bens de forma respeitosa e sustentável. O objetivo central consiste em assegurar a preservação de sua história, de sua expressão artística e de seu valor social, considerando, simultaneamente, os princípios de proteção ambiental. Nesse sentido, apresentam-se alternativas que favorecem a adaptação e a reutilização, evitando processos de demolição, descaracterização ou reconstrução, os quais acarretam custos elevados e impactos significativos.

Da mesma forma, esses bens exigem uma atenção voltada para sua salvaguarda, com processos que garantam a preservação, alteração e manutenção de seus significados e simbologias originais. Isso inclui a conservação de seus elementos integrados, seja no contexto original ou adaptado, considerando possibilidades de reutilização do espaço. Além disso, é importante abordar as consequências socioeconômicas que podem surgir. Esses bens podem ser convertidos em novos empreendimentos que utilizem o caráter patrimonial como uma moeda social, criando impacto positivo nas comunidades envolvidas. Essas questões serão discutidas em maior profundidade no capítulo seguinte.

Embora não existam levantamentos precisos que quantifiquem o número de bens ativos para uso religioso, desativados ou subutilizados, os dados coletados nesta pesquisa indicam uma percepção clara: a maioria dos casos concentra-se em patrimônios reconhecidos exclusivamente em âmbito municipal. Esse panorama evidencia a urgência de análises mais detalhadas, que permitam compreender a magnitude do problema e propor estratégias eficazes para a preservação desses bens.



CAPÍTULO 2

DIRECIONAMENTOS MUSEOLÓGICOS, DESAFIOS PARA SALVAGUARDAD E AÇÕES DE INTERVENÇÃO EM BENS ARQUITETÔNICOS RELIGIOSOS.

“ninguém pode fechar os olhos diante das construções que constituem o palco da vida cidadina e trazem a marca do homem no campo e na sua paisagem” (ZEVI.2009)

Foto Igreja de N.ª Senhora de Belém em Viana - ES. Fonte: acervo potricharquitectura

CAPÍTULO 2 – DIRECIONAMENTOS MUSEOLÓGICOS, DESAFIOS PARA SALVAGUARDA E AÇÕES DE INTERVENÇÃO EM BENS ARQUITETÔNICOS RELIGIOSOS.

No capítulo 1, destaca-se a importância do patrimônio em um sentido amplo, evidenciando-se que a preservação de sua existência constitui a primeira e mais fundamental necessidade. Essa condição demanda, simultaneamente, a compreensão dos meios adequados para garanti-la. Na atualidade, é possível identificar duas principais abordagens relacionadas à salvaguarda patrimonial:

- Em âmbito nacional, a atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) contempla a identificação, documentação, proteção, fiscalização, preservação e promoção do patrimônio, em consonância com os princípios estabelecidos na Carta de Fortaleza (1997)⁹. O Órgão enfatiza que a salvaguarda deve considerar “os modos de vida e representações de mundo, de coletividades humanas e o princípio do relativismo cultural de respeito às diferentes configurações culturais, aos valores e referências, que devem ser compreendidos a partir de seus contextos” (IPHAN, 2022);
- Em âmbito internacional, o sistema da ONU exige, como critérios para a inclusão na “Lista de Patrimônios Mundiais”, a apresentação de uma declaração de significância cultural, além da comprovação de integridade e de autenticidade.

De acordo com Azevêdo; Pontual *et al*, (2014), para viabilizar a garantia da existência de um bem patrimonial, recomenda-se a elaboração de um plano de ação que promova a colaboração entre a instituição responsável e a gestão nacional do território onde o patrimônio está localizado.

Observar-se que, entre as diversas orientações presentes em documentos patrimoniais, recomendações internacionais e legislações locais, as ações de preservação e conservação são sempre destacadas como eixos centrais. Dessa forma, torna-se necessário definir esses conceitos e compreender as possibilidades de intervenção a eles associadas.

Nesse sentido, André Desvallées e François Mairesse (2013), assinalam que a preservação corresponde ao ato de proteger algo ou um conjunto de bens contra perigos distintos, como degradação, descaracterização, destruição, dissociação, entre outros. Tal prática pode envolver a criação de inventários, adoção de medidas de segurança e

⁹ Carta de Fortaleza, produzida pelo ICOMOS, em 1997, aborda estratégias e diretrizes para a proteção do patrimônio cultural imaterial no Brasil. Esta Carta também foi um importante passo como incentivo à produção de inventários e registros de bens culturais imateriais.

manutenção de registros que possibilitem sua recuperação. Os autores também apontam que a preservação está intimamente vinculada às ações de conservação, — preventiva ou curativa que visam otimizar a vida útil dos bens e minimizar sua deterioração e perdas, sem, contudo, modificar sua aparência. Assim, o objetivo central da conservação é assegurar o acesso contínuo e garantir a permanência desses bens ao longo do tempo.

A preservação constitui-se em um eixo da ação museal, sendo o outro eixo o da difusão aos públicos. [...] melhorar a apreciação, a compreensão e o uso. Essas intervenções só são colocadas em prática quando o bem tiver perdido uma parte de sua significação ou função devido a deteriorações ou a alterações passadas. Elas se baseiam no respeito pelos materiais originais. (Desvallées e Mairesse. 2013. p.79-80)

2.1 Orientações na gestão de patrimônios religiosos edificados.

Desvallées e Mairesse (2013), ao explorarem o pensamento de Henri Rivière, ressaltam que a museologia se dedica a compreender o papel do bem a ser preservado em trajetória histórica e em seu contexto social. Esse processo envolve desde pesquisas e ações de conservação física até a apresentação, interpretação, difusão e organização do objeto musealizado (Rivière, 1981, apud Desvallées; Mairesse, 2013, p. 61). Tal perspectiva contribui para compreender o caráter museológico que a arquitetura pode assumir enquanto patrimônio, possibilitando sua musealização. A abordagem busca não apenas assegurar a integridade material, mas também preservar e transmitir os significados atribuídos aos bens, garantindo sua relevância ao longo do tempo.

Os autores explicam que o museu tem como objetivo proteger o bem cultural, o que muitas vezes implica na sua separação e descontextualização, ao ser transferido para um novo abrigo, distinto de seu local de origem. Nesse processo, a museologia assume a função de interpretar e recriar uma mensagem capaz de transmitir o significado simbólico do bem exposto. Ao aplicar esse raciocínio em âmbito arquitetônico, compreende-se que o patrimônio construído pode ser trabalhado como uma articulação e interpretação temática específica que o insere em uma ambiência original, e como objeto imóvel que deve ser protegido juntamente com os significados que carrega. Essa abordagem configura-se como uma forma de interpretação e comunicação de valores, análoga ao conceito de *museu-casa*¹⁰.

¹⁰ O Museu-Casa abarca a preservação da memória de uma pessoa relevante para o grupo onde se insere. Retrata através de um acervo doméstico de uma época específica, que comunica o contexto vivido por um personagem social. Através do Conselho Internacional de Museus, foi

É válido destacar que o museu-casa inclui, entre suas subcategorias, algumas variações aplicáveis ao patrimônio religioso. Conforme a Conferência do Comitê Internacional para os Museus de Casas Históricas (2007), realizada em Viena, destacam-se, por exemplo, as Casas Clericais, definidas como edificações eclesiásticas com uso habitacional abertas à visitação pública, como mosteiros, conventos, entre outros. Essa definição permite, ainda, dialogar com o pensamento bíblico, no qual a igreja é concebida como “Casa de Deus”, conforme descrito em passagens como 1 Timóteo 3:15, Efésios 2:19-22 e 1 Pedro 2:5. Além disso, as construções católicas podem ser classificadas em outras categorias, conforme exemplificado abaixo:

- “Casas de Beleza” – valorização estética;
- “Casas de Eventos Históricos” – representativas de momentos relevantes;
- “Casas de Colecionadores” – abrigo de uma coleção;

A museóloga Maria Lucia de Niemeyer Loureiro (2012) amplia esse debate ao propor a musealização da arquitetura por meio do conceito de “preservação *in situ*” como uma estratégia para preservar valores ideais. Segundo a autora, essa abordagem busca manter a contextualização dos objetos ao transformá-los em documentos, entendendo que a musealização se define como “um conjunto de processos seletivos de caráter informacional, baseado na agregação de valores” (Niemeyer, 2012, p.204). O conceito de musealização *in situ* remonta à segunda metade do século XVIII, na Europa, consolidando-se posteriormente nas discussões do Conselho Internacional de Museus – ICOM e pelo Comitê Internacional para a Museologia – ICOM, em seus trabalhos para definir as bases conceituais estruturantes da Museologia. Dentro desse contexto, o processo identificou diferentes modelos de museu, entre os quais o “Museu de Território”, que opera com o objeto musealizado inserido em seu contexto original de ambiência.

Em contraposição à musealização tradicional, que em sua forma clássica, implica na retirada do objeto de seu contexto original e realiza a sua proteção em um ambiente que reproduza sua realidade inicial ao atribuir-lhe novos significados, Loureiro retoma a perspectiva de Peter Van Mensch (1992), que apresenta o conceito de “objeto museológico”. De acordo com esse autor, qualquer elemento da natureza ou da cultura materializada, pode ser considerado passível de preservação, tanto em seu contexto original (“*in situ*”) quanto fora dele (“*ex situ*”). Essa visão amplia as possibilidades de ação museológica, permitindo valorizar tanto a dimensão material quanto a carga

criado em 1998, um comitê específico, o DEMHIST – Comitê Internacional para os Museus de Casas Históricas, com o objetivo de organizar a institucionalização dessa categoria.

simbólica e afetiva dos bens. Assim, monumentos arquitetônicos, sítios históricos e reservas naturais passam a ser igualmente reconhecidos como objetos museológicos, inseridos em uma lógica de preservação que destaca seu papel social. De acordo com a museóloga:

Algumas palavras sobre preservação in situ: ecomuseus e espaços musealizados com a emergência dos ecomuseus nos anos 1970, a musealização in situ ganharia relevo e passaria a ser frequentemente associada a uma suposta mudança de paradigma que marcaria o fim de uma Museologia superada, presa às amarras das coleções de objetos e, por oposição à chamada 'Nova Museologia', identificada como arcaica e obsoleta. (Niemeyer, 2012, p.207)

A pesquisadora Juliana Faria (2016) aponta que a museologia considera a inserção de objetos em três principais contextos: pelo seu valor de uso, pela circunscrição em seu cenário primário e pelo reconhecimento dos valores simbólicos e culturais que o objeto representa. A autora enfatiza que tais contextos são viabilizados pelo processo de patrimonialização, o qual adota uma perspectiva coletiva ao analisar os bens como parte de um conjunto, em consonância com diversas cartas patrimoniais que recomendam abordagens integradas e abrangentes. Nesse sentido, o ato de patrimonializar permite a posterior musealização, que se distingue da simples preservação ao incorporar a interpretação, comunicação e transmissão dos significados atribuídos aos objetos, garantindo sua relevância contínua para a sociedade.

O processo de patrimonialização não se extingue com a tomada de consciência do processo de significação, no entanto a consciência da atribuição de valores simbólicos tende a criar a necessidade de partilhar com outras pessoas, outros grupos, outras sociedades esses valores e, é neste novo contexto, quando a sociedade decide exteriorizar os valores simbólicos atribuídos aos objetos, que se inicia um novo processo denominado processo de musealização. (Primo, 2009, p. 185, *apud* Faria, 2016, p.02).

Ao aprofundar essa discussão, entende-se que os processos de patrimonialização e musealização são complementares, embora mantenham continuidade em seus propósitos. Faria (2016) destaca que o cerne dessa relação entre “patrimonialização e musealização” está na necessidade de comunicação e divulgação, essenciais para fomentar a consciência social acerca dos significados atribuídos aos objetos musealizados.

No contexto arquitetônico, a obra pode ser compreendida tanto como um objeto material, portador de representações simbólicas e significados, quanto em relação aos seus usos, elementos artísticos e inserção em contextos socioeconômicos, políticos e históricos. Esses aspectos podem ser preservados e disponibilizados de forma

acessível, permitindo a comunicação contínua de seus valores e propósitos. É nesse ponto que a museologia desempenha um papel essencial, ao determinar e interpretar a edificação como um documento, destacando os aspectos que necessitam de preservação. Tal abordagem possibilita a escolha consciente de um novo uso para o bem, desde que seja adequado e respeite suas características e significados originais. Dessa forma, a museologia contribui para a salvaguarda do patrimônio, sem comprometer sua representatividade, por meio da interpretação e comunicação de seus significados.

A musealização apresenta-se, portanto, como uma solução para evitar a transformação de patrimônios religiosos edificados obsoletos em usos considerados "sórdidos", ou desrespeitosos em relação ao passado sacro, como casas noturnas, boates e bares. Alternativas culturais polarizadoras raramente oferecem abordagens equilibradas e respeitosas, muitas vezes gerando tensões desnecessárias. Nesse contexto, a musealização permite conduzir a intervenção de forma apropriada, garantindo a interpretação correta e a comunicação do propósito do patrimônio, especialmente em bens de alta relevância que exigem conhecimento técnico especializado. Conforme aponta Rohan-Chabot, presidente do "*Future for Religious Heritage*" citado por Coomans (2018): "[...] as igrejas são o maior museu da Europa (por exemplo), mas, paradoxalmente, muitas vezes são o patrimônio mais negligenciado (por falta de conhecimento adequado)" (Rohan-Chabot *apud* Coomans, 2018, p. 61).

Dessa forma, a musealização não apenas assegura a preservação dos valores simbólicos e históricos desses bens, mas também promove alternativas que respeitam seu significado e mantêm sua conexão com a sociedade. Essa perspectiva é especialmente aplicável ao estudo proposto, considerando a crescente demanda por soluções para edificações religiosas patrimonializadas que perderam sua função original, tornando-se subutilizadas ou até mesmo abandonadas. A museologia, enquanto abordagem valiosa, visa garantir a compreensão desses bens como documentos históricos, assegurando sua preservação como elementos integrantes da paisagem cultural e orientando, de maneira segura, a retirada e armazenamento de bens integrados, ornamentos e objetos sacros quando a permanência em seu contexto original não for viável.

2.2 Orientações existentes.

2.2.1 Recomendações de países referência na proteção e intervenção em patrimônios religiosos obsoletos.

Desde a década de 1970, tem se consolidado, entre os órgãos de preservação, conscientização sobre a necessidade de criar diretrizes específicas para a gestão de patrimônios religiosos edificados sem uso, especialmente em países da Europa. Em um apanhado geral, essa necessidade decorre do risco de perda e danos não apenas nos bens, mas também aos bens integrados e móveis, além do potencial impacto em âmbito urbano. A ausência de projetos e de uma gestão adequada pode gerar uma sensação de abandono, agravando a marginalização e outros problemas sociais nas regiões afetadas.

Considerando a dificuldade de alocar recursos para a manutenção nesses casos, surgem questionamentos sobre a viabilidade de investir em imóveis sem função prática. Essa contradição torna-se ainda mais evidente em estruturas que perderam relevância e demanda ao longo do tempo.

A pesquisa desenvolvida nesta tese envolveu uma profunda imersão na busca por diretrizes elaboradas por órgãos gestores de países com ampla experiência na gestão de patrimônios religiosos edificados. O objetivo foi identificar exemplos de boas práticas ou reflexões significativas para a temática estudada. Inicialmente, destaca-se a legislação emitida pelo Santo Concílio da Igreja Católica Romana (Vaticano), por meio da Comissão Episcopal, que, em 1958, publicou um novo código litúrgico sobre as relações entre os aspectos humanos e divinos em espaços religiosos e adaptações permitidas nas igrejas de acordo com a reforma litúrgica. Entre os principais pontos, destacam-se os seguintes artigos:

- Artigo 1214 sobre a manutenção do nome “igreja”: “O nome igreja significa “edifício sagrado destinado ao culto divino, onde os fiéis têm o direito de entrar para exercer sobretudo esse culto”. Delimitando que o título de igreja só pode ser mantido às edificações que de fato mantém o uso religioso exclusivo ou conjugado a outros usos não sacros.
- Artigo 1222 sobre a perda da demanda do uso religioso:
 - § 1. Se uma igreja não puder de modo algum ser utilizado para o culto divino, nem for possível restaurá-la, o Bispo diocesano poderá reduzi-la ao uso profano não indecoroso.
 - § 2. Quando outras razões graves sugerirem que uma igreja já não seja utilizada para o culto divino, o Bispo diocesano, ouvido o conselho presbiteral, pode reduzi-la a um uso profano não

indecoroso, com o consentimento daqueles que legitimamente reivindicam direitos sobre ela e desde que não possa o bem das almas sofrer qualquer dano. (COMISSÃO EPISCOPAL. Tradução nossa. 1958. p.13)

- Artigo 1238

§ 1. O altar perde a dedicação ou a bênção segundo a norma do cân. 1212.

§ 2. Os altares, fixos ou móveis, não perdem a dedicatória ou a bênção pelo facto de a igreja ou outro lugar sagrado ser reduzido a usos profanos. (COMISSÃO EPISCOPAL. Tradução nossa. 1958. p.14)

- Artigo 1239 –

§ 1. O altar, fixo ou móvel, deve ser reservado exclusivamente ao culto divino, excluindo completamente qualquer uso profano. (COMISSÃO EPISCOPAL. Tradução nossa. 1958. p.14)

O Artigo também aborda a legislação civil do Vaticano, especificamente a Lei nº 1089 de junho de 1939, artigos 8 e 11. Esses dispositivos tratam da gestão de todos os bens pertencentes aos órgãos eclesiais, estabelecendo que, antes de qualquer modificação ou alteração, mesmo quando sob responsabilidade do Ministério da Educação e de órgãos de preservação, a autoridade máxima de referência será a eclesial. Outro aspecto relevante é a proteção dos bens transferidos para províncias, governos, órgãos e institutos, sobre os quais não é permitida qualquer intervenção sem a devida autorização do Ministério Nacional responsável pela administração de bens patrimoniais.

Destaca-se o trecho: “As mesmas coisas não podem ser utilizadas para fins incompatíveis com o seu carácter histórico ou artístico, ou que sejam prejudiciais à sua conservação ou integridade. Deverão ser fixados no local de destino na forma indicada pela superintendência competente.” (COMISSÃO EPISCOPAL. Tradução nossa. 1958. p.14)

Na conclusão desse documento, é mencionado o “Acordo de revisão da Concordata de Latrão”, de 18 de fevereiro de 1984, artigo 12, sobre a parceria entre a Santa Sé e a República Italiana para a proteção do patrimônio histórico e artístico. Ambos os órgãos devem cooperar e chegar a um consenso sobre as ações adequadas para promover a proteção, valorização e usufruto dos bens culturais de interesses religiosos.

O grupo de pesquisa da Universidade de Trento, denominado “Oportunidades Renascentistas para Igrejas Redundantes”, desenvolve os pontos destacados em tais documentos sobre as igrejas que perderam suas funções originais. O trabalho ressalta a necessidade da criação de um código de conduta específico para intervenção em

edificações religiosas, com ênfase especial no uso futuro a ser atribuído, assim como nas alterações espaciais e estruturais sustentáveis.

Os pesquisadores contextualizam que, atualmente, uma ou duas igrejas em cada cidade italiana já não são mais utilizadas com funções religiosas, mesmo com mais de 90% da população se declarando filiada ao catolicismo. Essa problemática é especialmente relevante para templos que não foram reconhecidos como patrimônios, os quais, ao serem desvinculados de suas atividades originais, passam a ser considerados como “simples caixas”. No entanto, tais edificações podem ser reutilizadas para outros fins, desde que sua forma, estrutura interna e externa, características históricas, artísticas, sociais e construtivas, sejam preservadas. Nesse contexto, a reflexão sobre a criação de direcionamentos específicos torna-se emergente visando uma nova interpretação respeitosa à função sagrada que desempenharam anteriormente.

O grupo de pesquisa reflete sobre o significado da palavra “igreja”, derivada do latim “*ecclesia*” e do grego “*qahal*”, ambos traduzidos como “assembleia de pessoas”. tanto seu uso religioso quanto social, sendo o abrigo edificado o ponto central e simbólico da comunidade. Essa perspectiva sobre a “igreja” reforça sua importância em nível urbano, considerando que, historicamente, o conjunto do templo católico, a praça e o adro constituem um espaço livre e multifuncional (2005, p.2). “Assim, a igreja é tanto um “elemento social”, funcionando como um catalisador de atividades, quanto um “elemento físico”, que capaz de modificar o território e influenciar a sua forma.” (2005, p.2).

A pesquisa aponta também que a estrutura interna da edificação religiosa é caracterizada por acabamentos e estruturas típicas, como o pé-direito elevado, que podem reduzir consideravelmente as possibilidades de mudanças de uso sem implicar em alterações profundas e, conseqüentemente, desrespeitosa à sua essência. No entanto, seu impacto marcante na paisagem e sua relevância histórica oferecem oportunidades para que a edificação desempenhe um novo papel na vida da comunitária.

Os autores destacam, como resultado da pesquisa, a necessidade de que as intervenções realizadas sejam reversíveis, em conformidade com as diretrizes internacionais da UNESCO. Em seguida, apontam que, entre as melhores opções de uso, estão propostas como teatro, auditório e espaço multifuncional, aproveitando o fato de que o ambiente original foi projetado para acolher grandes grupos de pessoas e, geralmente, encontra-se em locais centrais e de fácil acesso nas cidades. Juntamente

a essas opções, também é sugerida a possibilidade da transformação em habitações, fundamentada inicialmente no conceito de “casa de Cristo” e, posteriormente, na ideia de igreja como refúgio e abrigo.

No entanto, há desafios estruturais para essa adaptação, como o pé-direito elevado, característico das igrejas, além da dificuldade em compartimentar os amplos vãos em ambientes menores, mantendo correspondência com as aberturas existentes e sem alterar as fachadas, que normalmente são tombadas. Ainda assim, o grupo ressalta que a opção habitacional pode ser viável se desenvolvida com uma estrutura reversível e destaca que outras tipologias religiosas, como conventos e mosteiros, apresentam maior facilidade desempenhar essa função.

Em 2018, foi elaborado um novo documento intitulado “*Désaffectation des lieux de culte, les lignes directrices*”, pelo Pontifício Conselho para a Cultura de Roma, com a presença de delegados episcopais de diversos países, incluindo Europa, Canadá, Estados Unidos e Austrália. Com o objetivo de interpretar o fenômeno da perda de demandas de uso em edificações religiosas, motivado pelo movimento de unificação de diversas paróquias reduzidas e fornece ferramentas para lidar com o crescente número de edificações religiosas abandonadas em diferentes regiões. Embora a Itália tenha sido o foco das discussões e da aplicabilidade do documento orientativo produzido anteriormente pela Comissão Episcopal da Igreja Católica Romana, esse novo documento busca ampliar o alcance para diferentes contextos.

O arquivo enfatiza a diversidade de situações e diferenças qualitativas entre os tipos de edificações católicas, considerando sua origem: algumas financiadas diretamente pela Igreja, outras construídas pelas ordens terceiras (clubes de fiéis e famílias organizadas). A ausência dessas ordens compromete a conservação de muitas estruturas. O abandono crescente levou a Igreja a reconhecer a situação como um “contratestemunho”, gerando esforços para instruir a população adequadamente, evitando danos irreparáveis e promovendo soluções que podem gerar boas oportunidades e contribuir para a economia circular.

Abaixo seguem os principais aspectos definidos pelo documento:

- O documento orienta que, após a redução ao uso profano, é proibido utilizar uma igreja de maneira inadequada, incluindo a dessacralização parcial da edificação. Segundo o Pontifício Conselho da Igreja, o culto divino não pode coexistir com atividades não sacras em um mesmo espaço, como transformar partes da edificação em salas de concertos, conferências, entre outros. A dimensão da mudança de uso pode servir como critério de interpretação e planejamento,

contudo, há recomendações de usos preferenciais, como a “criação de espaços de silêncio e meditação abertos a todos” (2018, p.03), a concessão para outras comunidades cristãs ou a instalação de um uso vinculado a caridade, ou usos vinculados ao turismo e a cultura, como “museus, salas de conferências, livrarias, bibliotecas, arquivos, oficinas artísticas, locais de encontro, centros de caridade, clínicas, refeitórios sociais, etc.” (2018, p.11). Para construções arquitetonicamente mais modestas, poderá ser permitida a transformação para habitação. Há, ainda, uma à revisão do direito canônico para permitir o uso híbrido do espaço, onde uma parte seria destinada à liturgia e outra a funções sociais;

- É fundamental prevenir situações que possam ofender o sentimento religioso da comunidade cristã (2018, p.04). Deve-se, portanto, evitar reutilizações comerciais ou especulativas que não estejam alinhadas com propósitos solidários;
- Deve-se manter o controle sobre a destinação dos altares, mesmo após a igreja ser reduzida ao uso profano. Recomenda-se desmontá-los e protegê-los em acervo adequado ou em um museu sacro, de preferência. Nos casos em que a transferência para outro local seja inviável, sugere-se a destruição do altar. Contudo, essa recomendação gera um conflito significativo em relação às normas civis de preservação do patrimônio;
- O patrimônio edificado religioso é descrito como “elemento essencial de reconhecimento cultural e de agregação social, para além da sua especificidade” (2018, p.05). No entanto, mesmo que seja destinado exclusivamente ao uso museológico ou reaproveitado para outras finalidades, ainda exige um tratamento específico e cuidadoso por parte da comunidade científica;
- “Quando um edifício religioso já não é viável como tal, devem ser feitos esforços para encontrar um novo uso religioso ou cultural para ele” (2018, p.05). Com o apoio de governos, autoridades locais e da própria comunidade religiosa, torna-se essencial monitorar o patrimônio religioso, mesmo quando em desuso, para assegurar uma utilização adequada, compatível e manutenções contínuas. Essas ações devem estar alinhadas às diretrizes que refletem os valores espirituais compartilhados na Declaração de Xi'an (2005) e na Declaração de Quebec (2008), ambas voltadas para a salvaguarda do espírito do lugar. Qualquer processo de eventual desmantelamento e/ou reutilização, encontrará as orientações apropriadas no seu valor social, cultural e religioso no sistema de

relações em seu contexto local. Essas construções possuem condição específica que, mesmo diante da redução para novos usos, não anulam seu significado original nem permitem transformações livres. Portanto, as orientações e limites definidas com base na interpretação da comunidade local devem ser registradas e divulgadas em forma de manual, envolvendo especialistas em patrimônio, arquitetos e assistentes sociais, respeitando toda a legislação canônica e civil;

- As particularidades do patrimônio religioso exigem um controle voltado à identificação e interpretação crítica de seus elementos, de modo que a identidade do antigo uso religioso seja construída e reconhecida como um palimpsesto de elementos resultantes das transformações, mediações e escolhas aprovadas pelas comissões comunitárias. Esse processo deve garantir intervenções respeitosas e sustentáveis;
- É fundamental preservar a legibilidade da planta e da volumetria do edifício, os métodos construtivos, a hierarquia funcional e simbólica. Para o planejamento de espaços interiores, é recomendável manter uma visão contínua que valorize diferentes alturas, perspectivas cenográficas e decorações, sempre em consonância com métodos contemporâneos.
- Todos os bens móveis devem ser inventariados e catalogados antes de uma transferência para um local seguro e idôneo. Há a indicação para o armazenamento em museus com ressalvas:

A musealização permite por um lado a conservação material das obras, por outro compromete a sua autenticidade formal, porque as isola do contexto em que foram produzidas, retendo apenas parte do seu valor, o valor artístico. É precisamente aqui que o museu eclesialístico tem a possibilidade de dar “vida nova” a vasos sagrados, estátuas devocionais, retábulos, relicários, etc., permitindo-lhes continuar a testemunhar a liturgia, a devoção, a história e a vida do povo de Deus numa determinada região, para que, estando estreitamente ligado à missão da Igreja, o que nela está contido (tradução nossa. 2018. p.09).

Evidencia-se uma evolução na postura da Igreja ao reconhecer a crescente subutilização de suas edificações e ao demonstrar consciência acerca da necessidade de adotar decisões que assegurem uma gestão sustentável desses bens em médio e longo prazo, especialmente diante das dificuldades financeiras relacionadas à sua manutenção e preservação. Nesse cenário, torna-se fundamental a construção de uma noção de bom senso, cada vez mais confiada às comunidades locais, com a mediação dos órgãos de preservação, a fim de orientar intervenções que sejam adequadas e respeitosas às características e aos significados originais dessas construções.

2.2.2 Recomendações sobre a atuação no patrimônio religioso pela Unesco, Icomos e Icom.

A UNESCO fornece informações sobre seu posicionamento e participação na gestão e salvaguarda de bens religiosos arquitetônicos, enfatizando a necessidade da produção de documentos, digitalização e a implementação de programas de manutenção contínua para garantir a integridade estrutural e estética das edificações. A UNESCO também recomenda a importância de fomentar o engajamento comunitário para ampliar a conscientização sobre o valor desses bens, a adoção de práticas de uso sustentável por meio de materiais e métodos construtivos adequados, bem como na gestão das edificações. Além disso, sugere o auxílio na formulação de leis e políticas nacionais e locais para a proteção desses patrimônios, e o investimento em iniciativas que promovam diálogos inter-religiosos e cultural por meio da utilização dos patrimônios como espaços para trocas culturais alinhados às orientações apresentadas no documento *“Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention”* (2017).

As diretrizes, revisadas periodicamente pelo Comitê do Patrimônio Mundial, atuante desde 1976, estabelecem decisões que orientam diversas esferas de atuação em relação aos bens considerados “inestimáveis, insubstituíveis e de valor universal excepcional¹¹”. Essas características frequentemente se aplicam a edificações católicas, ressaltando sua relevância cultural e histórica. Em razão desse reconhecimento, é incomum que edificações religiosas católicas sob essa chancela se tornem obsoletas. Tal fato se deve não apenas ao seu papel como referências fundamentais da fé religiosa, mas também à sua consolidação como destinos turísticos de grande destaque após a obtenção desse reconhecimento. Contudo, o Comitê enfatiza que, caso um patrimônio listado seja destruído ou sofra alterações significativas, há a possibilidade de sua exclusão da Lista do Patrimônio Mundial, como forma de assegurar o cumprimento rigoroso dos critérios de preservação.

Para garantir a efetividade da Convenção, a UNESCO exige que cada Estado-Parte designe organizações governamentais como pontos focais responsáveis por sua implementação, preservando, contudo, a soberania nacional sobre os bens localizados em seu território. Por tratar-se de um interesse coletivo alinhado à União, alguns dos

¹¹ A UNESCO define como “Valor Universal Excepcional” a atribuição de significância cultural e/ou natural a ponto de transcender fronteiras nacionais e deter de importância comum para as gerações presentes e futuras de toda a humanidade. Devem obrigatoriamente representar uma obra-prima do gênio criativo humano, exibir intercâmbio de valores humanos dentro da cultura, desenvolvimento na arquitetura, tecnologia, artes monumentos, etc., constituir-se como um testemunho único, estar associado a eventos ou tradições vivas, com grau de autenticidade incontestável (p.19 -26).

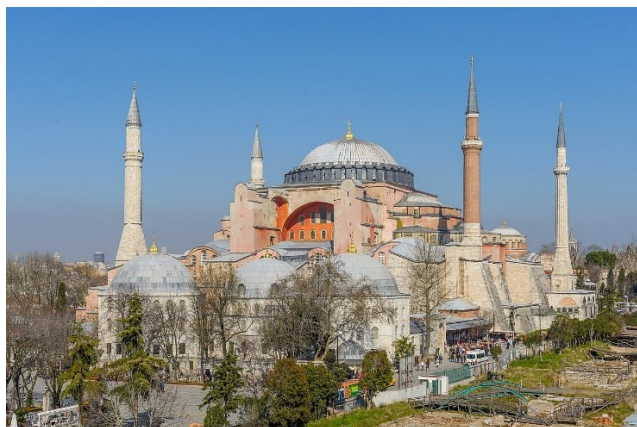
requisitos orientam que o patrimônio arquitetônico desempenhe uma função útil para a vida comunitária, fundamentada em um planejamento técnico-científico. O objetivo principal é garantir sua longevidade para as gerações futuras, fortalecendo sua credibilidade e ampliando a conscientização por meio da comunicação sobre o patrimônio (2017, p.11-13). Para esse apoio ser concretizado, é mobilizado o envio de recursos conforme o acordo do Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração de Bens Culturais (ICCROM), responsável pelas pesquisas, assistência técnica, treinamentos, programas de conscientização pública e monitoramento do estado de conservação dos bens. Assim como, do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) , que aplica teoria, metodologia e técnicas de conservação, além de avaliar novas inscrições e permanências; e com a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), que atua na preservação da integridade ambiental, monitoramento e avaliação de bens selecionados.

As orientações não estabelecem limites rígidos sobre o grau de intervenção necessário para adaptar um patrimônio a um novo uso. No entanto, considerando as demandas atuais e a possível perda de significado na contemporaneidade, recomenda-se a preservação de práticas que fomentem a produção de pesquisas e promovam uma melhor compreensão dos critérios que justificaram sua titulação. Esse ponto explica a recorrência com que bens transformados em museus, memoriais ou em espaços de usos conjugados protejam seus significados, promovendo diretamente a salvaguarda, interpretação, manutenção e disseminação de seus valores reconhecidos. Além de serem novas opções de usos, fundamentadas nas avaliações das vulnerabilidades às pressões de mudanças sociais, econômicas e tendências de impacto. Tais alternativas devem possibilitar a preservação sustentável da cultura e contribuir para a qualidade de vida das comunidades envolvidas. De acordo com a UNESCO: “uma modificação menor é aquela que não tem impacto significativo na extensão do bem e nem afeta seu Valor Universal Excepcional” (2017, p.43).

Um exemplo emblemático é o da Basílica de Hagia Sophia (figura 26), localizada em Istambul, Turquia (antiga Constantinopla). Construída no século VI como templo cristão, a edificação foi convertida em mesquita após a conquista do território por otomanos, em 1453. Posteriormente, em 1934, por decisão governamental, transformou-se em museu, adquirindo status de patrimônio cultural universalmente reconhecido. Entretanto, em 2020, o atual presidente da Turquia anunciou que a construção voltaria a ser exclusivamente uma mesquita, sob a justificativa de ser uma ação que representa a “soberania nacional” e argumentando que mantê-la como museu “faria mal à consciência das pessoas”, conforme noticiado pelo Vatican News.

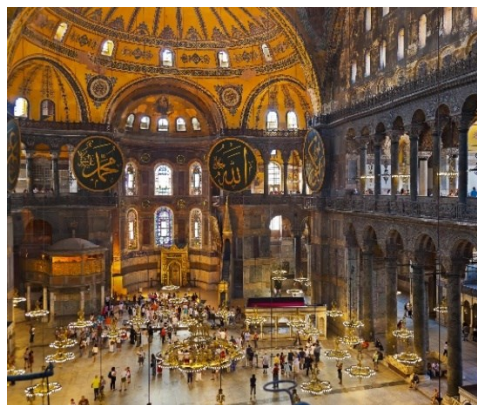
A proposta de restringir o uso da Hagia Sophia exclusivamente ao culto religioso islâmico, ainda que historicamente justificável, gerou protestos por parte da UNESCO. A organização considerou que o monumento deveria permanecer como um símbolo de diálogo inter-regiões e um patrimônio cultural universal. A primeira adaptação da basílica cristã para mesquita já havia causado mudanças significativas, como a cobertura de mosaicos com inscrições islâmicas e a instalação de medalhões nas colunas da nave com os nomes de Alá, Maomé e seus califas descendentes (figura 27). Do ponto de vista volumétrico, também foram acrescentados quatro minaretes – necessários tanto por razões religiosas quanto para reforçar a estrutura após danos causados por terremotos. Inclui-se também o desmantelamento de uma câmara de uso exclusivo para os imperadores, substituída por um novo ambiente.

Figura 26- Mesquita de Hagia Sophia.



Autor: Arild Vågen. 2013. Disponível em:<
https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Sofia#/media/Ficheiro:Hagia_Sophia_Mars_2013.jpg> Acesso em setembro de 2024

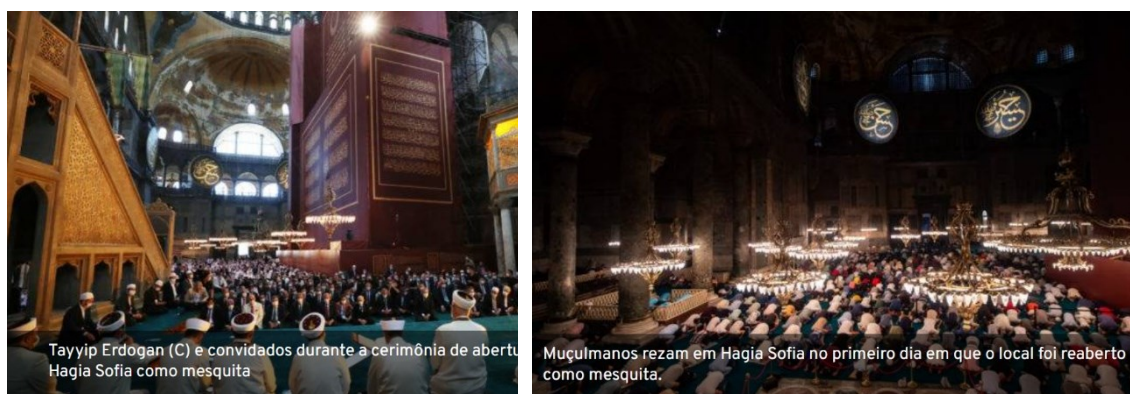
Figura 27– Escrituras islâmicas adicionadas acima dos mosaicos originais no uso atual da Mesquita de Hagia Sophia.



Autor: Desconhecido. S/D. Disponível em:<
<https://shorturl.at/3UwYb>> Acesso em setembro de 2024

Desde 2024, o acesso ao local deixou de ser gratuito e passou a ser limitado à área de visitantes localizada no segundo andar, além da proibição de visitas guiadas, de acordo com o site do Governo de Istambul. Todas as imagens cristãs internas foram cobertas com panos e, a partir de então, seu funcionamento passou a ser exclusivamente dedicado aos rituais islâmicos (figura 28).

Figura 28 – Fotos internas do novo funcionamento de Hagia Sophia.



Autor: Ozan KOSE/AFP, 2020. Fonte da imagem: < <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/imagens-de-santa-sofia-mesquita/> >. Acesso em setembro de 2024

O caso de Hagia Sophia ilustra as dificuldades inerentes à adaptação de uso em um patrimônio mundial religioso, visto que, internacionalmente, o monumento é valorizado por seus atributos históricos e artísticos, os quais muitas vezes se sobrepõem ao significado atribuído pela comunidade local. Esse debate pode colocar sua chancela como Patrimônio da Humanidade em risco, ainda que não interfira no reconhecimento e na apropriação simbólica exercida pela população que com ele se identifica. Trata-se, portanto, de um debate particularmente delicado, pois sugere que, em determinados casos, a chancela da UNESCO adquire maior peso do que a percepção cultural da comunidade. Esse aspecto, por sua vez, pode justificar a redefinição de propósitos quando o bem enfrenta riscos concretos de perda.

Todavia, o exemplo destaca os desafios enfrentados por patrimônios religiosos, especialmente aqueles que não contam com proteção internacional. Nessas situações, a vulnerabilidade é ainda maior, devido à escassez de profissionais capacitados para desenvolver projetos que conciliem novos usos com a preservação dos valores históricos e culturais do bem. Reforça-se, assim, a necessidade de estudos e diretrizes que orientem tais processos de adaptação, equilibrando a salvaguarda dos valores universais com as demandas impostas pela contemporaneidade.

Para edificações que se enquadram nas alternativas de receber uma nova função, em decorrência do enfraquecimento de seu uso original, é imprescindível que o processo seja acompanhado por uma avaliação abrangente da proposta. Tal avaliação deve considerar as consequências positivas e sustentáveis da intervenção, sendo realizada pelos comitês responsáveis pela condução do trabalho. De acordo com as orientações emitidas pela UNESCO, para que essa alternativa seja viável, são requeridos a apresentação de relatórios detalhados e estudos de impacto sobre o “Valor Universal Excepcional” da propriedade ou em seu estado de conservação (2017, p.47.), com o objetivo de evitar a exclusão da Lista de Patrimônios Mundiais. Esse processo

também inclui a análise de possíveis construções ou alterações no entorno da edificação protegida que possam modificar seus valores atribuídos, exigindo a disponibilização de informações para que os órgãos fiscalizadores realizem avaliações prévias. Dessa forma, o Comitê pode auxiliar na busca de soluções apropriadas.

O desenvolvimento de uma proposta de alteração em bens inscritos como patrimônio da Humanidade, em qualquer nível, exige a elaboração de um relatório de ameaças ou melhorias significativas para conservação do bem, a apresentação de todas as decisões anteriores, tomadas antes de sua inscrição na lista, bem como, informações sobre quaisquer ameaças, danos ou perdas que afetem o valor, a integridade e/ou a autenticidade que justificaram sua titulação como Patrimônio Mundial.

Outro aspecto relevante refere-se ao impacto que a mudança de uso pode gerar sobre a autenticidade do bem, tema abordado pela Conferência de Nara (1994). O documento define a importância de delimitar o caráter específico dos valores patrimoniais, assegurando sua credibilidade e veracidade dentro de seu contexto cultural, a fim de evitar interpretações equivocadas ou descompassadas dos parâmetros da realidade local. Ressalta-se que a responsabilidade pela gestão do patrimônio recai, primeiramente, sobre a comunidade que o produziu. Embora a UNESCO exija consideração dos princípios por ela preconizados, o texto enfatiza a necessidade de equilíbrio entre as diretrizes e as necessidades locais, como se observou no caso de Hagia Sophia.

As pesquisadoras malaias Liang *et al* (2023) reforçam essa perspectiva ao apontar que, ao longo do tempo, as revisões sobre as diretrizes relativas a Hagia Sophia evoluíram de uma visão centrada em objetos arquitetônicos isolados para uma abordagem mais ampla, considerando sua integração no ambiente urbano. Ver-se na “Recomendação sobre a Paisagem Urbana Histórica” (2011), que a rigidez das estratégias de conservação tradicionais deve ceder espaço à adaptação às realidades sociais e econômicas de uma cidade. Assim, história e desenvolvimento não devem ser entendidos como caminhos opostos, mas como dimensões que podem coexistir, gerando benefícios mútuos para o espaço urbano.

As autoras defendem que preservar um edifício histórico também é um meio de unir a população em torno do reconhecimento de uma identidade coletiva, promovendo um senso de lugar e orgulho cívico. Além de permitir a apreciação de seus valores, levando a uma mudança no foco da estrutura física e materialidade do patrimônio para um novo destaque em seus valores imateriais e intangíveis originados de seu significado cultural (2023, p.04 -06). Essa ampliação conceitual foi enriquecida pela noção de “espírito da integridade do significado cultural”, apresentada na Declaração de Xi'an (2005), que afirma que o reconhecimento dos valores atribuídos ao patrimônio faz

sentido quando relacionado à localidade de seu contexto, propondo um princípio dialético de autenticidade. Trata-se de uma abordagem que propõe uma conservação “viva”, orientada por um princípio dialético de autenticidade e fundamentada em uma concepção holística.

Diante desse contexto, a UNESCO, em seu documento guia de 2017, apresenta uma ficha de referência voltada ao acompanhamento do estado de conservação do Patrimônio Mundial, a qual pode inspirar reflexões e aplicações também em bens de impacto nacional, regional e local. A seguir, destacam-se alguns pontos importantes dessa ficha de controle e das exigências para apresentação de propostas de intervenção.¹²:

- Apresentação do projeto: Título, localização, prazo para implementação, justificativa, objetivos, resultados esperados, público-alvo, orçamentos, agência financiadora, cronograma;
- Viabilidade da proposta: área de impacto, análise de risco para a edificação e para a manutenção dos valores atribuídos, perfis de especialistas, técnicos e mão-de-obra;
- Documentação: registros originais (antes da intervenção), documentos do projeto, avaliação e relatório;

Essas diretrizes procuram equilibrar a necessidade de desenvolvimento sustentável e modernização com a preservação dos patrimônios arquitetônicos. Elas podem servir como orientação para viabilizar processos de mudanças de uso de forma mais segura, especialmente diante do aumento significativo de casos semelhantes.

¹² O formulário de solicitação de Assistência Internacional base para as informações apresentadas está disponível no endereço: <http://whc.unesco.org/en/intassistance>.

2.2.3 – Instâncias de preservação em âmbito nacional.

O Governo brasileiro possui estratégias para apoiar o reconhecimento e proteção dos bens patrimoniais que representam a história e a cultura do país. Atualmente, essa responsabilidade é atribuída ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que, em âmbito federal, desempenha papel central na preservação de bens materiais e imateriais. O IPHAN atua em parceria com órgãos estaduais e municipais, garantindo uma gestão articulada e efetiva desses patrimônios.

O IPHAN foi criado em 1937 como uma autarquia federal, resultado de um movimento em defesa do fortalecimento da cultura e proteção dos patrimônios nacionais, reivindicado em diversos estados como Minas Gerais, Bahia, dentre outros, iniciada durante a década de 1920. A oficialização do instituto ocorreu por meio do Decreto-Lei n.º 25 de 30 de novembro de 1937, que definiu, em seu artigo 1.º o “patrimônio histórico e artístico” como “bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público”, em seu artigo primeiro. Além disso, o decreto previu a criação de quatro Livros do Tombo, destinados ao registro e à preservação de diferentes tipos de patrimônios, classificados conforme a preponderância dos valores a eles atribuídos.

Ainda nesse Decreto-Lei, o artigo 17 estabelece que os bens tombados não podem ser destruídos, demolidos, mutilados, reparados ou restaurados sem prévia autorização do órgão competente. Caso o proprietário do bem tombado não disponha de recursos para promoção de conservação e reparação necessárias, deve informar o IPHAN sobre essas necessidades, para que a entidade assuma a responsabilidade pela intervenção, com os custos arcados pela União. (Art.º 19, do Decreto-Lei nº 25/37). Em ambas as situações, a aplicação de multas pode ser prevista, caso os danos sejam resultantes da negligência do proprietário, com base na Lei n.º 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais).

Soma-se ao Decreto-Lei o Decreto nº 6.844, de 17 de maio de 2009, que reforça o papel fundamental do IPHAN na preservação e conservação do patrimônio brasileiro, incluindo as igrejas, ainda que o Brasil seja um Estado laico. As responsabilidades formalizadas neste Decreto incluem:

- Fiscalização: através de vistorias periódicas feitas por responsáveis técnicos, para realização de análises e identificação de riscos. Podem solicitar a criação de um planejamento para a gestão da execução de um projeto;

- Documentação: o Órgão deve criar registros técnicos, como desenhos, fotografias, relatórios e diagnósticos para embasar as decisões projetuais que serão providas;
- Restauração: desenvolvimento e execução de projetos, podendo ser em parceria com outros órgãos públicos ou entidades privadas;
- Captação de recursos: pode haver a busca por apoio financeiro público ou privado, como das autoridades eclesiásticas, para a cooperação em obras e outros benefícios para a preservação do patrimônio nacional (Art.25);
- Notificação: ao serem detectados problemas durante as fiscalizações, podem ser realizadas comunicações aos proprietários para que as demandas sejam providenciadas;

Outras formas de auxílio promovidas pelo IPHAN incluem a elaboração e disponibilização de portarias que estabelecem diretrizes e critérios para a atuação em bens tombados. Um exemplo é a Portaria nº364/2019, que introduz o recurso de delimitação de poligonais para as áreas de entorno de conjuntos arquitetônicos e paisagísticos. Destacam-se também as normas técnicas orientativas para realizações de intervenções, definidas a partir de padrões adequados às especificidades regionais e urbanas dos locais em que os bens tombados estão inseridos.

Além do trabalho realizado pelos órgãos de preservação em âmbito nacional, em 2010 foi celebrado um acordo entre o Brasil com a Santa Igreja, oficializado pelo Decreto nº 7.107, de 11 de fevereiro de 2010. O documento estabelece a colaboração mútua da Igreja com o Estado para a tutela do patrimônio cultural. Nele, o Governo compromete-se a adotar as medidas necessárias para garantir a proteção dos locais de culto contra violações, desrespeitos e usos ilegítimos (art. 7). Nesse mesmo artigo, em seu primeiro parágrafo, é definida a primazia da utilidade pública e do interesse social sobre o uso religioso, assegurando que a preservação cultural prevaleça quando os bens apresentarem relevância para a coletividade:

§ 1º. Nenhum edifício, dependência ou objeto afeto ao culto católico, observada a função social da propriedade e a legislação, pode ser demolido, ocupado, transportado, sujeito a obras ou destinado pelo Estado e entidades públicas a outro fim, salvo por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, nos termos da Constituição brasileira. (Art. 7, Governo do Brasil, 2010)

É importante salientar que, no texto introdutório escrito pelo Senador Fernando Collor (2009), evidencia-se o atraso na formalização desse acordo em comparação com outras noções, como Portugal, França, Itália, Áustria, Argentina, Peru, Albânia, que

desde o século XIX celebram tratados de mesmo propósito junto à Santa Sé. Tal circunstância contrasta com o fato de o Brasil ser um dos países com maior concentração católica do mundo, criando uma aparente contradição em relação ao próprio movimento de preservação de patrimônios no país.

As edificações religiosas católicas, inclusive, estiveram entre os primeiros bens tombados pelo IPHAN em sua primeira década de atuação. Exemplos emblemáticos incluem a Igreja de São Francisco de Assis e a Igreja de Nossa Senhora do Pilar, em Ouro Preto (MG); o Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro; e o Convento de São Francisco, em Salvador, todos tombados em 1938.

A parceria estabelecida entre o Brasil e a Santa Sé pode favorecer o acesso a recursos provenientes de entidades internacionais e da própria Igreja Católica. No entanto, o problema da subutilização e do abandono desse patrimônio ainda não é amplamente reconhecido como uma ameaça de grande impacto. Ademais, observa-se que a atuação dos órgãos de preservação tende a concentrar-se em bens com forte potencial de geração de economia baseada no turismo, enquanto aqueles sem projeção internacional frequentemente enfrentam maiores dificuldades para obter assistência. Mesmo em situações em que seus proprietários recorrem ao Ministério Público ou à Defesa Civil, buscando acelerar intervenções ou prevenir riscos de acidentes, a resolução geralmente depende do apoio efetivo de instâncias de preservação no Brasil.

2.2.4 – Intervenções e apropriações por parte da população

Atualmente, cresce a conscientização acerca da importância de colaborar com a preservação do patrimônio cultural, especialmente das igrejas católicas que se encontram em risco de deterioração em razão da falta de uso e de recursos para sua manutenção. No Brasil, ainda são raros os casos de reaproveitamento de igrejas abandonadas ou subutilizadas para novos usos desvinculados de sua função religiosa. Por outro lado, na Europa e nos Estados Unidos, existem exemplos de adaptações bem-sucedidas que transformaram esses espaços em ambientes comerciais ou residenciais, conforme ilustrado na figura a seguir.

Entretanto, no contexto brasileiro, observam-se duas situações recorrentes em decorrência da ausência de orientações claras quanto à possibilidade de mudança de uso dessas construções. A primeira diz respeito às igrejas desativadas, cujas estruturas internas são frequentemente alvo de vandalismo, roubo ou destruição. A segunda refere-se ao uso precário dessas edificações para fins sociais, como obras de caridade e outras funções originalmente incentivadas pela Igreja. Abaixo, seguem fotos do

claustro da Igreja Santuário Santo Antônio do Valongo, em Santos/ SP, utilizado de forma improvisada como restaurante (figura 29).

Figura 29 - Igreja Santuário Santo Antônio do Valongo, em Santos/ SP.



Foto – T. Nascimento. Maio 2023. Fonte da imagem: Compilação da autora. Maio 2023

Dessa forma, constata-se que os habitantes que convivem com igrejas em situação de risco percebem as perdas e podem sensibilizar-se com os danos e os impactos negativos causados pelo esvaziamento ou mesmo pela marginalização da área onde a edificação é localizada. A mobilização comunitária é prevista e incentivada pela legislação nacional e reforçada pelos direcionamentos internacionais, uma vez que processos participativos podem contribuir de forma significativa para o desenvolvimento sustentável e a coesão social, promovendo o bem-estar coletivo e a melhoria da qualidade de vida. Assim, evidencia-se que a preservação do patrimônio cultural não pode depender exclusivamente das ações governamentais ou de entidades internacionais. Em primeiro lugar, o interesse em proteger seus bens culturais deve partir da própria sociedade, visto que esses objetos pertencem a todos e representam um interesse coletivo. É essencial, portanto, que a população atue de forma engajada em uma gestão holística, com o objetivo de alcançar uma funcionalidade sustentável e respeitosa que assegure a preservação efetiva do patrimônio. Como apontam Gamini Wijesuya, Jane Thompson e Christopher Yong (2016) no livro *Gestão do Patrimônio Mundial Cultural*, publicado pela UNESCO, essa abordagem participativa é fundamental para a proteção e valorização dos bens culturais.

Diante das inúmeras ameaças a patrimônios católicos edificados, torna-se evidente a urgência de debater essa questão. A ausência de ações voltadas para o controle da degradação natural, somada à falta de conscientização e à consequente baixa participação comunitária na proteção desses bens, são problemas que se agravam com a evolução da vida social e econômica ao longo do tempo.

Desde 1972, a UNESCO, por meio da “Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural”, tem enfatizado a importância da criação de um sistema de assistência coletiva, que deve ser igualmente implementado em âmbito nacional. A

Convenção, em seu artigo 5º, ressalta algumas ações que podem ser desenvolvidas diretamente pela população interessada, independentemente da atuação estatal, como pesquisas científicas e técnicas voltadas à preservação do patrimônio.

Uma das formas de organização e participação ativa da sociedade civil na garantia da preservação do patrimônio católico obsoleto consiste na criação de Organizações Não Governamentais (ONGs), conforme estabelecido no artigo 9 da “Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Unesco” (2003). Essas entidades são formadas por um grupo de pessoas que, de forma privada e sem fins lucrativos, dedicam-se a causas sociais, culturais, ambientais e outras pautas relevantes. Seus recursos provêm do engajamento da população frente às demandas identificadas, o que lhes permite cumprir o objetivo social de atuar em áreas que, muitas vezes, não são plenamente atendidas pelo Estado. Dessa forma, as ONGs desempenham um papel estratégico no fortalecimento da preservação e valorização do patrimônio cultural.

No Brasil, um exemplo notável é o Instituto Pedra, que desempenha um papel expressivo na valorização do patrimônio cultural por meio da recuperação de seus aspectos materiais e de suas dimensões simbólicas. O Instituto oferece uma ampla gama de serviços, incluindo a elaboração de projeto arquitetônico, o gerenciamento de obras civis, a gestão de acervos, a curadoria e a produção de exposições, a promoção de programas educativos, a publicação de materiais técnicos, a formulação de planos de gestão e a realização de consultorias. Entre seus projetos de destaque está a “Igreja Casa Museu”, que promoveu o restauro e reapropriação do Conjunto Franciscano, localizado na cidade de Mariana, Minas Gerais. A proposta integrou a antiga casa do Conde Assumar, vizinha à igreja de São Francisco de Assis, para instalar o museu da cidade e restaurar a igreja conjuntamente (figuras 30 e 31).

Figura 30 – Igreja de São Francisco de Assis e Museu de Mariana após realização do projeto.



Autor: Nelson Kan, 2022. Fonte da imagem: Instituto Pedra. Disponível em: <https://fliphtml5.com/pt/homepage/mutcx/instituto-pedra/>. Acesso em 17 de fevereiro de 2025

Figura 31 – Foto da inauguração do novo projeto da Igreja de São Francisco de Assis e Museu de Mariana.



Autor: Jade Iasmin, 2024. Fonte da imagem: Instituto Pedra. Disponível em: <https://fliphtml5.com/pt/homepage/mutcx/instituto-pedra/>. Acesso em 17 de fevereiro de 2025

O Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI), localizado em Olinda, Pernambuco, é outro exemplo do engajamento que a população pode desenvolver. O Centro atua diretamente na educação patrimonial, oferecendo cursos de gestão e métodos de atuação para restauração de bens históricos. Entre suas iniciativas, destaca-se o curso intitulado “Canteiro Didático”, realizado presencialmente em igrejas locais, como no Alto da Sé e a Igreja e Convento de Santo Antônio, em Recife, e o Convento Franciscano, em Olinda.

O curso proporciona aos participantes uma vivência prática em canteiros de obras, combinando formação técnica com o contato direto com as especificidades das intervenções arquitetônicas em edificações históricas. Essa metodologia promove tanto o aprendizado quanto a valorização dos ofícios tradicionais da construção civil, ao mesmo tempo em que contribui para a conservação dos bens.

A iniciativa, ao utilizar edificações religiosas como espaços de ensino e pesquisa, revela-se um instrumento duplamente eficaz: por um lado, assegura a preservação material do patrimônio; por outro, reforça a dimensão cultural e simbólica das igrejas, reaproximando-as da comunidade por meio da prática educativa. Os registros das diversas edições do curso (figura 32), realizadas em Olinda e Recife, ilustram a importância dessa experiência formativa e sua contribuição para a continuidade dos saberes construtivos e para a salvaguarda do patrimônio edificado.

Figura 32 – Curso “Canteiro prático” sendo realizado dentro de igrejas como laboratórios práticos para o ensino de técnicas de restauração.



Visita técnica, orientada pelo mestre canteiro e escultor Hamilton Martins, aos serviços de restauração do Cruzeiro em pedra arenítica do Alto da Sé de Olinda.

(Clique na imagem para ampliar)



Visita técnica, orientada pelo Prof. Eng. Frederico Almeida, aos serviços de restauração dos azulejos históricos da Igreja e Convento de Santo Antonio, no Recife.

(Clique na imagem para ampliar)



No atelier de restauro, instalado num dos ambientes do Convento Franciscano, onde se processam as consolidações e nivelamentos. Nos trabalhos, sob a responsabilidade da especialista Pérsida Omena, estão sendo utilizados a resina HXTAL NYL-1 (Epoxy Adhesive).

(Clique na imagem para ampliar)



Instrução de estuque aplicado e integrado, realizada no canteiro da Basílica de Nossa Senhora da Penha, no Recife.

(Clique na imagem para ampliar)

Autor: CECI, S/D. Fonte da imagem: < <http://www.cec-br.org/cec-br/component/content/article/52-restauro-cursos/574-curso-gestao-de-restauro-modulo-presencial.html>>. Acesso em 19 de fevereiro de 2025

A inclusão dos patrimônios edificadas em roteiros turísticos é mais uma alternativa eficaz para o reconhecimento e a reintegração desses bens à social e econômica das cidades. Por meio da organização de eventos culturais, é possível gerar uma fonte de renda que colabore para sua manutenção, além de fomentar o respeito e o orgulho dos habitantes pela valorização da cultura, o que incita a população a proteger seu patrimônio. De acordo com Barretto (2000, p.49), a partir da década de 1990 o turismo passou a ser percebido como um aliado na construção de uma coletividade e preservação do patrimônio, sobretudo pelo potencial de resgatar a memória e recuperar o papel histórico de uma cidade. Assim, iniciativas dessa natureza favorecem um modelo de desenvolvimento sustentável, que além de atribuir novas funções ao patrimônio, também amplia seus benefícios econômicos, sociais e culturais.

A promoção da educação patrimonial deve ser pensada de forma inclusiva, alcançando toda a população e não apenas camadas minoritárias. É importante criar estratégias que sensibilizem a sociedade sobre a importância de proteger e valorizar os significados históricos e culturais transmitidos pelo patrimônio, mesmo quando identificados bens em risco. Esse engajamento deve transcender questões contemporâneas que, por vezes, reduzem o reconhecimento do uso original das edificações, como as tendências de conversão para outras práticas religiosas ou a ausência de identificação com qualquer segmento religioso.

Nesse sentido, o próprio IPHAN reforça a importância da participação ativa da comunidade em seus processos educativos. Em seu portal eletrônico, no texto intitulado *Educação Patrimonial*, a instituição destaca que: “Considera-se, ainda, que os processos

educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural.” (Site do IPHAN, 2024)

2.2.5 – Orientações existentes na Teoria do Patrimônio

A relevância do uso efetivo do patrimônio arquitetônico como meio de promover sua conservação e a preservação de seus valores está amplamente respaldada em diversos documentos normativos e também no pensamento dos principais teóricos da restauração. Embora esses estudiosos não tenham tratado especificamente o caso das edificações católicas, devido às mudanças nas dinâmicas ao longo do tempo, é possível estabelecer paralelos entre suas reflexões e os desafios atuais da preservação desses bens, considerando seu reconhecido valor histórico, artístico e cultural, frequentemente representados pelas construções religiosas do catolicismo.

O ponto de partida desse debate pode ser identificado no restauro estilístico, corrente instituída no século XIX, apresentava direcionamentos sobre a recuperação de obras do passado. Tinha como principal representante Eugène Emmanuel Viollet-Le-Duc (1814-1879), arquiteto francês que defendia a unidade estilística da edificação propondo intervenções baseadas no conhecimento sobre arquiteturas do passado. Embora respeitasse a história das edificações, Viollet-Le-Duc frequentemente incorporava elementos que não eram originais, buscando não apenas restaurar, mas também "aprimorar" a arquitetura com base em suas próprias interpretações. Um exemplo emblemático é seu trabalho na Catedral de Notre-Dame de Paris, durante a década de 1840, onde adicionou um pináculo no cruzeiro da cobertura. Esse elemento, que havia se perdido no século XVIII, foi recriado por ele como uma composição funcional e simbólica, reforçando o caráter gótico da catedral e sua significância simbólica.

Viollet-le-Duc entendia a importância de adaptar as edificações preexistentes às demandas funcionais que elas deveriam atender após as intervenções. Ele assumia o papel de autor do projeto ao planejar essas adaptações, indo além da mera restauração. Sua abordagem permitia recriar elementos inexistentes na estrutura original, fundamentando suas adições em interpretações arquitetônicas, conformando uma visão que marcou profundamente suas práticas restaurativas, como observado em diversos de seus trabalhos.

Entre os extremos representados por Eugène Viollet-le-Duc e o inglês John Ruskin (1819-1900), surge o equilíbrio proposto por Camillo Boito (1836-1914). Enquanto Viollet-le-Duc defendia intervenções estilísticas que reinterpretavam e "aperfeiçoavam" a edificação, e Ruskin rejeitava intervenções, considerando que a restauração era a pior forma de destruição (Ruskin, 2008). Boito, por sua vez, se posicionava como um mediador, buscando uma abordagem que respeitasse as características estilísticas e os valores históricos das edificações, evitando a perda de sua integridade. Em suas produções, no entanto, ele não dava ênfase às mudanças de uso no patrimônio, refletindo o contexto teórico da época, em que o debate central girava em torno das intervenções físicas e das formas respeitosas de preservar as características estilísticas e históricas para evitar a perda do bem, sem comprometer seu valor essencial.

Outro teórico relevante para a evolução dessa discussão é austríaco Alois Riegl (1858 – 1905), que trabalhou sobre as classificações de valores atribuídos aos patrimônios como parâmetros para as intervenções. O teórico estabeleceu correlações entre os aspectos subjetivos que justificavam o caráter especial dos patrimônios e as ações práticas para sua preservação. Em sua produção, "O culto moderno dos monumentos" (1903), Riegl introduz um sistema de valores, entre eles o Valor Utilitário, que pode se sobrepor a outros valores, quando necessário à preservação do bem. Essa perspectiva demonstra sua visão pragmática ao priorizar a proteção do bem cultural, mesmo que isso envolva compromissos com outros aspectos.

Sob outros aspectos do patrimônio, Gustavo Giovannoni (1873-1947), na primeira metade do século XX, observou as interações entre os bens arquitetônicos e o espaço urbano. Ao analisar a utilização de antigos centros históricos, ele ressaltava a necessidade de equilibrar as demandas contemporâneas por qualidade de vida com o respeito e compatibilidade à morfologia arquitetônica ao prever novos usos para edificações antigas. Giovannoni defendia que novos usos para edificações antigas deveriam ser planejados de forma cuidadosa, garantindo compatibilidade com a estrutura e os valores históricos do entorno, preservando, assim, a identidade e a integridade do meio urbano.

Posteriormente, Cesare Brandi (1906–1988), um dos maiores críticos em História da Arte, dedicou-se a reflexões no campo do restauro crítico. Brandi reservava as intervenções para bens que possuíam o reconhecimento como obras de arte, enfatizando a preservação da unidade figurativa, conceito central em sua teoria. Para ele, era possível realizar intervenções que adaptassem essas edificações a novos usos e demandas contemporâneas, desde que tal adequação respeitasse integralmente a

essência visual e artística da obra. Embora a adaptação de edifícios não fosse o foco principal de suas discussões, Brandi via o restauro como um grau superior de intervenção em relação à conservação, sendo aplicado apenas quando necessário para preservar a integridade e os valores históricos, estéticos e culturais da obra.

Na produção da Carta italiana de Restauração, de 1972, Cesare Brandi enfatiza a necessidade de avaliar cuidadosamente as intervenções em monumentos destinados à novas funções, advertindo que as adaptações devem sempre respeitar os interesses histórico-artísticos que conferem valor ao patrimônio edificado. Segundo Brandi, as alterações devem ser em menor nível, visando “conservar escrupulosamente as formas externas e evitar modificações significativas das características tipológicas, do organismo construtivo e da sequência dos percursos internos” (Brandi, 1972, p.242).

Sua abordagem influenciou profundamente o campo da restauração, estabelecendo parâmetros que conciliam a preservação com as necessidades contemporâneas. O pensamento do autor foi o partido inicial para muitos documentos orientativos tidos como referências até a atualidade, além de refletir sua preocupação em preservar a essência e a integridade das obras, mesmo quando submetidas a novos usos.

Na contemporaneidade, o teórico Giovanni Carbonara, trabalha em sua produção a alternativa do reuso como estratégia de preservação, desde que conduzido de forma adequada. Para ele, assim como para Brandi, o restauro mantém-se como ferramenta principal para assegurar a unidade figurativa de um bem cultural.

No entanto, Carbonara adverte que a escolha de funções incompatíveis com as características intrínsecas da obra e sua “realidade espiritual” podem degradar exponencialmente obras importantes a ponto de invalidar tentativas de restaurações futuras. Para o autor, a mudança de uso é caracterizada como uma alternativa a ajudar na preservação, e não deve ser entendida como a finalidade de uma intervenção. Esse reuso somente será positivo se conseguir promover a relação harmônica entre a função proposta e a imagem original do bem, alinhando-se ao princípio de priorizar ações de conservação e intervenções mínimas.

A escolha de um novo uso para evitar a obsolescência de uma edificação é amplamente reconhecida como estratégia relevante, embora não seja considerada pelos teóricos da restauração como a única, nem necessariamente a mais determinante. Em suas reflexões, esses autores costumam priorizar as formas de intervenção, com ênfase na preservação da unidade compositiva e na valorização estética do patrimônio. Nesse sentido, a adaptação de uso aparece apenas como uma alternativa possível, cuja

legitimidade depende do respeito às características do bem e da aplicação de critérios de compatibilidade, assegurando equilíbrio entre sua funcionalidade contemporânea e seu valor histórico e artístico.

Cabe destacar, contudo, que a principal questão abordada pelos teóricos da restauração refere-se às intervenções que incidem diretamente na estética e integridade formal das edificações. A mudança de uso, diferentemente, envolve decisões sobre funcionalidade e aproveitamento do espaço, o que pode ou não implicar na preservação da espacialidade original. Trata-se, portanto, de uma preocupação distinta daquelas voltadas à preservação da unidade figurativa, conceito central nas teorias do restauro.

Independentemente da abordagem, a reflexão contemporânea sobre preservação patrimonial amplia esse horizonte ao reconhecer a importância de atribuir novos significados e valores aos bens históricos. As transformações no uso original não necessariamente comprometem sua autenticidade; ao contrário, podem fortalecer sua permanência no tempo. Dessa forma, assegurar a unidade figurativa torna-se condição essencial para que a adaptação de uso seja viável, permitindo a continuidade do reconhecimento histórico e cultural da edificação.

Assim, a mudança de uso, quando conduzida de maneira criteriosa e respeitosa, pode configurar-se como alternativa legítima para a salvaguarda do patrimônio. Ao promover uma relação equilibrada entre funcionalidade contemporânea e integridade histórica, contribui para a sustentabilidade cultural e material desses bens, reafirmando sua relevância no presente sem perder de vista a memória de seu passado.

A melhor alternativa talvez seja buscar um equilíbrio que permita reforçar os valores originalmente atribuídos ao patrimônio, sem comprometê-los, mesmo ao incorporar novas funções. Esse resultado preservaria a relevância dessas edificações para a população, mantendo-as em destaque no contexto urbano. Além disso, auxiliaria o papel do patrimônio como um elemento distinto, cuja capacidade de representatividade é essencial para sua identificação e valorização. Nessa perspectiva, a preservação deixa de ser apenas um ato de conservação material e passa a constituir uma forma de conexão ativa entre o patrimônio e a sociedade, destacando-o como símbolo cultural que transcende o espaço físico e dialoga com as demandas contemporâneas.

2.3 Perspectivas sobre o processo de preservação do patrimônio edificado religioso e sua musealização.

O reconhecimento das edificações católicas como patrimônio potencial, em virtude de sua função social e simbólica, fortalece a continuidade no tempo e a preservação de sua integridade. Tais edificações, enquanto elementos ativos no meio social, podem ser classificadas como objetos museológicos, sobretudo sob a ótica da nova museologia. Essa abordagem destaca a indissociabilidade entre a noção de patrimônio e a musealização, por considerar a necessidade de divulgar seus significados à sociedade garantindo a transmissão de valores às futuras gerações e fomentando a conscientização coletiva acerca de sua relevância.

A museologia, como um campo disciplinar, ampliou significativamente os conceitos, as funções e a responsabilidade social dos museus. Com o objetivo de renovar abordagens tradicionais e enfatizar a interação entre patrimônio, educação e cidadania, de forma mais inclusiva e participativa. Dentro dessa perspectiva, destaca-se a ênfase na lógica comunitária, caracterizada pela territorialidade do campo de intervenção e pela ativa participação da população, conforme observado por Poulot (2008, p. 178). Assim, reconhece-se importância das dimensões sociais e políticas dos museus, capazes de moldar o desenvolvimento cultural e de gerar impactos positivos para o futuro.

Chagas (2006) reflete sobre como todas as coisas podem ser musealizáveis, uma vez que carregam significados e desempenham funções de armazenar referências históricas e sociais. Nesse contexto, o museu é visto como uma “ponte entre tempos, espaços, indivíduos, grupos sociais e culturas diferentes (Chagas, 2006, p.18). A musealização, portanto, transcende a esfera tradicional, configurando-se como um método de trabalho que molda um sistema dinâmico voltado à organização de memórias. Essas memórias, fruto das relações entre fatos, fenômenos e processos, contribuem diretamente para a preservação cultural e também para o desenvolvimento econômico, turístico e social. (Rosário, Rayane; Garcia, Luiz Henrique, 2024, p.06). Assim, Rosário e Garcia (2024) reconhecem que o patrimônio pode ser apresentado como um objeto musealizado, reforçando sua relevância e seu papel transformador na sociedade.

Bruno Brulon (2018, p.190) afirma que o ato de musealizar pode ou não implicar na retirada física de algo de seu local de origem, mas sempre haverá um reposicionamento no sentido simbólico, com o propósito de não comprometer seus sentidos originais. Essa prática exige uma seleção sob uma perspectiva museológica

que atribui novos valores ao que passa a ser reconhecido como um "objeto museológico" (Rosário, Rayane; Garcia, Luiz Henrique, 2024, p 09).

No caso das edificações católicas, essa identificação é possível devido ao seu papel multifacetado na esfera social, que as torna propícias à reconstrução de memórias e as múltiplas formas de apropriação. Esse processo está vinculado à ampliação do entendimento e ao panorama museológico contemporâneo (Rosário, Rayane; Garcia, Luiz Henrique, 2024, p.10).

Segundo os autores, esse desenvolvimento engloba a tríade "museologia-museu-patrimônio", cujo objetivo de viabilizar novas formas de apropriação e atribuição de novos significados aos monumentos e/ou lugares por meio de uma releitura, promovendo um vínculo renovado com o patrimônio cultural (Rosário, Rayane; Garcia, Luiz Henrique, 2024, p.10).

Um exemplo do processo de musealização e valorização do patrimônio cultural brasileiro trazido pelos autores, é a Igreja de São Francisco de Assis, parte do conjunto modernista, localizada na Pampulha, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Projetada por Oscar Niemeyer a convite do então governador Juscelino Kubitschek, como parte de um projeto de modernização urbana, a igreja é símbolo de inovação arquitetônica e cultural.

Sua construção, finalizada em 1945, enfrentou desafios históricos como a longa espera por sua consagração, ocorrida apenas em 1959. A partir de mobilizações, o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, instituiu um "tombamento preventivo", em 1947, por reconhecer que além da função religiosa, a edificação era atribuída também de valor artístico. Após décadas de ações para consolidar sua proteção, a igreja foi reconhecida como patrimônio cultural nas esferas federal, estadual e municipal entre 1984 e 2003. Em 2016, o conjunto arquitetônico da Pampulha foi declarado Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, destacando não apenas sua importância arquitetônica, mas também sua integração como paisagem cultural, sob a perspectiva de impulsionar o desenvolvimento de atividades turísticas e econômicas com a realização de projetos culturais, e assim, utilizar do patrimônio com estratégias que vão além das ações de preservação.

A análise evidencia que, embora o uso religioso tenha inicialmente perdido destaque diante da apropriação turística e cultural, o processo de musealização agregou novos valores simbólicos à igreja. A partir dessa apropriação, o espaço passou a atuar como "local de visitação e de fruição social", conciliando seu papel original de Santuário — reafirmada em 2021 — com uma dimensão museológica que favorece as atividades de visitação. Essa "simbiose entre religião e lazer, fé e fruição artística" revelou-se uma

estratégia positiva para reforçar o papel do Catolicismo no cenário cultural, promovendo ações de pesquisa, preservação e mobilização social, que tornou viável a permanência da sua função espiritual como seu “valor primário”.

Para viabilizar as práticas museológicas na Igreja de São Francisco de Assis, foi instituído um setor educativo, responsável pelo atendimento ao público, pela gestão cultural, da memória e de bens culturais da Arquidiocese de Belo Horizonte. Esse setor transformou a igreja no Museu Arquidiocesano, ampliando seu alcance e impacto cultural. Destacam-se as participações na Semana Nacional de Museus e na Primavera dos Museus, eventos fundamentais para a promoção e valorização do patrimônio histórico, além do projeto de cartilhas informativas para a educação patrimonial que reflete o compromisso do museu com a disseminação de conhecimento e a conscientização sobre a preservação cultural.

Rosário e Garcia (2024), ressaltam que esse caso fomenta reflexões sobre as narrativas de ocupação de um lugar de memória, enquanto exemplo de associação entre as diversas funcionalidades que podem ser interpretadas por meio da leitura de múltiplas camadas. Desde sua reabertura em 2019 (figura 33), após dois anos de restauração, o Memorial recebeu 152.782 visitantes, tornando o atendimento ao público de visitantes sua maior demanda interna. Esse fluxo é gerenciado com total compatibilidade entre as necessidades pastorais e patrimoniais, organizadas em calendários específicos para diferentes tipos de atividades.

Figura 33 – Reabertura da Igreja da Pampulha em 2019.



Foto - Amira Hissa, 2019. Fonte da imagem: Prefeitura de Belo Horizonte.
<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/restaurada-igreja-de-sao-francisco-de-assis-reabre-portas-para-o-publico>

A igreja da Pampulha pode ser compreendida como um espaço museal que não se limita ao passado, mas se molda continuamente por meio de releituras de sua trajetória histórica e novas narrativas. Essas atualizações auxiliam tanto na sua conservação quanto na renovação de formas de apropriação, possibilitando a atribuição de novos significados. Tal reconhecimento reforça a espacialidade da arquitetura religiosa como um “lugar de interações sociais que geram tensões políticas e culturais, fomentando a musealidade” (Rosário, Rayane; Garcia, Luiz Henrique, 2024, p.21).

Embora inúmeros templos religiosos sejam reconhecidos como patrimônio no Brasil e no mundo, as dificuldades financeiras frequentemente aceleram processos de deteriorações, tornando as intervenções para alteração de uso opções viáveis e recomendadas para auxiliar a manutenção, visando evitar o abandono e a perda do bem. Nesse contexto, o processo de musealização *in situ* vem se consolidando como prática recorrente, destacando-se entre as opções de reutilização, por assegurar a proteção de bens móveis e objetos sacros em seu contexto original. Esse modelo reforça a relevância do papel da museologia como instrumento fundamental para a preservação e valorização do patrimônio religioso.

CAPÍTULO 3

NOVOS USOS PARA O PATRIMÔNIO EDIFICADO CATÓLICO – ENTRE EQUILÍBRIOS E TENSÕES

“Por aqui, no entanto, nós não olhamos para trás por muito tempo. Continuamos seguindo em frente, abrindo novas possibilidades, porque somos curiosos — e a curiosidade continua nos levando por novos caminhos.”

DISNEY. *Wish: o poder dos desejos*, 2023. Filme (1h35min)

Igreja de São Sebastião em Bulhões / Rio de Janeiro. Foto – T. Nascimento. Maio de 2025. Fonte da imagem: Compilação do autor, 2024

CAPÍTULO 3 – NOVOS USOS PARA O PATRIMÔNIO EDIFICADO CATÓLICO – ENTRE EQUILÍBRIOS E TENSÕES.

A arquitetura religiosa pode se tornar um abrigo versátil e flexível, apto a receber intervenções que transformem seu uso original como estratégia para evitar a subutilização, o abandono ou a inutilidade da edificação. Mesmo diante de dificuldades, essa arquitetura é capaz de preservar e transmitir, ainda que parcialmente, os valores a ela atribuídos, mesmo quando deixa de atender às demandas litúrgicas para incorporar novas funções definidas pelo arquiteto responsável pelo projeto de adaptação.

Voordt e Wegen (2013), no Livro “Arquitetura sob o olhar do usuário”, abordam a arquitetura como síntese entre concepção formal, funções propostas, legislações e tecnologias construtivas, concebidas como recurso vinculado ao tempo presente. Essa perspectiva remonta à Antiguidade, já que Vitrúvio (século I a.C.), havia estabelecido três pilares fundamentais da arquitetura: *Utilitas* (valor utilitário e a dimensão social), *Firmitas* (resistência e dimensão tecnológica) e *Venustas* (dimensão estática e artística). Esses conceitos estabelecem que a arquitetura não se resume à adequação funcional, mas resulta de um equilíbrio entre estrutura, estética e uso.

Ainda nessa publicação, os autores distinguem “funcionalidade” de “eficácia”: o primeiro conceito refere-se à capacidade de cumprir funções previstas e compatíveis com seu propósito, enquanto o segundo se relaciona à usabilidade prática e à acessibilidade. Ressalta-se, contudo, que tais parâmetros não permanecem estáticos ao longo do tempo, pois são moldados pela interação entre “indivíduo e objeto”, derivados das atividades e condições do tempo presente. Tal ponto ressalta como aspecto da viabilidade para a execução do projeto, analisar se o novo uso escolhido atenderá às exigências contemporâneas de acessibilidade previstas na Norma Técnica Brasileira (NBR9050), que estabelece diretrizes de desenho universal para contemplar a maior diversidade possível de usuários.

Em resposta a essas questões, os autores desenvolveram uma metodologia de análise pós-ocupacional, concebida como ferramenta de referência para aferir, de modo concreto, o nível de qualidade arquitetônica. Vale ressaltar que essa metodologia foi direcionada a projetos já construídos e orientados a usos previamente determinados. Contudo, considera-se também aspectos físicos, financeiros e sociais, mostrando-se aplicável a contextos de mudanças de uso em patrimônios, conforme o enfoque desta pesquisa. Voordt e Wegen (2013) aprofundam as contribuições de Zeeman (1980), introduzindo dois parâmetros adicionais significativos, sendo eles:

- Função social – espaço para cumprir atividades;
- Função cultural – utilização de fatores estilísticos, arquitetônicos e ambientais;
- Coerência e contexto – recursos para escolhas das composições de materiais, iluminação, texturas e consideração sobre se o projeto aplicado cria um “fio condutor” que se conecte à história da edificação;
- Programa de necessidades – organizações de atividades e seus rebatimentos projetuais. Pode ser considerado também se há o conflito de uso, gerando respeito ou contrastes;

Foram também consideradas as contribuições dos críticos de arquitetura Hillier e Leaman (1976), que introduziram parâmetros adicionais relevantes para a análise que propõem ampliar a visão metodológica, oferecendo novas perspectivas para avaliar a qualidade arquitetônica e sua interação com o usuário. Os conceitos propostos pelos autores complementam a abordagem existente e enriquecem a discussão sobre a adaptação e preservação do patrimônio edificado.

- Função Simbólica – edificação como incorporação material de ideias e expectativas da população que contextualiza a edificação. Se reconhece o mesmo como objeto de importância e significado social e simbólico.
- Função econômica – viabilidade de manutenção e gerenciamento *versus* renda gerada a partir do uso escolhido;

O arquiteto e teórico Norberg-Schulz (1965) argumenta que a edificação configura-se como uma estrutura funcional, destinada a abrigar atividades socialmente determinadas, o que justifica a atribuição de um significado social. Para o autor, o ambiente simbólico pode ser interpretado como a soma entre o “ambiente social” e o “simbolismo cultural”. Esse raciocínio oferece uma perspectiva pertinente para as análises pós-ocupacionais de mudanças de uso em patrimônios, pois permite avaliar em que medida as propostas respeitam e valorizam o uso original ao favorecerem a nova função, ao contrário, se negam esse uso, produzindo contrastes intencionais.

Ao abordar as funções obrigatórias que devem ser atendidas pelas edificações, Norberg-Schulz reforça, de forma indireta, os valores fundamentais que também sustentam a metodologia desenvolvida por Voordt e Wegen (2013), que incluem:

- Valor Cultural – as escolhas projetuais mantêm a originalidade, expressividade e valorização da história e cultura. Consideram e estimulam a percepção espacial, assim como a identificação de elementos estratégicos para a compreensão de uma mensagem de contextualização e criam cognição com o

novo uso;

- Valor Futuro – foram considerados pontos que desenvolvem a sustentabilidade, a viabilidade de um fluxo contínuo e a estima de valorização econômica e cultural no decorrer do tempo;

Outro critério a ser considerado é a distinção entre as permanências de objetos edificados, elementos arquitetônicos ou móveis originais que, ao serem incorporados aos novos usos mantêm vínculos com a função inicial do patrimônio. De acordo com os pesquisadores romenos Stoleriu e Stoleriu (2013), é possível estabelecer uma diferença entre o que é sagrado e o que é religioso. No artigo intitulado “Arte e arte religiosa” os autores explicam que, ao longo da história, religião e arte adotaram expressões simbólicas semelhantes, o que gerou confusões acerca de seus significados e limites. Como resultado de um processo evolutivo, argumentam que a arte sacra adquiriu relevância para os cristãos por meio do uso de símbolos capazes de transpor sentimentos religiosos. Nesse contexto, a imagem assume o papel de uma oração, refletindo artisticamente a conexão entre o homem e o sagrado por meio da arte:

Das criações paleocristãs das catacumbas, daquelas nomina sacra - consideradas uma das primeiras formas de expressão visual da cultura cristã, de retratos, de imagens em objetos de culto móveis, de relicários ou outras representações artísticas semelhantes, que estivessem direta ou indiretamente ligadas a diferentes momentos ou personagens importantes da história do cristianismo. Pensava-se mesmo que alguns destes tivessem contactado com as personagens sagradas que representavam ou a quem se dedicavam, adquirindo assim poderes de cura ou tornando-se símbolos eficazes e promessas de vitória nas lutas anti-pagãs, devido ao incursões na história. Nas páginas seguintes extrairemos apenas alguns dos sua origem divina (Stoleriu e Stoleriu. 2013, p.218.).

O artigo explica que, durante o Renascimento, a separação entre o sagrado e o religioso foi definida pela escolha de usar elementos humanos como centro da expressão artística e redirecionar o discurso anterior, que defendia a importância da intervenção divina no processo criativo. Dessa forma, os autores afirmam que, ao menos para o cristianismo, a arte sacra passa a se caracterizar de forma universal, desvinculando-se das relações com o mundo vivo ao buscar a realidade superior à existência humana. Ela se manifesta como uma fusão entre formas artísticas visíveis e uma visão espiritual que comanda o processo de criação de símbolos capazes de comunicar a sensação da presença do sagrado. Assim, a arte sacra atua como mediadora entre o mundo material e o espiritual, reforçando a dimensão transcendente dos bens religiosos e sua potência de permanência simbólica mesmo diante de mudanças de uso. Segundo os autores:

[...] a arte sacra concentra-se em descobrir, realçar e representar realidades simbolicamente transcendentais, em plena conformidade com a necessidade permanente do homem de recriar a imagem de Deus. Para tanto, a linguagem formal não é suficiente. É por isso que um dos traços definidores da arte sacra consiste no seu simbolismo, através do qual o espectador obtém a sensação da presença do sagrado e a consciência da sua relação direta com o mesmo. Pelo símbolo, a arte sacra descobre as formas imateriais do mundo espiritual, ligando o homem à divindade. (Stoleriu E Stoleriu. 2013 p.221).

Ainda nesse contexto, o artigo reflete que essa distinção também depende da perspectiva do contemplador da obra de arte, que atribui, por meio da fé investida, a sacralidade e um respeito particular à obra. Essa característica diferencia a arte sacra da arte religiosa — esta última definida como uma obra de arte desprovida de fatores espirituais imbuídos. Para o cristão, a adoração é direcionada ao protótipo, ou seja, à pessoa representada como ícone, e não ao objeto artístico em si, considerando sua representação e técnica.

[...]segundo a nossa concepção, arte sacra é a arte inspirada nas essências de uma religião, alcançada num processo criativo plenamente consciente da sua importância, capaz de transmitir ao espectador as religiosidades mais profundas que se devem ao sentimento da presença de Deus. e a comunhão com Ele. (Stoleriu E Stoleriu. 2013 p.224).

Apesar de ser uma análise desafiadora, os autores consideram a arte religiosa como uma representação iconográfica, definida como “a arte do espaço litúrgico ou eclesial”. Trata-se de uma arte temática, com finalidade de servir ao rito do culto e à instituição da Igreja de forma geral, frequentemente exemplificada por temas e personagens bíblicos, mas sem alcançar o nível transcendental da arte sacra. Além disso, a arte religiosa também se relaciona com o espaço secular, abrangendo aspectos sensoriais e temporais, sem necessariamente ultrapassar as fronteiras físicas e podendo, ou não, envolver dimensões de sacralidade. Assim, mais um parâmetro de análise de projetos de mudanças de usos em Igrejas é trabalhado a partir das escolhas feitas em relação às permanências de elementos sacros ou artísticos de temática religiosa diante da nova função.

De acordo com a fundamentação apresentada, estabeleceram-se os pontos de análise que permitem verificar se os casos selecionados se configuram como projetos orientados pela busca de equilíbrio entre o uso original e o novo ou, em sentido oposto, se evidenciam a opção por uma relação de contraste intencional. Essa distinção decorre, sobretudo, das escolhas de intervenção arquitetônica realizadas pelos profissionais responsáveis.

Os pontos analisados serão apresentados conforme o quadro a seguir. Ressalta-se que a opção correspondente a cada ponto se encontra destacada em vermelho, de modo a evidenciar a escolha identificada no processo de análise:

Quadro nº 1: Análise de projetos de intervenção para mudança de uso em patrimônio católico edificado a partir de parâmetros orientativos.

Projeto:			Tipo de intervenção	
			Opção de equilíbrio / ação de intervenção harmoniosa e respeitosa	Opção de tensão/ ação de intervenção propositalmente contrastante
Função social – dimensionamento adequado para a nova função escolhida	Sim	Não		
Função cultural – permanência de elementos estilísticos, arquitetônicos e ambientais	Sim	Não		
Coerência e contexto – escolhas de novos elementos, se há conexão para lembrar ou valorizar o uso original religioso.	Sim	Não		
Reversibilidade no projeto de intervenção	Sim	Não		
Programa de necessidades – evita alterações e descaracterização espacial para adaptação do novo uso	Sim	Não		
Função simbólica – manutenção dos valores atribuídos originalmente juntamente com a criação de novos valores, alinhados de acordo com a aplicação da perspectiva museológica	Sim	Não		
Função econômica – se o novo uso auxilia na manutenção e conservação da edificação	Sim	Não		
Destino dos objetos móveis e integrados, alinhado de acordo com a aplicação da perspectiva museológica	Sim	Não	Mantidos em espaço interno com caráter expositivo e informativo	Retirados e encaminhados para acervos ou exposição em museus
Resultado da ação de intervenção para mudança de uso	Sim	Não		

Fonte do quadro: elaborado pela autora. 2025.

Diante da necessidade de estabelecer recortes que viabilizem análises mais consistentes, foram selecionados alguns exemplos que suscitam algum tipo de mobilização social. Esse enfoque possibilita compreender as estratégias recorrentes, avaliando sua pertinência para garantir a permanência do significado original. Além

disso, será possível analisar as relações conceituais e projetivas dessas estratégias com os processos de musealização e preservação do patrimônio edificado. O propósito é que as alternativas apresentadas e as reflexões decorrentes possam servir como referências projetuais, sobretudo no contexto brasileiro.

O critério de seleção dos projetos baseou-se na disponibilidade de documentação e de informações que viabilizassem a análise. A partir disso, foram escolhidos os seguintes casos, que possibilitam avaliar de que maneira as soluções propostas estabeleceram relações de equilíbrio ou de tensão entre o patrimônio religioso e o novo uso a ele atribuído:

- **Uso comercial:** serão analisados casos de mudança de uso para a instalação de hotelaria e livraria, que demandam requisitos específicos em comparação com outros tipos de comércio. Observa-se uma permanência temporária dos usuários, com estadias mais longas nas instalações.
- **Uso cultural:** são analisados casos em que o patrimônio religioso foi adaptado para funções como casa de show, teatro, ou outras expressões artísticas e institucionais voltadas à educação e à cultura. Serão apresentados exemplos de mudança de uso para museu, destacando-se a possibilidade de incorporação de espaços de exposição aliados a outros usos. Esses espaços podem ser dedicados aos objetos que compunham as decorações originais e objetos sacros. Busca-se compreender como ocorre a adaptação para museus ou espaço de exposição nesses casos e de que forma essas intervenções respeitam as pré-existências e os valores associados ao patrimônio.

3.1 Exemplos de intervenções que buscaram pelo equilíbrio entre o uso original e a nova função.

O equilíbrio é resultado da interação entre elementos que, a partir de uma compreensão da física, manifesta-se em um corpo em repouso estável, transmitindo harmonia e percepção positiva de ordem. Originário do latim, segundo o Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa (2025), o termo era utilizado para descrever uma balança nivelada em um mesmo plano, podendo ser aplicado simbolicamente para representar justiça, proporção e emoções.

Ao aplicar o termo no campo arquitetônico, o conceito de equilíbrio traduz-se na coexistência de dois elementos. No contexto de intervenções em edificações preexistentes, o edifício antigo estabelece uma relação com anexos, novas construções

ou, até mesmo, com modificações estruturais que podem resultar em acréscimos e decréscimos. Esses novos elementos – cores, volumes, divisórias, dentre outros - procuram integrar-se ao conjunto original de forma harmoniosa, sem se sobrepor ou desaparecer, mas coexistindo de modo que cada parte seja distinta e reconhecível. Assim, a composição final reflete respeito e coerência harmônica.

Ao evitar a predominância sobre a arquitetura preexistente, a intervenção possibilita novas interpretações e percepções do conjunto “antigo-novo”, sem apagar os elementos originais, seus símbolos e valores. Assim, o antigo permanece igualmente reconhecível, mesmo diante de alterações e mudanças de perspectiva ao longo do tempo. Esse processo de interação equilibrada está alinhado à ação de musealização, pois assegura a legibilidade dos significados originais da arquitetura por meio de uma mensagem interpretável. Mesmo que sua função e uso originais não estejam mais em vigor, a população continua a identificá-la como um elemento significativo do território em que se insere.

Na sequência, serão apresentados exemplos que ilustram essas relações equilibradas, tanto no que se refere às escolhas de novos usos quanto às soluções arquitetônicas adotadas na adaptação de edificações católicas a propósitos contemporâneos.

- Convento das Mercês/ Fundação cultural – São Luís do Maranhão

Construído em 1654, o Convento das Mercês tornou-se uma das principais referências no centro histórico de São Luís do Maranhão. Com o marco da Independência do Brasil, em 1822, a edificação iniciou um processo de desuso, culminando em sua desativação em 1889. Como tentativa de preservar sua função religiosa, passou por sua primeira adaptação no século XIX, tornando-se sede do Seminário Menor.

Em 1905, o antigo convento passou a ser propriedade do governo do estado, que adaptou a edificação para servir como quartel e hospital do Corpo de Bombeiros. Ao longo dos anos também abrigou outros usos, como hospital dos coléricos, hospício, escola de latim e, por fim, quartel da Polícia Militar, função que desempenhou entre 1951 e 1980. Na foto abaixo (figura 34) observa-se as condições de arruinamento em que a construção foi deixada ao final desse período.

Figura 34 – Antigo Convento das Mercês, utilizado como quartel da polícia militar foi deixado em estado de arruinamento.



Fonte da imagem: imagens de autor desconhecido. Tv Assembleia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1BNqTFthAuc&t=21s>. Acesso em 26 de abril de 2025

Na década de 1980, a edificação passou por um processo de restauração para recuperar suas características originais, incluindo a remoção de anexos que foram acrescentados, assim como a reconstituição dos arcos e do poço do claustro central. Durante essa intervenção, foram descobertos os alicerces da igreja, parte do conjunto demolida em 1920.

O prédio pertenceu ao estado do Maranhão entre 1905 e 1990, quando o antigo convento foi doado, pelo então governador João Alberto à Fundação José Sarney, ex-presidente do Brasil, com o objetivo de abrigar e administrar o acervo do período em que esteve à frente da presidência (1985-1990). No entanto, devido a denúncias de desvios de verbas, em 2009 a edificação retornou ao domínio do governo estadual. Somente em 2011, o edifício recebeu uma nova função, tornando-se sede da Fundação da Memória Republicana Brasileira (FMRB), instituição que permanece ativa até hoje.

No que diz respeito à intervenção arquitetônica para o recebimento do novo uso como sede da Memória Republicana, destaca-se a escolha da cor terracota para a fachada, tonalidade incomum em espaços religiosos (figura 35 e 36). Essa opção cromática pode ter sido proposital, buscando desvincular a estética da arquitetura de seu uso original, para reforçar a adaptação da edificação a uma nova função. A escolha pelo novo tom, que varia do ocre avermelhado ao laranja acastanhado, torna-se interessante, apesar de caráter escurecido, remetendo à terra, o que poderia sugerir que o edifício abriga algo intrinsecamente ligado com o contexto local. Essa percepção harmoniza-se com as atividades culturais e com o acervo em exposição, que abrange desde documentos comprovantes da história local até objetos artísticos de artistas nacionais.

Figura 35 – Convento das Mercês em vista aérea.



Foto - Reprodução/TV Mirante. Julho de 2024. Fonte da imagem:

<https://g1.globo.com/ma/maranhao/saojoao/noticia/2024/07/06/com-atracoes-culturais-e-oficinas-convento-das-mercês-recebe-mais-uma-edicao-do-vamos-festejar-em-sao-luis.ghtml>. Acesso em 26 de abril de 2025

Figura 36 – Convento das Mercês, vista do claustro interno e do pátio posterior.



Foto – T. Nascimento. Fevereiro de 2024. Fonte da imagem: Compilação do autor, 2024

Ao visitar o espaço, percebe-se a valorização dos materiais originais preservados, como os pisos e as estruturas arqueadas, que se integram harmoniosamente com elementos contemporâneos, tais como escadas metálicas e expositores de vidro (figura 37). Nos corredores, encontram-se diversos objetos religiosos, como um sino e uma imagem sacra (figura 38), os quais remetem ao uso original da edificação, promovendo sua contextualização e valorização, além de reforçar sua importância para a história da cidade. Contudo, observa-se que esses objetos sacros carecem de informações explicativas acerca de sua origem e permanência no local, o que poderia enriquecer ainda mais a experiência dos visitantes e sua compreensão sobre a história do convento.

Figura 37 – Métodos construtivos e materiais originais combinados com novos elementos na intervenção no antigo Convento das Mercês.



Foto – T. Nascimento. Fevereiro de 2024. Fonte da imagem: Compilação do autor, 2024

Figura 38 – Imagem sacra e sino expostos sem identificação nos corredores.



Foto – T. Nascimento. Fevereiro de 2024. Fonte da imagem: Compilação do autor, 2024

A fundação atualmente administra o espaço que abriga uma biblioteca, pinacoteca, laboratório de informática comunitário, sala de apresentações culturais, setores administrativos, área de restauração (figura 39) e acervo documental, reunindo aproximadamente 4.600 obras de arte e um milhão de documentos sobre o período da gestão do ex-presidente José Sarney. Além disso, há um museu (figura 40), que promove exposições permanentes e temporárias no espaço nomeado como “lusobrasileiro”, gerido em parceria com o Consulado de Portugal do Maranhão.

Figura 39 – Setor de restauração.



Foto – T. Nascimento. Fevereiro de 2024. Fonte da imagem: Compilação do autor, 2024

Figura 40 – Espaços expositivos.

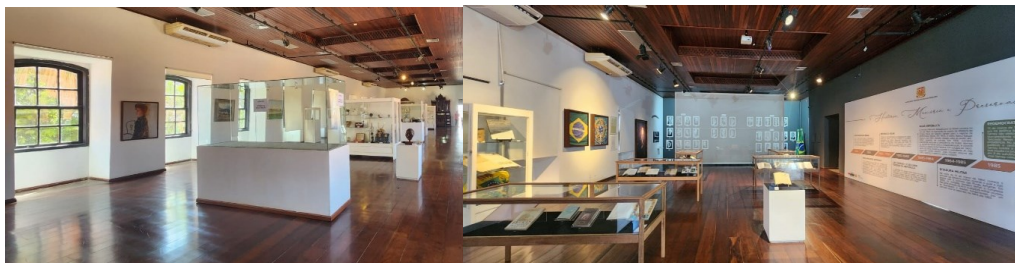


Foto – T. Nascimento. Fevereiro de 2024. Fonte da imagem: Compilação do autor, 2024

Nas salas de exposição, percebe-se a tentativa de otimizar as características originais da edificação, como a materialidade e cor, mas sem recorrer à criação de novas compartimentações. Possivelmente, essa área - correspondente à ala posterior do complexo - era, originalmente, subdividida em pequenos quartos, utilizados como celas para dormitórios dos religiosos que ali habitavam. No entanto, no projeto de adaptação, a decisão de abrir um grande vão e transformar o espaço em um ambiente único pode ter sido tomada para garantir maior fluidez às exposições. Essa modificação espacial alterou a percepção do convento como tal, podendo gerar nos visitantes menos familiarizados com arquitetura uma desconexão com seu uso no passado. Assim, a edificação pode ser facilmente confundida com um antigo colégio, um quartel militar ou um hospital.

Embora o projeto não apresente escolhas materiais ousadas e uso de elementos contemporâneos que poderiam criar forte contraste com o espaço preexistente, a história da edificação só se torna perceptível graças às placas informativas disponibilizadas na entrada. Dessa forma, apesar de propor um uso adequado do local para a população, sem ser indecoroso ou desrespeitoso, a intervenção não prioriza a valorização de seu passado por meio de ações arquitetônicas.

A distribuição de objetos sacros nos corredores, embora compreensível, depende exclusivamente das informações presentes nas placas da entrada, o que pode gerar uma certa desconexão. Ainda que essa estratégia busque valorizar elementos móveis simbólicos e, indiretamente, o valor histórico da edificação, acaba relegando seu passado a um segundo plano, priorizando, sobretudo, a funcionalidade para atender à nova demanda.

Abaixo segue o quadro de análise a partir de parâmetros orientativos:

Quadro nº 2: Análise do projeto de intervenção no antigo Convento das Mercês a partir de parâmetros orientativos.

			Tipo de intervenção	
Projeto:			Opção de equilíbrio / ação de intervenção harmoniosa e respeitosa	Opção de tensão/ ação de intervenção propositalmente contrastante
Função social – dimensionamento adequado para a nova função escolhida;	Sim	Não	A proposta não demandou a construções de anexos	
Função cultural – permanência de elementos estilísticos, arquitetônicos e ambientais;	Sim	Não	Houve a permanência e recuperação de elementos originais do uso religioso	
Coerência e contexto – escolhas de novos elementos, se há conexão para lembrar ou valorizar o uso original religioso;	Sim	Não		Os novos elementos e intervenções estruturais são contrastantes
Reversibilidade no projeto de intervenção	Sim	Não	Todas as intervenções são reversíveis	
Programa de necessidades – evita alterações e descaracterização espacial para adaptação do novo uso;	Sim	Não		Houve descaracterização, sendo difícil o reconhecimento do uso religioso passado se não fosse pela presença de bens móveis
Função simbólica – manutenção dos valores atribuídos originalmente juntamente com a criação de novos valores, alinhados de acordo com a aplicação da perspectiva museológica;	Sim	Não	A edificação ainda é nomeada e conhecida por sua função original	
Função econômica – se o novo uso auxilia na manutenção e conservação da edificação;	Sim	Não		Todas as atividades realizadas são

				gratuitas para a população
Destino dos objetos móveis e integrados, alinhado de acordo com a aplicação da perspectiva museológica;	Sim	Não		A maior parte foi retirada e encaminhada para acervos ou exposição em museus
Resultado da ação de intervenção para mudança de uso;	Valorização através do informativo e não pela percepção espacial da edificação por meio da intervenção arquitetônica para a mudança de uso.			

Fonte do quadro: elaborado pela autora. 2025.

- Convento do Carmo/ Pestana Convento do Carmo Hotel – Salvador

Fundado em 1586 pela Ordem dos Carmelitas Calçados, o Convento do Carmo (figura 41), localizado no centro histórico de Salvador, na Bahia, foi um dos primeiros estabelecimentos da Ordem religiosa no Brasil e é considerado o maior convento carmelita do mundo. Tombado pelo IPHAN em 1938 e reconhecido pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade em 1985, como parte do conjunto do centro histórico do Pelourinho. A edificação tornou-se um marco pela sua relevância histórica e cultural. Destaca-se, ainda, por sua participação em acontecimentos significativos, como o período em que Salvador exerceu a função de primeira capital do Brasil (1549-1763), a luta pela Independência da Bahia e as atividades culturais promovidas pela elite colonial.

Figura 41 - Hotel Pestana, antigo convento do Carmo em Salvador.



Foto – Hotel Pestana, S/D. Fonte da imagem: <https://pestana-convento-do-carmo-hotel-salvador.ibooked.com.br/>. Acesso em 27 de abril de 2025.

Ao longo dos anos, o Convento passou por inúmeras ampliações, entre elas construção de uma suntuosa igreja e de uma sacristia, além de outros ambientes. Sua desativação oficial ocorreu em 1850, em um contexto de enfraquecimento da vida monástico, o que resultou em seu fechamento e ao início de um processo de deterioração, mesmo já estando sob a proteção do tombamento pelo IPHAN.

Do final do século XIX até o ano de 2005, a edificação teve usos administrativos religiosos, chegando a funcionar como escola militar, sede da Justiça Federal e outros órgãos públicos, especialmente na área do claustro menor (figuras 42 e 43). Em 1974, foi inaugurada sua primeira utilização como pousada, ocupando parte do claustro maior e sendo administrada pelo grupo Luxor, de rede hoteleira. Durante esse período, o claustro menor passou a ser dividido entre os espaços remanescentes do convento e um museu de arte sacra, também mantido pela Ordem.

Figura 42 – Análise da planta baixa original do Convento do Carmo, com o reconhecimento dos usos adaptados ao longo dos anos.

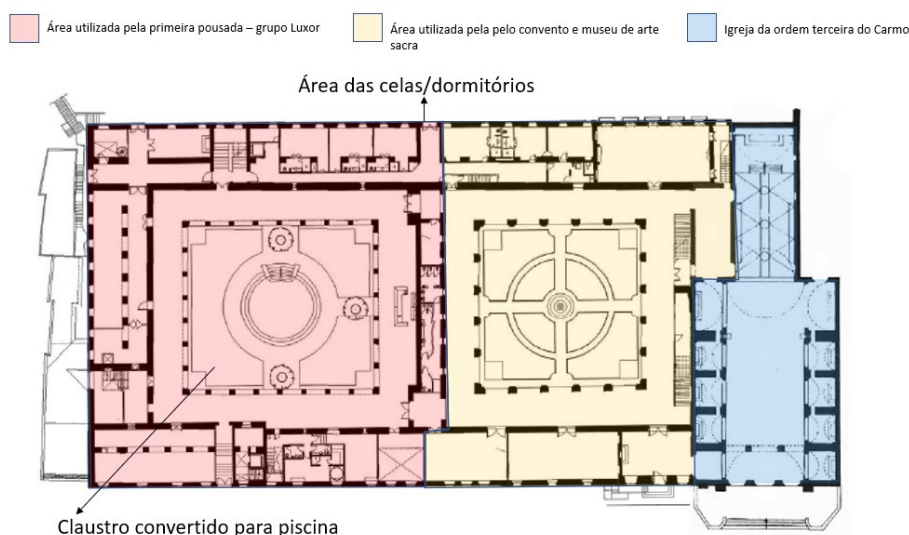


Foto - Santos; Neto, 2008, p. 15, adaptado pela autora. Abril 2025

Figura 43 – Claustro menor do Convento do Carmo.



Foto - Rogério P. D. Luz. 2019. Fonte da imagem:< <https://cronicasmacaenses.com/2019/11/05/igreja-e-convento-de-nossa-senhora-do-carmo-uma-das-3-igrejas-no-topo-da-ladeira-do-carmo-em-salvador-bahia/>>. Acesso em 28 de abril de 2025

Em 2005, o antigo convento passou a ser administrado pelo Grupo Pestana, uma renomada rede portuguesa de hotéis de luxo, marcando sua primeira expansão internacional. A edificação passou por um extenso processo de restauração, tornando-se o primeiro hotel do país a surgir a partir da reabilitação de um patrimônio histórico, de acordo com o site oficial do Hotel Pestana Convento do Carmo (2025).

O hotel dispõe de 79 quartos, spa, restaurante, piscina, biblioteca e salões de eventos, todos integrados à arquitetura barroca e neoclássica original da construção religiosa. Como estratégia de valorização de sua trajetória histórica, os arquitetos optaram por preservar elementos estruturais significativos, como as paredes de pedra, os altos pés-direitos e a abóbada. Além disso, a ambientação interna foi concebida com mobiliário de caráter historicista, evocando períodos passados e reforçando a atmosfera de autenticidade e distinção do espaço (figura 44).

Figura 44 – Composições de interiores misturam elementos originais com decoração historicista.



Foto - Hotel Pestana. S/D. Fonte da imagem: < <https://shorturl.at/oiBvJ> e <https://shorturl.at/JnzOP>. Acesso em 28 de abril de 2025

Mantido em funcionamento até 2021, o hotel enfrentou dificuldades financeiras em decorrência da pandemia Covid-19, o que resultou em seu fechamento por dois anos. No final de 2024, foi reaberto após uma nova intervenção, avaliada em 40 milhões, garantindo sua revitalização e retorno às atividades.

O arquiteto Jaime Morais, responsável pelo projeto de adaptação do Hotel Pestana, teve como propósito promover a harmonia entre a nova função e a

preexistência da edificação, sem comprometer seu valor patrimonial. Para tanto, adotou uma abordagem que preservasse ao máximo a configuração original dos ambientes: os antigos espaços destinados às refeições dos religiosos foram convertidos em cozinhas industriais; as celas monásticas transformaram-se em quartos; e o claustro manteve-se como espaço central de articulação e lazer.

A história do local e da edificação foram consideradas como elemento fundamental na tomada de decisões arquitetônicas, exigindo um comprometimento indissociável. O objetivo era criar uma intervenção que legitimasse o novo uso sem provocar um retorno ao passado, evitando a impressão de um congelamento no passado. Para isso, foi realizado um levantamento detalhado dos programas originais, suas evoluções, formas, materiais e técnicas construtivas, permitindo que as novas definições fossem compreendidas como uma continuação dinâmica histórica. Além disso, foram respeitados os diferentes estilos arquitetônicos e decorativos que foram sendo acrescentados ao longo dos anos.

Dessa forma, a intervenção adotou uma postura crítica, sobre os valores e necessidades do presente, ao mesmo tempo em que reconheceu a importância de preservar elementos essenciais do passado como parte do novo contexto. Assim, os valores históricos e patrimoniais foram perpetuados sem comprometer a funcionalidade contemporânea (Santos; Neto, 2008, p. 15).

Os pesquisadores Joaquim Santos e José Neto (2008) destacam que a principal diferença na adaptação de um mosteiro para um hotel está na qualidade da redefinição das novas áreas. Isso inclui instalações sanitárias, quartos, a rede de infraestruturas, bem como aspectos fundamentais como conforto, higiene, segurança, estética e acessibilidade. Além disso, áreas de lazer, como sala de jogos, bares e piscina (figura 45), que não existiam em um mosteiro originalmente, foram incorporadas ao projeto (Santos; Neto. 2008. p. 05).

Figura 45 - Piscina criada no Claustro maior, adaptação para atendimento da demanda de lazer como uso de hotel.



Foto - Hotel Pestana. S/D. Fonte da imagem: <<https://magazine.zarpo.com.br/>>. Acesso em 28 de abril de 2025

O hotel oferece quartos com ou sem banheiros privativos, o que evidencia as dificuldades encontradas na adaptação dos espaços originais sem comprometer os princípios de preservação (figura 46). Apesar de ser uma hotelaria de luxo, a decoração dos quartos apresenta uma qualidade refinada, porém sem ostentação excessiva. Tal escolha pode ser interpretada como uma estratégia de valorização do antigo uso religioso, uma vez que a simplicidade era um dos elementos centrais associados à vida dos missionários católicos.

Figura 46 – Exemplo de um dos quartos com banheiro adaptado.



Foto - Hotel Pestana. S/D. Fonte da imagem: <<https://pestanaconventodocarmo.com-hotel.com/>>. Acesso em 28 de abril de 2025

Destaca-se que o empreendimento foi bem-sucedido, pois explorou o apreço do público brasileiro pelo aspecto de novidade. A reutilização de uma edificação histórica como um hotel de luxo, algo inédito até então no país, gerou grande interesse e valorização do projeto. Abaixo segue o quadro de análise a partir de parâmetros orientativos:

Quadro nº 3: Análise do projeto de intervenção no antigo Convento do Carmo a partir de parâmetros orientativos.

			Tipo de intervenção	
Projeto:			Opção de equilíbrio / ação de intervenção harmoniosa e respeitosa	Opção de tensão/ ação de intervenção propositalment e contrastante
Função social – dimensionamento adequado para a nova função escolhida;	Sim	Não	A proposta não demandou a construções de anexos	
Função cultural – permanência de elementos estilísticos, arquitetônicos e ambientais;	Sim	Não	Houve a permanência e recuperação de elementos originais do uso religioso	
Coerência e contexto – escolhas de novos elementos, se há conexão para lembrar ou valorizar o uso original religioso;	Sim	Não		A proposta da decoração e de elementos estruturais seguem tendências contemporâneas e não remetem ao uso original
Reversibilidade no projeto de intervenção	Sim	Não	Todas as intervenções são reversíveis	
Programa de necessidades – evita alterações e descaracterização espacial para adaptação do novo uso;	Sim	Não	Não houve descaracterização quanto as compartimentações, o reconhecimento do uso religioso passado ainda é possível pela presença de bens móveis	

			e pela arquitetura	
Função simbólica – manutenção dos valores atribuídos originalmente juntamente com a criação de novos valores, alinhados de acordo com a aplicação da perspectiva museológica;	Sim	Não	A edificação ainda é nomeada e conhecida por sua função original	
Função econômica – se o novo uso auxilia na manutenção e conservação da edificação;	Sim	Não	Todas as atividades realizadas são cobradas.	
Destino dos objetos móveis e integrados, alinhado de acordo com a aplicação da perspectiva museológica;	Sim	Não		A maior parte foi retirada e encaminhada para acervos ou exposição em museus. Foram mantidos somente bens integrados
Resultado da ação de intervenção para mudança de uso;	De fato, a nova proposta valoriza o antigo uso religioso e preserva seus símbolos de forma respeitosa. Além de auxiliar na manutenção, gera novos empregos para a população e atende às demandas turísticas.			

Fonte do quadro: elaborado pela autora. 2025.

- Igreja Broerenklooster / Waanders In de Broeren – Holanda

A igreja medieval Broerenklooster, localizada na Holanda, foi transformada em livraria sob o nome Waanders In de Broeren. No país, onde cerca de 44% da população se declara atea, muitas igrejas passaram a enfrentar situações de abandono desde a década de 1970, segundo o Archdaily (2013). Diante desse contexto, o escritório BK. Architecten conduziu, em 2013, o projeto de requalificação da antiga igreja, construída no século XV, adaptando-a para sua nova função. O edifício integrava um complexo que também abrigava um mosteiro, demolido parcialmente na década de 1970, segundo Turner (2020), editora do site *Waanderlusting* (figura 47).

Figura 47 – Igreja medieval adaptada para o uso como livreria e restaurante na Holanda.



Foto - Waanders. S/D. Fonte da imagem: www.wanderlustingk.com/. Acesso em 28 de abril de 2025

A trajetória da igreja Broerenklooster se tornou especial por ser um templo marcado por diversas mudanças de uso ao longo dos séculos, tornando-se um exemplo singular de adaptação e ressignificação sucessivas de espaços religiosos. Fundada pelos dominicanos em 1466, a edificação, segundo o site Lampoon, foi palco de importantes eventos históricos, tendo sofrido saques em 1580 por um movimento cristão ortodoxo, o que resultou na destruição parcial de seu patrimônio, incluindo imagens, afrescos, estátuas e mosaicos.

Somente em 1640, a igreja foi restaurada e passou a ser utilizada por protestantes calvinistas, ainda como local religioso. Cerca de um século depois, em 1760, parte do conjunto foi cedido para utilização como uma sinagoga, transformando-se em um templo multirreligioso e refletindo a diversidade cultural e religiosa.

A edificação perdeu definitivamente sua função religiosa no ano de 1982, quando foi fechada para o culto e passou a ser propriedade do município de Zwolle. No ano seguinte, a nova administração promoveu uma restauração, recuperando algumas imagens do século XVI e convertendo o espaço para uso expositivo, até o edifício ser vendido, no ano de 2013, para a livreria *Waanders In de Broeren*.

Apesar da ausência de uso religioso, a igreja estava situada em uma localidade de intenso uso comercial, o que facilitou a nova interpretação e adaptação para uma nova função. Segundo os arquitetos responsáveis, desde a primeira visita ao edifício abandonado, ficou evidente seu valor como patrimônio único. No entanto, foi necessário um extenso trabalho para integrar as demandas de uma livreria sem comprometer os materiais originais.

Esse patrimônio religioso preservava diversas características góticas, como vitrais, altos pés-direitos e abóbadas de arestas em arcos ogivais. Porém, com o passar dos anos, a edificação recebeu intervenções que marcaram a presença do estilo Rococó, incluindo pinturas florais nas abóbadas e um grande órgão. Os proprietários da empresa definiram como premissa o desafio de adaptar 700m² de área de vendas que deveriam ocupar parte do templo, abrangendo a nave central e as naves laterais. No entanto, os projetistas identificaram que a nave central concentrava a maior força dos elementos históricos e artísticos, sendo essencial preservar sua espacialidade sem interferências que comprometessem a percepção do conjunto (figura 48).

Figura 48 - Vista da nave central, detalhes para as abóbadas de arestas e o órgão ao fundo da igreja adaptada para livraria.



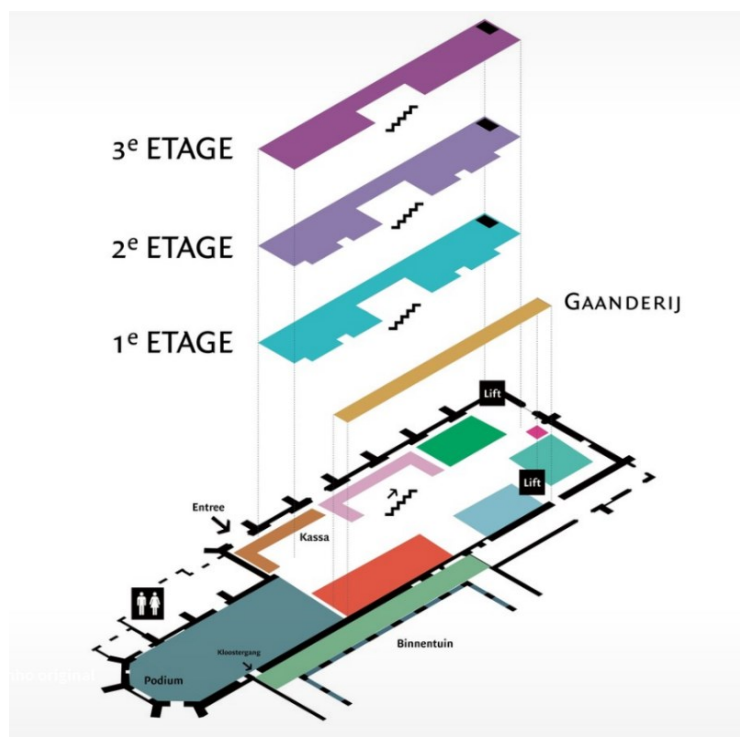
Foto - Joop van Putten, Hans Westerink. 2013
Fonte da imagem:
<https://www.archdaily.com/422678/waanders-in-de-broeren-bk-architecten>. Acesso em 29 de abril de 2025



Foto - Joop van Putten, Hans Westerink. 2013
Fonte da imagem:
<https://www.archdaily.com/422678/waanders-in-de-broeren-bk-architecten>. Acesso em 29 de abril de 2025

Dessa forma, a expansão foi limitada às naves laterais, onde optou-se por subdividir o pé-direito em três diferentes andares, cuidadosamente encaixados entre os pilares. Para garantir a harmonia com a estrutura original, foi utilizada uma materialidade sóbria, evitando qualquer concorrência visual com as características da igreja. Essa abordagem permitiu a adaptação do espaço sem comprometer sua identidade histórica, conforme ilustrado na setorização abaixo (figura 49).

Figura 49 – Perspectiva explodida apresenta nova setorização da antiga igreja.



Autores: BK Architecten. 2013. Fonte da imagem: <https://www.archdaily.com/422678/waanders-in-de-broeren-bk-architecten>. Acesso em 29 de abril de 2025

Para atender às demandas do projeto foram escolhidas estruturas metálicas, garantindo 100% de reversibilidade, como tais adições podendo ser removidas facilmente sem causar interferências na edificação original. Por outro lado, apesar das decisões respeitadas ao patrimônio, era essencial lembrar que o objetivo principal consistia na a venda de produtos. Assim, o desenvolvimento da experiência de compra foi pautado na criação de um percurso atraente, para que os produtos também fossem notados pelos clientes ao explorarem o espaço, de modo que houvesse um equilíbrio entre a fruição do patrimônio e a livraria.

Com a criação de múltiplos andares, havia a problemática de tornar a fruição do local interessante o suficiente para convencer os visitantes a subirem as escadas. Para solucionar essa questão, foram adotadas escadas confortáveis, com pequenas distâncias entre os degraus (figura 50 e 51), favorecendo uma caminhada agradável pelos ambientes. Além disso, as estantes foram incorporadas à própria estrutura da edificação, criando um percurso instigante, no qual a descoberta dos livros se torna parte da experiência espacial.

Figura 50 – Escada de acesso aos mezaninos.

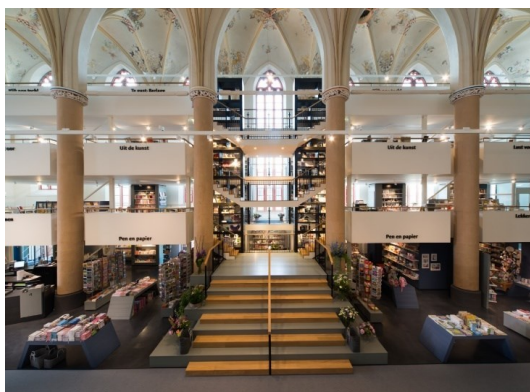


Foto - Joop van Putten, Hans Westerink. 2013
 Fonte da imagem: <https://www.archdaily.com/422678/waanders-in-de-broeren-bk-architecten>. Acesso em 29 de abril de 2025

Figura 51 – Vista do mezanino criado na antiga nave lateral.

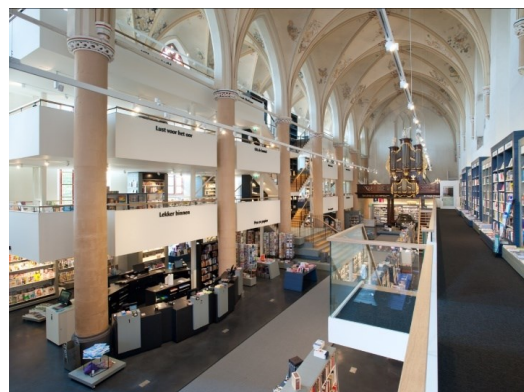


Foto - Joop van Putten, Hans Westerink. 2013
 Fonte da imagem: <https://www.archdaily.com/422678/waanders-in-de-broeren-bk-architecten>. Acesso em 29 de abril de 2025

Além das soluções mencionadas, identificou-se a necessidade de um programa híbrido que complementasse a experiência de visitação. Assim, no pavimento térreo foram instalados uma cafeteria e um restaurante, incentivando a permanência prolongada dos usuários no ambiente, conforme ilustrado na figura 52. A área de alimentação foi simbolicamente posicionada no antigo altar, aproveitando o efeito da iluminação natural que incide através dos vitrais, contribuindo para criar uma ambiência diferenciada. A iluminação é um ponto de destaque, já que, para a atividade de leitura, uma claridade mais acentuada é fundamental para o conforto visual, estimulando uma permanência mais prolongada no espaço.

Figura 52 – Espaço para a cafeteria e restaurante no local do antigo altar.



Foto - Joop van Putten, Hans Westerink. 2013. Fonte da imagem: <https://www.archdaily.com/422678/waanders-in-de-broeren-bk-architecten>. Acesso em 29 de abril de 2025

Um detalhe especial foi a instalação, no último pavimento criado, de um espaço para exposições de parte do mobiliário original preservado (figura 53), confeccionado pelo monge e arquiteto Dom Hans van der laan (1904-1991), reconhecido por suas teorias sobre proporções arquitetônicas e diversos projetos religiosos. A exibição desses móveis oferece aos visitantes a oportunidade de compreender o conceito de preservação para o espaço e apreciar o cuidado dedicado ao desenvolvimento do projeto. A exposição permite que se perceba como toda a intervenção foi planejada para se integrar harmoniosamente e de forma respeitosa aos elementos originais da edificação.

Figura 53 – Espaço expositivo do mobiliário original como uso religioso.

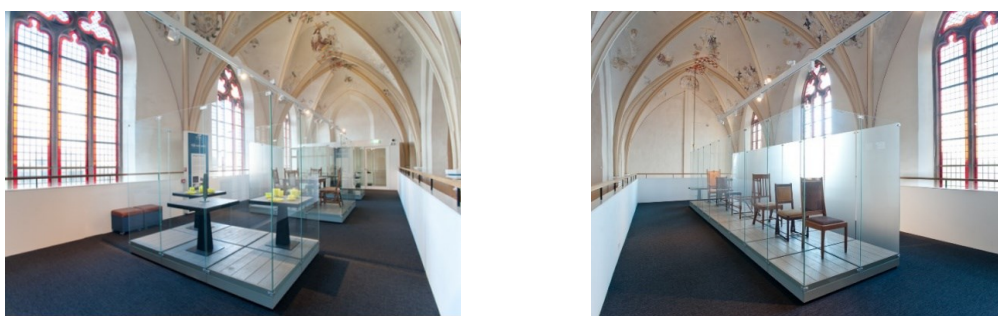


Foto - Joop van Putten, Hans Westerink. 2013. Fonte da imagem: <https://www.archdaily.com/422678/waanders-in-de-broeren-bk-architecten>. Acesso em 29 de abril de 2025

Conforme observado nas imagens, a intervenção optou pela retirada de todos os elementos decorativos que faziam referência à religião, como as estátuas de santos. No entanto, foram preservadas as imagens das pinturas das abóbadas (figura 54), agora destacadas no espaço expositivo.

Dessa forma, a edificação foi configurada como um ambiente quase secular, permitindo que apenas sua estrutura física representasse seu passado e os valores historicamente atribuídos a ela. Esses elementos ligados ao uso original foram colocados estrategicamente para agregar um diferencial simbólico à livreria, proporcionando uma experiência única e distinta do ambiente de uma livreria convencional.

Figura 54 – Detalhes dos afrescos originais nas abóbadas que foram mantidos.

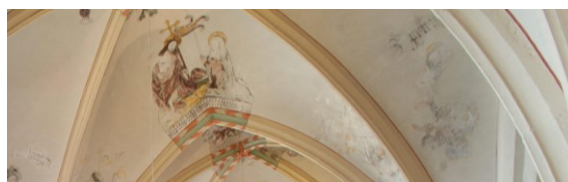


Foto – Joop van Putten, Hans Westerink. 2013. Fonte da imagem: <https://lampoonmagazine.com/article/2022/02/22/waanders-in-de-broeren-zwolle/>. Acesso em 29 de abril de 2025

Abaixo segue o quadro de análise a partir de parâmetros orientativos:

Quadro nº 4: Análise do projeto de intervenção na antiga igreja medieval Broerenklooster a partir de parâmetros orientativos.

			Tipo de intervenção	
Projeto:			Opção de equilíbrio / ação de intervenção harmoniosa e respeitosa	Opção de tensão/ ação de intervenção propositalmente contrastante
Função social – dimensionamento adequado para a nova função escolhida;	Sim	Não	A proposta não demandou a construções de anexos, mas utilizou-se a construção de mezaninos para otimizar a compartimentação vertical	
Função cultural – permanência de elementos estilísticos, arquitetônicos e ambientais;	Sim	Não	Houve a permanência e recuperação de elementos originais do uso religioso	
Coerência e contexto – escolhas de novos elementos, se há conexão para lembrar ou valorizar o uso original religioso;	Sim	Não		A proposta da decoração e de elementos estruturais seguem tendências contemporâneas e não remetem ao uso original
Reversibilidade no projeto de intervenção	Sim	Não	Todas as intervenções são reversíveis	
Programa de necessidades – evita alterações e descaracterização espacial para adaptação do novo uso;	Sim	Não	Não houve descaracterização quanto as compartimentações, o reconhecimento do uso	

			religioso passado ainda é possível pela presença de bens móveis e pela arquitetura	
Função simbólica – manutenção dos valores atribuídos originalmente juntamente com a criação de novos valores, alinhados de acordo com a aplicação da perspectiva museológica;	Sim	Não	A intervenção deixa ser facilmente reconhecível o uso passado religioso, possibilitando a manutenção dos valores atribuídos referentes a essa função.	
Função econômica – se o novo uso auxilia na manutenção e conservação da edificação;	Sim	Não	Todas as atividades realizadas são cobradas.	
Destino dos objetos móveis e integrados, alinhado de acordo com a aplicação da perspectiva museológica;	Sim	Não		A maior parte foi retirada e encaminhada para acervos ou exposição em museus. Foram mantidos alguns mobiliários utilizados para exposição.
Resultado da ação de intervenção para mudança de uso;	A nova iniciativa reconhece e honra o antigo uso religioso, preservando seus símbolos com respeito. Além de contribuir para a conservação da edificação, também impulsiona a criação de empregos para a comunidade e atende às necessidades do setor turístico.			

Fonte do quadro: elaborado pela autora. 2025

- Antigo colégio do Mosteiro do Caraça / Museu do Santuário do Caraça – Minas Gerais

O Santuário do Caraça, localizado no município de Catas Altas, em Minas Gerais, é um importante conjunto arquitetônico composto por uma igreja neogótica (1876-1883), duas antigas casas de fazenda adaptadas para pousada, um centro de visitantes, restaurantes e as ruínas do antigo colégio, atualmente utilizado como museu, biblioteca e auditório.

Fundado em 1774, o complexo teve seu colégio e seminário construídos em 1795. Em 1820, o colégio passou por ampliação e se tornou um dos centros educacionais de referência durante o Brasil Imperial (figura 55). No entanto, em 1968, um grande incêndio destruiu a edificação, deixando-a em ruínas (figura 56).

Figura 55 - Colégio do Mosteiro do Caraça antes do incêndio de 1968.



Foto - Ferber, Arquivo Público Mineiro. 196?
Fonte da imagem:
<https://monlewood.blogspot.com/2015/05/1968-tambem-para-o-colegio-do-caraca-o.html> . Acesso em 30 de abril de 2025.

Figura 56- Colégio do Mosteiro do Caraça após incêndio, em 1968.



Foto - Desconhecido. Acervo: Arquivo do Santuário do Caraça. 1968. Fonte da imagem:
<https://viagemempauta.com.br/2023/05/27/incendio-que-destruiu-o-santuario-do-caraca-mg-completa-55-anos/>. Acesso em 30 de abril de 2025.

O reconhecimento do Santuário do Caraça como patrimônio pelo IPHAN ocorreu em 1955, sendo inscrito em dois livros de tombo: Livro histórico e Livro arqueológico, etnográfico e paisagístico. Em 2024, iniciou-se o processo de candidatura ao título de patrimônio Documental da Humanidade, pela UNESCO.

O projeto de adaptação do antigo Colégio para uso como museu concentrou-se principalmente na consolidação de sua estrutura, considerando que, em decorrência de um incêndio, a edificação sofreu a perda total da cobertura e de parte das paredes. Para reforçar a construção, foi proposta uma nova estrutura em aço e concreto armado, com fechamento em vidro, buscando preservar sua trajetória ao longo do tempo e manter a percepção espacial resultante do processo de arruinamento.

Essa abordagem projetual surgiu de um complexo processo de reflexão, pois para viabilizar um novo uso seriam exigidas intervenções que poderiam conflitar com a

escolha por manter a percepção da ruína. Optou-se, então, por uma intervenção autônoma, na qual a ruína funcionaria como a casca externa do projeto, permitindo edificar três novos pavimentos internos que acompanham a composição da fachada (figura 57 e 58) - o primeiro pavimento destinado a uma galeria e museu (figura 60); o segundo, à biblioteca; e o terceiro ao auditório.

Figura 57 - Planta do Colégio do Santuário do Caraça

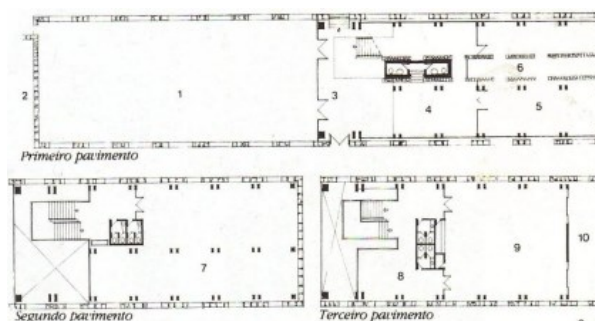


Figura 58 – Foto aérea da intervenção realizada na ruína do antigo colégio.



Autor: Edwiges Legal. 1992. Fonte: LEAL, Edwiges. "Patrimônio – Colégio Caraça". Revista AU - Arquitetura Urbanismo - Pini Editora, São Paulo, n. 44, págs. 44 – 48, 1992.

Foto - Desconhecido. S/D. Fonte da imagem: Acervo site agenda BH. Disponível em: <https://www.agendabh.com.br/de-ruina-a-museu-a-historia-do-santuário-do-caraça/>. Acesso em 30 de abril de 2025

Figura 59 – Espaço museológico do Santuário do Caraça instalado na antiga área arruinada.

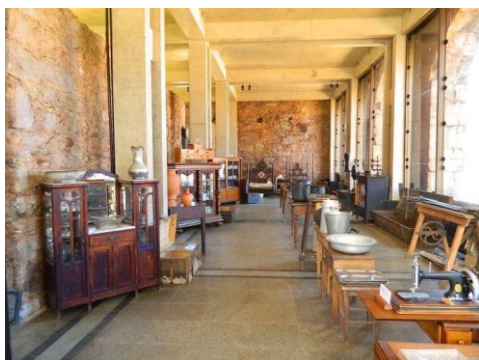


Foto - Santuário do Caraça. S/D. Fonte da imagem: <https://santuariodocaraca.com.br/museu/museu-do-colegio/>. Acesso em 30 de abril de 2025

Figura 60 – Museu do Santuário do Caraça instalado na ruína preexistente.



Foto - Jair Grossi. S/D. Disponível em: <<https://www.jairogrossi.com.br/album/santuário-do-caraça>. Acesso em 30 de abril de 2025

Atualmente o complexo é administrado pela Província Brasileira da congregação da missão, que converte parte do lucro financeiro gerado pelas atividades turísticas para auxiliar na manutenção do complexo arquitetônico.

Os pontos analisados serão apresentados de acordo com a tabela a seguir:

Quadro nº 5: Análise do projeto de intervenção no antigo colégio do Santuário do Caraça a partir de parâmetros orientativos.

			Tipo de intervenção	
Projeto:			Opção de equilíbrio / ação de intervenção harmoniosa e respeitosa	Opção de tensão/ ação de intervenção propositalmente contrastante
Função social – dimensionamento adequado para a nova função escolhida;	Sim	Não	A proposta não demandou a construções de anexos	
Função cultural – permanência de elementos estilísticos, arquitetônicos e ambientais;	Sim	Não	Houve a permanência e recuperação de elementos originais do uso religioso	
Coerência e contexto – escolhas de novos elementos, se há conexão para relembrar ou valorizar o uso original religioso;	Sim	Não		A proposta da decoração e de elementos estruturais seguem tendências contemporâneas e não remetem ao uso original
Reversibilidade no projeto de intervenção	Sim	Não	Todas as intervenções são reversíveis	
Programa de necessidades – evita alterações e descaracterização espacial para adaptação do novo uso;	Sim	Não		Apesar da descaracterização ter ocorrido devido ao incêndio, a intervenção proposta recapacita a

				edificação a receber utilizações sem tentar recompor os elementos perdidos, propondo uma distinção.
Função simbólica – manutenção dos valores atribuídos originalmente juntamente com a criação de novos valores, alinhados de acordo com a aplicação da perspectiva museológica;	Sim	Não	A edificação ainda é nomeada e conhecida por sua função original	
Função econômica – se o novo uso auxilia na manutenção e conservação da edificação;	Sim	Não	Todas as atividades realizadas são cobradas.	
Destino dos objetos móveis e integrados, alinhado de acordo com a aplicação da perspectiva museológica;	Sim	Não	Mantidos no espaço interno com caráter expositivo e informativo.	
Resultado da ação de intervenção para mudança de uso;	A proposta utilizou o edifício religioso como plataforma para uma nova intervenção que preserva sua história sem apagá-la. No entanto, internamente, o projeto não busca recriar nem se desenvolver a partir das ambiências originais. Em vez disso, adotou um programa híbrido, respeitoso em sua abordagem, que reforça tanto o uso como museu quanto a memória da função religiosa.			

Fonte do quadro: elaborado pela autora. 2025.

3.2 Exemplos de intervenções que buscaram acentuar uma tensão entre o uso original e a nova função.

A relação de tensão entre o uso original religioso e uma nova função profana pode surgir tanto na escolha da nova atividade que a igreja abrigará após sua adaptação quanto nas ações físicas resultantes das intervenções arquitetônicas. Essa interação depende da abordagem adotada entre os diversos elementos, podendo ocorrer nas esferas físicas, conceitual ou social. Assim, a oposição, o conflito e o contraste tornam-se estratégias para valorizar a edificação, acentuando um reconhecimento de novidade

ao provocar impacto, despertar interesse e estimular um novo movimento de apropriação do espaço.

Independentemente do uso escolhido, mesmo aqueles indicados pelas pesquisas, o efeito contrastante dependerá da abordagem do arquiteto na configuração do interior da edificação. A tensão pode se expressar, por exemplo, pela introdução de elementos que remetam a símbolos religiosos de forma ambígua, deixando em aberto a interpretação: se constituem uma homenagem respeitosa ao patrimônio histórico ou um recurso para valorizar o novo empreendimento, explorando o mistério e a riqueza simbólica da trajetória da construção.

- Igreja de Santa Bárbara / Skate Park Kaos Temple – Espanha

A Igreja de Santa Bárbara, localizada em Llanera, Astúrias, na Espanha, passou por uma transformação notável ao longo dos anos. Construída em 1912 pelo arquiteto Manuel del Busto, em estilo neogótico, a igreja foi originalmente projetada para atender a uma comunidade de operários de uma fábrica de munições, funcionando como templo religioso. No entanto, com a desativação da fábrica no final da década de 1930, durante a Guerra Civil Espanhola, a igreja entrou em declínio e acabou sendo completamente abandonada na década de 1960 (figuras 61 e 62).

Figura 61 – Registro da Igreja de Santa Bárbara antes da intervenção.



Foto – Desconhecido, S/D. Fonte da imagem: <https://quantocustaviajar.com/blog/igreja-pista-skate/> . Acesso em 1 de maio de 2025

Figura 62 – Igreja de Santa Bárbara desativada.

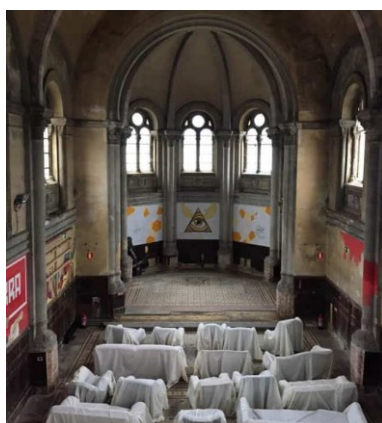


Foto - Cathedral: from era to era. 201?. Fonte da imagem :< <https://shorturl.at/ptpyX.>> Acesso em 1 de maio de 2025

Somente em 2007, um grupo de jovens se apropriou da edificação, para utilizá-la como sede para o coletivo “*Church Brigade*”. A partir dessa iniciativa, a igreja passou por uma grande reforma que adaptou o espaço da nave para receber uma pista de skate. Por meio de financiamento coletivo na internet e de patrocinadores foi realizada uma intervenção completa, conforme reportagem do Jornal português “*Público*” (2015).

O artista espanhol Okuda San Miguel, se ofereceu para compor a ornamentação interna, aplicando sua linguagem gráfica colorida e geométrica sob temática psicodélica e com cores vibrantes. De acordo com a entrevista realizada pelo Jornal El País (2016), Okuda buscou reproduzir o efeito dos vitrais da igreja e alcançar os arcos e abóbadas do edifício, com a intenção de “representar a religião, liberdade e estilo de vida”, provocando um contraste entre a pintura contemporânea e a arquitetura clássica, criando forte impacto e emoção (Martínez in El País, 2016). As pinturas apresentam referências a Maria, Jesus, à criação do universo, à evolução do homem e a uma caveira, possivelmente representando o mal (figura 63). Apesar do impacto visual contemporâneo, a intervenção respeitou a conformação espacial da igreja — seus arcos, abóbadas, altar e vitrais — preservando a percepção de seu uso religioso original (figura 64).

Figura 63 – Pinturas nas abóbodas fazem referências aos personagens bíblicos.

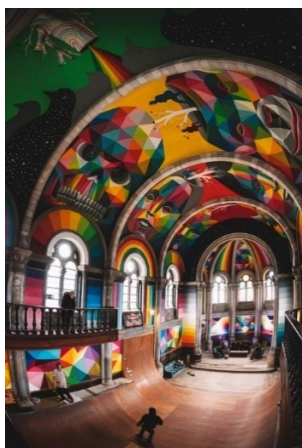


Foto - Lucho Vidales. Data:2015. Fonte da imagem:<
<https://shorturl.at/gCD3R>. Acesso em 1 de maio de 2025



Figura 64 – Aproveitamento da estrutura preexistente.



Foto - Elchino Pomares.2015.
Fonte da imagem:
<https://shorturl.at/hfIUZ>.
Acesso em 1 de maio de 2025

Atualmente, denominada como “*Kaos Temple*” (Templo do caos), o espaço recebeu uma grande pista de skate em madeira, totalmente removível e reversível. Optou-se por manter os balcões originais dos coros laterais da igreja como bens integrados à estrutura original (figura 65).

Figura 65 – Estrutura da pista de skate removível e aproveitamento do balcão lateral original.

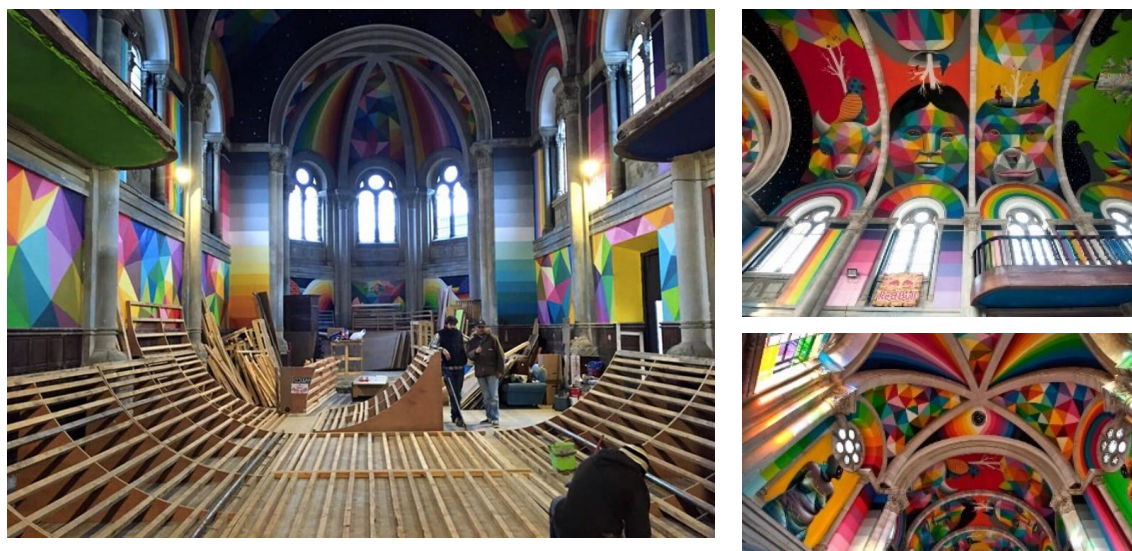


Foto - Lucho Vidales.2015. Fonte da imagem: <https://shorturl.at/gCD3R>. Acesso em 1 de maio de 2025

Os pontos analisados serão apresentados de acordo com a tabela a seguir:

Quadro nº 6: Análise do projeto de intervenção na antiga Igreja de Santa Bárbara a partir de parâmetros orientativos.

			Tipo de intervenção	
Projeto:			Opção de equilíbrio / ação de intervenção harmoniosa e respeitosa	Opção de tensão/ ação de intervenção propositalment e contrastante
Função social – dimensionamento adequado para a nova função escolhida;	Sim	Não	A proposta não demandou a construções de anexos	
Função cultural – permanência de elementos estilísticos, arquitetônicos e ambientais;	Sim	Não	Houve a permanência e recuperação de elementos originais do uso religioso	
Coerência e contexto – escolhas de novos elementos, se há conexão para relembrar ou valorizar o uso original religioso;	Sim	Não	A proposta da decoração e de elementos estruturais se referem diretamente à temática religiosa, utilizando de	

			linguagem atual	
Reversibilidade no projeto de intervenção	Sim	Não	Todas as intervenções são reversíveis	
Programa de necessidades – evita alterações e descaracterização espacial para adaptação do novo uso;	Sim	Não		Apesar da descaracterização ter ocorrido devido ao incêndio, a intervenção proposta recapacita a edificação a receber utilizações sem tentar recompor os elementos perdidos, propondo uma distinção.
Função simbólica – manutenção dos valores atribuídos originalmente juntamente com a criação de novos valores, alinhados de acordo com a aplicação da perspectiva museológica;	Sim	Não	A edificação ainda é nomeada e conhecida por sua função original	
Função econômica – se o novo uso auxilia na manutenção e conservação da edificação;	Sim	Não	Todas as atividades realizadas são cobradas.	
Destino dos objetos móveis e integrados, alinhado de acordo com a aplicação da perspectiva museológica;	Sim	Não		Retirados e encaminhados para acervos ou exposição em museus
Resultado da ação de intervenção para mudança de uso;	Uso com forte vínculo comunitário que de fato auxilia na manutenção da edificação, apesar da escolha de criar muito contraste nas intervenções de decoração e infraestrutura.			

Fonte do quadro: elaborado pela autora. 2025.

- Convento de Sant Francesc / Teatro e espaço cultural - Santpedor, Espanha

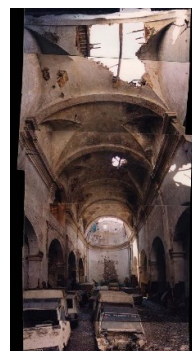
Seguindo a mesma abordagem de reutilização de edificações históricas, destaca-se o projeto de adaptação do antigo convento de Sant Francesc, na Espanha. Construído entre 1721 e 1729, o convento franciscano foi utilizado até 1835, seguindo desde então uma longa trajetória de abandono. Nos anos 2000, parte da estrutura foi demolida pelo Estado, restando apenas as paredes da igreja que integrava o complexo (figuras 66 e 67).

Figura 66 – Foto da demolição do convento de Sant Francesc.



Foto – Desconhecido. 200? Fonte da imagem: <https://prezi.com/9td82rz3nwq1/convento-de-sant-francesc/>. Acesso em 2 de maio de 2025

Figura 67 - Para interna da igreja em ruínas.



Autor: David Closes. 2003. Fonte da imagem: <https://shorturl.at/UV8sq>. Acesso em 2 de maio de 2025

Por encontrar-se em ruínas, sem cobertura e com lacunas em seus fechamentos, o projeto conduzido pelo arquiteto David Closes em 2011 buscou realizar complementações estruturais essenciais para a reativação da edificação, adotando uma linguagem contemporânea claramente distinta da original (figura 68). A intervenção teve como propósito preservar e valorizar o legado histórico da igreja, ao mesmo tempo em que incorporava novos valores, reforçando sua presença e relevância dentro do novo contexto funcional. Segundo a plataforma *ArchDaily*, essa abordagem também contribuiu para evidenciar e destacar o uso contemporâneo da construção, estabelecendo uma relação de contraste intencional entre o antigo e o novo.

Figura 68 – Intervenções que destacam a relação “antigo *versus* novo” no projeto.



Foto - Jordi Surroca. 2011. Fonte da imagem: <https://divisare.com/projects/202416-david-closes-jordi-surroca-auditorio-en-el-convento-de-sant-francesc> . Acesso em 2 de maio de 2025

O projeto propôs a permanência da grandeza e qualidade espacial da nave, preservando as entradas de luz natural criadas pela perda da cobertura e de parte das estruturas de sustentação (figura 69). A decisão pelo novo uso pode ter sido influenciada pela acústica já existente na igreja, resultado da construção em pedra e do alto pé-direito, características que favorecem a propagação sonora, adequando-se à sua nova função como teatro multifuncional (figura 70). A proposta procurou garantir que o passado religioso da edificação permanecesse perceptível, mesmo após a reconfiguração interna (figura 71).

Figura 69 - Claraboias na cobertura para manter a entrada de luz natural e a ambiência criada pelo arruinamento.



Foto - Jordi Surroca. 2011. Fonte da imagem: <https://shorturl.at/e6LI2> . Acesso em 02 de maio de 2025

Figura 70 – Uso para um concerto no espaço do teatro multifuncional.



Foto - Institut Ramon Llull. 2011 Fonte da imagem: <https://shorturl.at/bascp>. Acesso em 02 de maio de 2025

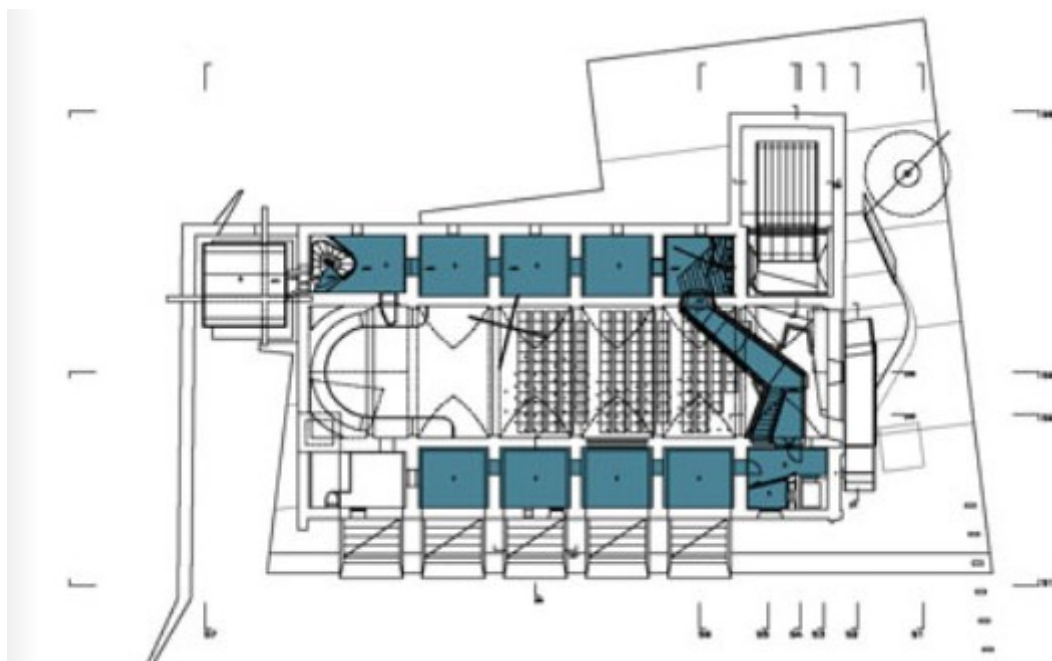
Figura 71 – Circulação apresenta o encontro entre o antigo e o novo através da materialidade.



Foto - Jordi Surroca. 2011. Fonte da imagem: <https://shorturl.at/e6LI2> . Acesso em 02 de maio de 2025

Todas as novas compartimentações internas foram executadas em estruturas de aço e vidro, garantindo sua independência em relação à estética da edificação original. Essa abordagem permitiu a otimização do espaço, viabilizando a subdivisão das antigas capelas laterais (figura 72) e resultando na criação de três pavimentos, sendo o segundo configurado como um mezanino.

Figura 72 – Planta dos pavimentos intermediários criado nas capelas laterais em estruturas metálicas independentes da estrutura da antiga igreja.



Autor: David Closes.2011. Fonte da imagem; https://www.archdaily.com.br/br/01-60771/convento-de-sant-francesc-david-closes/convent-de-sant-francesc_4ff3c81028ba0d30bd000012_convent-de-sant-francesc-david-closes_st_francesc-plantas_. Acesso em 02 de maio de 2025

A seguir serão apresentadas as análises do projeto:

Quadro nº 7: Análise do projeto de intervenção na antiga Igreja de Sant Francesc a partir de parâmetros orientativos.

			Tipo de intervenção	
Projeto:			Opção de equilíbrio / ação de intervenção harmoniosa e respeitosa	Opção de tensão/ ação de intervenção propositalment e contrastante
Função social – dimensionamento adequado para a nova função escolhida;	Sim	Não	A proposta não demandou a construções de anexos	
Função cultural – permanência de elementos estilísticos, arquitetônicos e ambientais;	Sim	Não	Houve a permanência e recuperação de elementos originais do uso religioso	
Coerência e contexto – escolhas de novos elementos, se há conexão para relembrar ou valorizar o uso original religioso;	Sim	Não	A proposta da decoração e de elementos estruturais se referem diretamente à temática religiosa, utilizando de linguagem atual	
Reversibilidade no projeto de intervenção	Sim	Não	Todas as intervenções são reversíveis	
Programa de necessidades – evita alterações e descaracterização espacial para adaptação do novo uso;	Sim	Não		A intervenção cria uma nova volumetria e espacialidade.
Função simbólica – manutenção dos valores atribuídos originalmente juntamente com a criação de novos valores, alinhados de acordo com a aplicação da perspectiva museológica;	Sim	Não	É reconhecível o passado religioso apesar da intervenção.	
Função econômica – se o novo uso auxilia na manutenção e conservação da edificação;	Sim	Não	Todas as atividades realizadas	

			são cobradas.	
Destino dos objetos móveis e integrados, alinhado de acordo com a aplicação da perspectiva museológica;	Sim	Não		Retirados e encaminhados para acervos ou exposição em museus
Resultado da ação de intervenção para mudança de uso;	Apesar de ser um uso adequado, compatível com a função original, a intervenção escolhida pelo arquiteto marca forte contraste. Trazendo valor de novidade, mas, cria uma nova ambiência que não colocam os elementos simbólicos religiosos em evidência.			

Fonte do quadro: elaborado pela autora. 2025

- Igreja de São Tiago / Livraria de São Tiago – Óbidos, Portugal

Localizada em uma cidade medieval, a Igreja de São Tiago foi originalmente construída no século XII. Após ser seriamente danificada em decorrência do terremoto de 1755, que arrasou Portugal, a edificação foi reconstruída em 1772 (figura 73). No século XX, a igreja foi desativada, permanecendo fechada até 2013, quando um empresário, proprietário da rede de livrarias “Ler Devagar”, fundada em 1999 no Bairro Alto, em Lisboa, decidiu transformá-la em um dos pilares de um ambicioso projeto: a requalificação da cidade como uma vila literária, tendo a antiga igreja como sede central dessa nova iniciativa.

Figura 73 – Igreja de São Tiago em Óbidos.



Foto - Valdez de Oliveira. 2016 . Fonte da imagem:
<https://viagemlazerrecultura.wordpress.com/2016/10/17/obidos-portugal/>>. Acesso em 03 de maio de 2025

Com um investimento de 300 mil euros, a antiga igreja passou a oferecer, além da venda de livros, uma sala de longa permanência para leitura, além de ambientes destinados a debates, lançamentos de obras de arte, exposições e projeções de filmes. Esse projeto viabilizou o reconhecimento por parte da UNESCO, no ano de 2015, com a chancela de Cidade da Literatura – Programa UNESCO Creative City.

Ao adentrar a edificação, a sensação é de se perder em um mundo completamente distinto do ambiente tradicional de uma igreja. Seu interior foi remodelado com uma estrutura móvel que lembra um labirinto — uma estante que altera os fluxos intuitivos do espaço, desviando naturalmente o percurso que antes conduzia ao antigo altar (figura 74). Essa nova disposição otimizou o ambiente, permitindo acomodar um número impressionante de livros (figura 75), todos posicionados de maneira acessível, ao alcance da mão, ampliando a experiência imersiva da literatura dentro desse espaço histórico reinventado.

Figura 74 – Estrutura móvel que cria um novo percurso dentro do ambiente da antiga igreja.



Foto – Desconhecido. 2020. Fonte da imagem: <https://shorturl.at/1X3Ar>. Acesso dia 04 de maio de 2025

Figura 75 – Otimização do espaço para utilização como livreria.



Foto - Empresa Óbidos – Turismo. 2024. Fonte da imagem: <https://vilaliteraria.com/livraria-de-santiago/>. Acesso dia 04 de maio de 2025

Figura 76 – Parte da nave central ocupada pela estrutura da estante que faz nova compartimentação do ambiente.



Foto - Silver Coast Travelling Tours. 2022. Fonte da imagem: <https://goobidos.com/igreja-de-sao-tiago/>. Acesso dia 04 de maio de 2025

A divisão da nave torna-se perceptível graças à paginação do piso (figura 76), que confere uma ambiência diferenciada e destaca o nicho central, juntamente com os dois nichos laterais que, no passado, abrigavam imagens religiosas (figura 77). A preservação da decoração colorida do altar cria um forte contraste com a estrutura-estante central, reforçando a coexistência entre elementos históricos e contemporâneos.

Figura 77 – Nichos do altar parcialmente mantidos na nova utilização da antiga igreja.

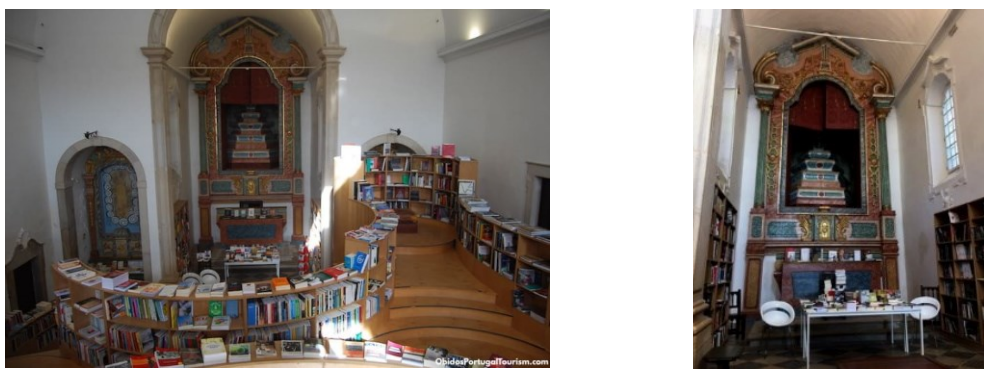


Foto - Empresa Óbidos – Turismo. 2024. Fonte da imagem: <
<https://www.obidosportugaltourism.com/guide/igreja-de-santiago.html> . Acesso em 04 de maio de 2025.

A singularidade desse projeto não reside na escolha das cores - afinal, os livros adicionam uma gama cromática em constante mutação — mas sim na forma orgânica da estante que, com seu design imponente, se apresenta quase como um corpo estranho inserido no coração da estrutura antiga, tornando evidente a relação dinâmica entre o passado e o presente, o clássico e o inovador. Esse diálogo visual entre o espaço antigo da igreja e o novo ambiente da livraria transforma o local em uma experiência arquitetônica e sensorial única.

Como uma tentativa de não alterar a sua participação no contexto urbano, foi decidido que não haveria letreiros na fachada (figura 78), ou qualquer outra informação sobre o novo uso, de forma a não externalizar a intervenção, deixando o impacto acontecer quando se ultrapassa a porta de entrada. Apesar da mudança de uso, a edificação ainda é conhecida como Igreja de São Tiago, mantendo a nova função sob uma forma totalmente removível, caso em algum momento no futuro essa função já não faça mais sentido.

Figura 78 - Fachada da Igreja de São Tiago após a mudança para o novo uso como livraria.



Foto - Google Images. 2024. Fonte da imagem: Google street view/ Google Earth

Abaixo serão apresentadas as análises do projeto:

Quadro nº 8: Análise do projeto de intervenção na antiga Igreja de São Tiago a partir de parâmetros orientativos.

			Tipo de intervenção	
Projeto:			Opção de equilíbrio / ação de intervenção harmoniosa e respeitosa	Opção de tensão/ ação de intervenção propositalmente contrastante
Função social – dimensionamento adequado para a nova função escolhida;	Sim	Não	A proposta não demandou a construções de anexos	
Função cultural – permanência de elementos estilísticos, arquitetônicos e ambientais;	Sim	Não		Houve a permanência e recuperação de elementos originais do uso religioso mas que foram incorporados para outras funções, como o altar.
Coerência e contexto – escolhas de novos elementos, se há conexão para relembrar ou valorizar o uso original religioso;	Sim	Não		A proposta da decoração e de elementos estruturais não se referem diretamente à temática religiosa, utilizando de linguagem atual
Reversibilidade no projeto de intervenção	Sim	Não	Todas as intervenções são reversíveis	
Programa de necessidades – evita alterações e descaracterização espacial para adaptação do novo uso;	Sim	Não		A intervenção cria uma nova volumetria e espacialidade.

Função simbólica – manutenção dos valores atribuídos originalmente juntamente com a criação de novos valores, alinhados de acordo com a aplicação da perspectiva museológica;	Sim	Não	É reconhecível o passado religioso apesar da intervenção.	
Função econômica – se o novo uso auxilia na manutenção e conservação da edificação;	Sim	Não	Todas as atividades realizadas são cobradas.	
Destino dos objetos móveis e integrados, alinhado de acordo com a aplicação da perspectiva museológica;	Sim	Não		Retirados e encaminhados para acervos ou exposição em museus
Resultado da ação de intervenção para mudança de uso;	Devido à significativa alteração na percepção espacial interna do templo, este projeto pode ser reconhecido como uma intervenção que optou pela tensão em relação à preexistência. Ainda assim, o valor histórico do uso religioso é preservado, uma vez que o edifício continua exercendo uma função social e mantém sua relevância como um marco no contexto urbano. Essa dualidade entre transformação e preservação reforça o papel da arquitetura como um agente de diálogo entre passado e presente.			

Fonte do quadro: elaborado pela autora. 2025

3.3 Projeções para o desenvolvimento de mudanças de usos em patrimônios religiosos edificados no Brasil

Diante da necessidade de elaboração de uma metodologia segura para evitar arbitrariedades na escolha da nova função e das ações de intervenção arquitetônicas, as pesquisadoras Pozzobon *et al* (2019) criaram uma estratégia de análise de decisão multicritério (ADMC). O objetivo é maximizar o valor do patrimônio, auxiliar na conservação e alcançar reusos mais eficazes, por meio de ferramentas matemáticas e da coleta de dados quantitativos. As autoras explicam que a ADCMC abrange todas as etapas de tomada de decisão, resultando no “momento-chave” para uma escolha final de uso.

As análises foram baseadas nos seguintes critérios: a edificação estar sem uso, não ter sofrido tentativas prévias de conversão e estar sujeita a usos escassos, além de considerar a orientação dos documentos da ONU e do Código do Direito Canônico sobre a escolha de novos usos que não sejam indecorosos ou sórdidos.

Dessa forma, a análise de Pozzobon *et al* (2019) chegou a três categorias de opções de reutilização:

- Categoria social: opções de centro cultural, centro comunitário paroquial, centro juvenil e ponto de encontro de escoteiros;
- Categoria turismo: opções de ponto de informação, galeria de exposições e parada em roteiro turístico local;
- Categoria econômica: opções de empresa / oficina com o uso de caridade ou observatório;

Para aplicações das opções eram considerados os caracteres existentes na localização da edificação, assim como, dados espaciais e de características da população, como a história, grau de conservação, tamanho, relevância litúrgica no passado, proprietários, caráter da sociedade e vocação turística, entendendo que nenhuma intervenção deve permanecer isolada, necessitando de uma visão territorial unificada (Pozzobon *et al*. 2019. pag. 348).

Ao refletir sobre o resultado da análise proposta pelas pesquisadoras, torna-se possível considerar uma adaptação da metodologia para o contexto brasileiro, considerando as especificidades levantadas até o momento. Foram identificadas algumas alternativas recorrentes no país que podem ser acrescidas nas categorias criadas pelo estudo:

- Categoria social: opções de centro cultural, centro comunitário paroquial, centro juvenil, Centro de assistência social / estudo, espaço multi-religiões/ ecumênico, teatro/ casa de concertos;
- Categoria turismo: opções de ponto de informação, centro de visitantes, galeria de exposições, parada em roteiro turístico local e museu;
- Categoria econômica: opções de empresa / oficina com o uso de caridade, escritório comercial, hotelaria, comércio, hospital ou clínica;

De acordo com o estudo realizado para esta tese, foram identificados alguns usos recorrentes em nível internacional, como museu, hotelaria, centro comunitário, habitação e comércio (figura 79). No entanto, cada uma dessas opções apresenta prós e contras, que devem ser analisados a partir de diferentes perspectivas de impacto. Entre os aspectos fundamentais para essa avaliação estão o impacto urbano — considerando as carências de usos e vocações urbanas, as demandas e o perfil da população local, as características do fluxo turístico e a viabilidade financeira da proposta.

Figura 79 – Opções de novos usos para edificações católicas abandonadas ou subutilizadas em nível internacional.



Autor: produzido pela autora. Novembro de 2024

No Brasil, poucos casos de mudanças de uso de igrejas foram oficialmente implementados, o que torna relevante uma reflexão sobre os contextos culturais e sociais que envolvem essas alternativas. Entre elas, destaca-se o uso como habitação, prática mais comum em países como Estados Unidos e Canadá.

A conversão de igrejas em residências parece ser pouco aceita no Brasil, onde predomina a tendência ao abandono e à falta de utilização dessas edificações, mesmo diante do risco de desmantelamento e saque. Quando ocorre a apropriação desses espaços, observa-se que se dá, majoritariamente, como abrigos temporários para pessoas em situação de rua, aproximando-se mais de iniciativas voltadas à caridade e assistência social. Para que uma adaptação residencial seja feita de maneira segura e estruturada, seria necessário um planejamento adequado, especialmente considerando o alto índice de déficit habitacional na década de 2020.

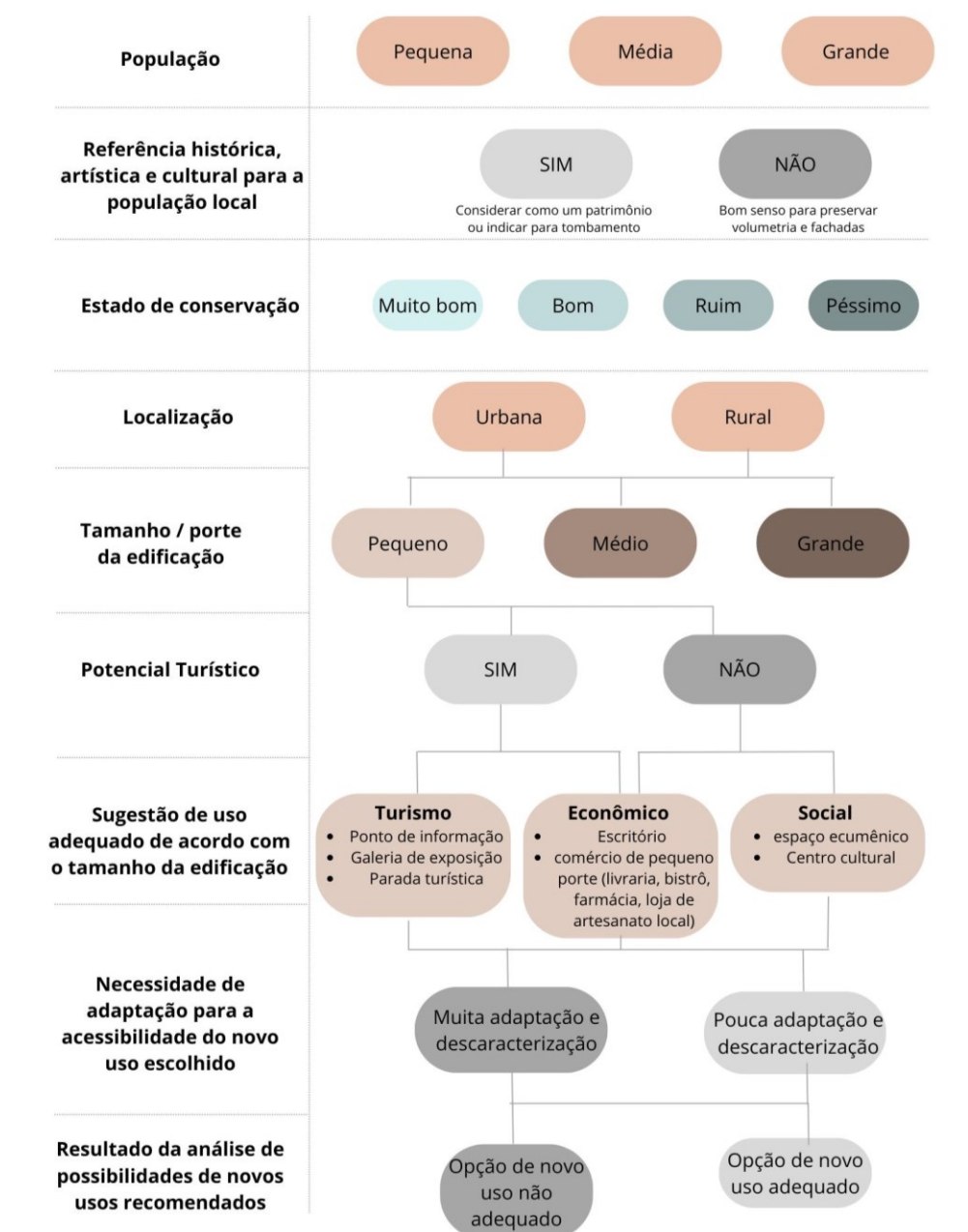
Dessa forma, no contexto brasileiro atual, o uso como habitação não se mostra uma alternativa viável. A falta de recursos e diretrizes acessíveis à população dificulta qualquer tentativa de conversão planejada, aumentando o risco de degradação e acelerando a perda de bens religiosos edificados. Tal cenário evidencia a necessidade de políticas públicas mais eficazes para a preservação e reutilização desses espaços históricos.

Com base na metodologia desenvolvida por Pozzobon et al. (2019), foi possível estabelecer um paralelo orientativo fundamentado na realidade brasileira, identificada ao longo desta pesquisa. A partir desse estudo, elaborou-se um mapa mental que apresenta os parâmetros de limitação, como o porte da edificação (pequeno – capelas, médio – igrejas e catedrais, grande – basílicas e mosteiros / conventos/ colégios), o potencial turístico, o impacto urbano e social da localização, bem como a consideração

da necessidade de adaptações para garantir a acessibilidade do novo uso, baseando-se na norma técnica NBR9050, conforme o comentado anteriormente.

Nas figuras 80, 81 e 82, encontram-se os esquemas que ilustram esse mapeamento, destacando as alternativas viáveis e seus respectivos efeitos no contexto local.

Figura 80 - Mapa mental orientativo para escolha de um novo uso para edificação católica abandonada ou subutilizada de pequeno porte.



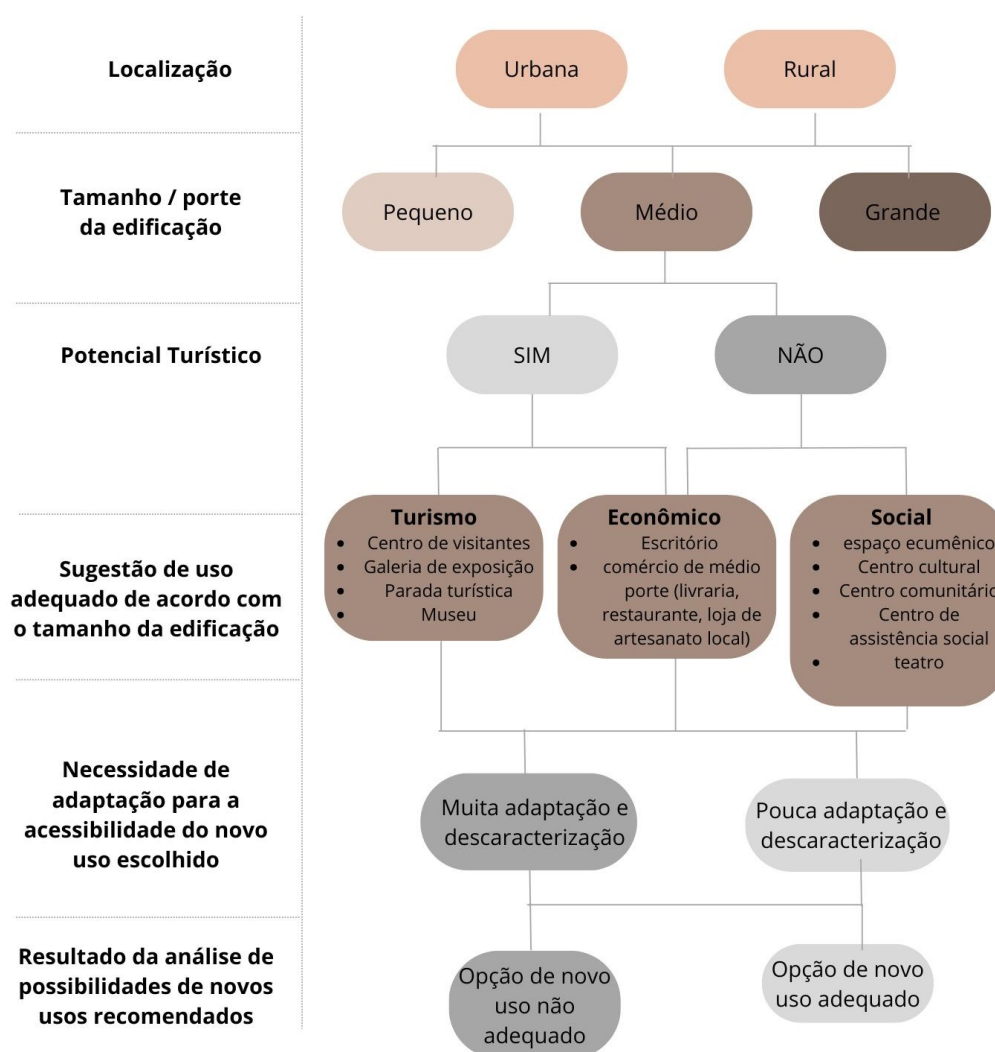
13

Autor: Baseado em Pozzobon *et al* (2019) e adaptado pela autora. Abril de 2025

¹³ A classificação do porte dos municípios é estabelecida a partir dos dados atualizados do Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Conforme os

Ao analisar a possibilidade de intervenção em edificações de pequeno porte, reconhecem-se limitações quanto à sua adequação para uso museológico, uma vez que a implantação de um museu pressupõe a existência de espaços específicos, tais como reserva técnica, áreas de conservação e restauração do acervo, entre outros requisitos. Diante dessas restrições de ordem espacial, a alternativa mais viável indicada foi a utilização como galeria de exposições, destinada a receber mostras temporárias e itinerantes.

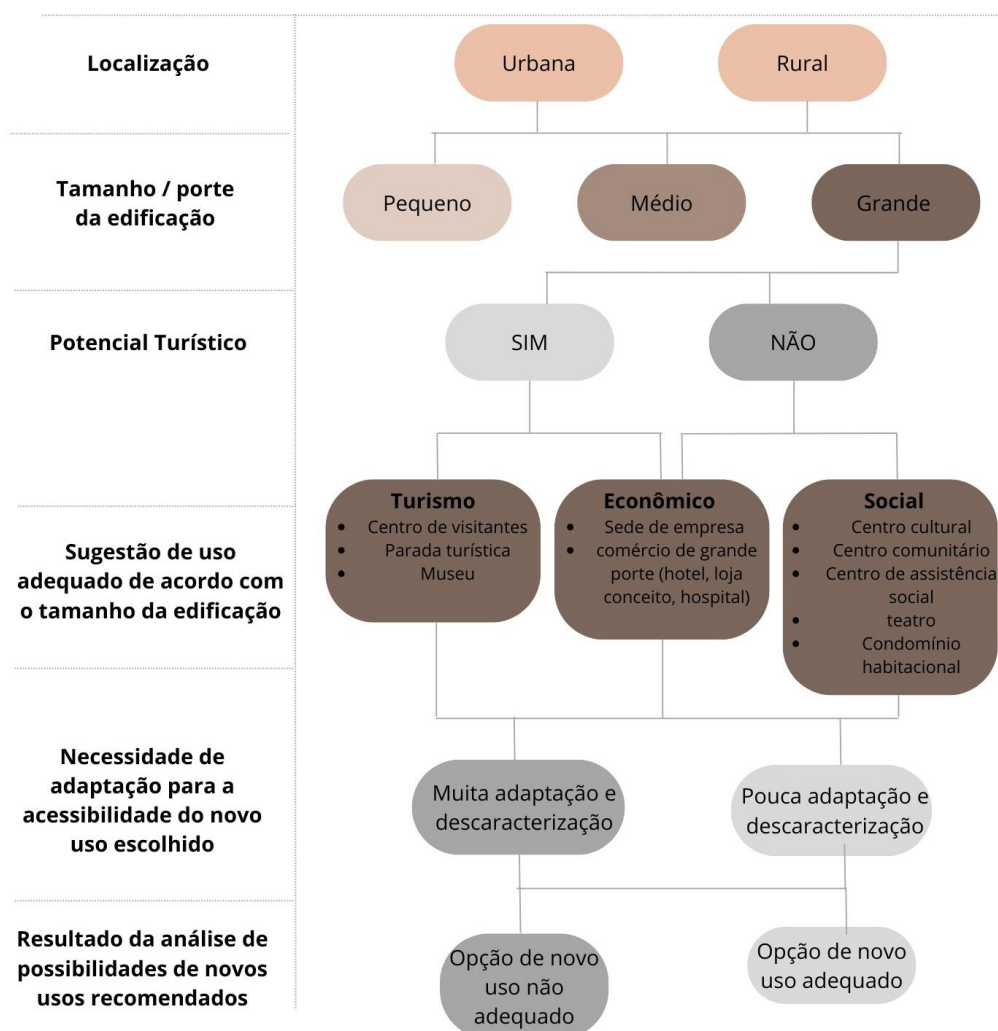
Figura 81 - Mapa mental orientativo para escolha de um novo uso para edificação católica abandonada ou uso utilizada de médio porte.



Autor: Baseado em Pozzobon *et al* (2019) e adaptado pela autora. Abril de 2025

resultados do último Censo, de 2022, os municípios de pequeno porte são aqueles com até 50 mil habitantes; os de médio porte abrangem populações de até 100 mil habitantes; e os de grande porte são definidos como aqueles com até 900 mil habitantes (IBGE, 2022)

Figura 82 - Mapa mental orientativo para escolha de um novo uso para edificação católica abandonada ou uso utilizada de grande porte.



Autor: Baseado em Pozzobon *et al* (2019) e adaptado pela autora. Abril de 2025

Perante esse quadro, encontra-se a possibilidade de desenvolver uma metodologia para ser utilizada como orientação. Assim, espera-se gerar sugestões respeitadas, de forma facilitada para a compreensão da comunidade local, mostrando que a alternativa de fazer uma mudança para um novo uso não religioso em edificações católicas desativadas, é algo possível, viável financeiramente e sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve início com um aprofundamento sobre aspectos da religião católica, explorando seu processo de grande expansão territorial e sua influência nas conformações culturais, analisando-se as transformações que essa manifestação religiosa operou no meio urbano por meio de suas edificações, com o objetivo de compreender as características arquitetônicas específicas que funcionam como símbolos.

Em um segundo momento, tornou-se essencial investigar a situação atual do patrimônio edificado católico, estabelecendo análises para verificar o estado de preservação dessas construções, se encontram-se subutilizadas, desativadas, abandonadas, descaracterizadas ou em processo de arruinamento. O propósito dessa pesquisa era confirmar se essa tendência de aproveitamento de espaços religiosos, adaptando-os oficialmente para novos usos não sacros, realmente se manifesta na prática.

Essa etapa do trabalho foi conduzida em diversas escalas — desde uma perspectiva mundial e continental até um enfoque específico no Brasil — para permitir uma comparação entre a realidade brasileira e a de outras partes do mundo, no que se refere à abordagem desse tema. Vale destacar a dificuldade encontrada na realização dessa investigação, pois não foram identificadas produções acadêmicas ou levantamentos realizados por órgãos de preservação que apresentassem um quantitativo oficial sobre edificações religiosas católicas convertidas para novos usos. Os poucos materiais disponíveis referem-se a pesquisas acadêmicas que estimam alguns números na Europa, particularmente na Itália.

Paralelamente, os exemplos mais notáveis de reutilização de edificações religiosas no Brasil foram visitados pessoalmente pela autora, permitindo uma análise a respeito da expectativa de aceitação por parte da população, dos desafios e soluções pós-ocupacionais dessas adaptações e do impacto político, econômico e cultural gerado em suas respectivas regiões.

Observa-se uma recepção positiva para os casos em que houve transformação para diferentes usos, como museus, centros culturais e instituições de diversos segmentos. No entanto, percebe-se que esses espaços tendem a ser mais frequentados por turistas do que pela população local. Ainda assim, essas adaptações parecem ser amplamente reconhecidas como elementos de preservação da memória local. Isso se deve ao fato de que, na maioria dos casos, as intervenções não provocaram uma

descaracterização expressiva do ambiente, permitindo que a composição interna e a ambiência da edificação religiosa original permanecessem perceptíveis. Dessa forma, esses espaços mantêm sua relevância histórica e cultural dentro do tecido urbano, conciliando a preservação do patrimônio à inovação e ao desenvolvimento do local.

Alguns casos de adaptação de construções religiosas para usos voltados à hotelaria e ao comércio apresentam excelente aceitação tanto pela população envolvida quanto pelos turistas, conforme os levantamentos realizados durante esta pesquisa. Esses exemplos ganharam força por meio da inovação e demonstraram um impacto positivo na economia regional, proporcionando investimentos significativos na manutenção e conservação de tais edifícios, mesmo que não apresentem referências explícitas ou respeitadas ao passado sacro original.

Há uma distinção marcante entre os casos encontrados no Brasil e os registrados em países europeus, com as adaptações brasileiras concentrando-se majoritariamente na conversão de edificações religiosas em hotéis, restaurantes, lojas de souvenirs religiosos e museus — alternativas que conseguem preservar, de alguma forma, a proximidade com os programas arquitetônicos e estéticos originais desses espaços. Já na Europa, observa-se uma abordagem mais diversificada, incluindo livrarias, bares, boates, teatros e casas de shows, com algumas dessas novas ocupações provocando, deliberadamente, uma tensão com o antigo uso religioso, recorrendo a símbolos e referências que evocam o pecado ou entidades associadas ao negativo.

A estratégia de interpretar o patrimônio edificado católico e adaptá-lo para ser utilizado como um museu-casa também se mostra adequada, garantindo a interpretação dos mobiliários e de seus símbolos dentro de seu contexto original. Assim, a atividade de visitação pode ser realizada de forma segura, além de permitir que outros usos coexistam na edificação, principalmente, os que também tenham cunho social, para que a visitação pela população local continue sendo estimulada, mesmo tendo somente uma exposição permanente, sendo uma forma de o museu cumprir seu papel social, levando conhecimento, fomentando cultura e o posicionamento crítico pela sociedade.

Nos casos brasileiros, particularmente em mosteiros, conventos e colégios adaptados para a hotelaria, há uma preocupação em manter vínculos administrativos com as ordens religiosas ou preservar elementos originais do uso sacro, como a manutenção de capelas, oratórios, mobiliários fixos — pias batismais, elementos escultóricos, mobiliários fixos, órgãos musicais, entre outros. Essa abordagem reforça a

conexão com o passado, promovendo uma adaptação mais sensível à memória arquitetônica e simbólica dessas edificações.

A preservação da ambiência antiga é frequentemente utilizada como uma estratégia para reforçar o vínculo com o passado religioso e, ao mesmo tempo, atrair visitantes por meio do estímulo à curiosidade e ao mistério. Essa abordagem se manifesta em iniciativas de marketing, como os slogans que convidam os hóspedes a vivenciar uma atmosfera histórica, a exemplo do que se observa na Pousada do Mosteiro do Caraça, em Minas Gerais, no Hotel Pestana, localizado no antigo Convento do Carmo, no estado da Bahia, e na Pousada da Conceição, em Pernambuco.

Os casos de adaptação para centros comunitários também apresentam ampla aceitação, especialmente entre as populações locais. Há uma percepção de que a reutilização desses espaços representa uma alternativa viável para preservar o patrimônio, mantendo os valores originalmente atribuídos pelos habitantes — especialmente a preocupação e o cuidado com a comunidade. Mesmo que essas edificações sejam um pouco descaracterizadas, o novo uso enfatiza o compromisso de levar informação, apoio e fortalecer os laços sociais.

Quando a religião católica ainda é predominante na localidade onde um patrimônio religioso é convertido em centro comunitário, a nova função pode ser integrada à instituição católica por meio de uma administração conjunta. Nesses casos, observa-se a oferta de atividades voltadas à coletividade, como aulas de artesanato e culinária, eventos para a população idosa e para crianças, assim como programas de acolhimento social para pessoas em situação de rua e a distribuição de mantimentos, medicamentos e serviços de atendimento médico. Essa abordagem reforça o papel das edificações religiosas como espaços de apoio e inclusão, mantendo sua relevância social mesmo diante da mudança de função.

Embora a adaptação de edificações religiosas para moradia seja uma prática oficial em países da Europa e da América do Norte, essa alternativa ainda não foi bem incorporada no Brasil. Sabe-se que há prédios de uso sacro, como igrejas e mosteiros que oferecem moradia para funcionários dedicados à manutenção da instituição, porém a venda e transferência desse patrimônio para pessoas físicas, sem um propósito social ou econômico explícito, ainda não se configura como uma opção viável no país. Esse processo, geralmente sob a responsabilidade dos órgãos de preservação e do governo local, enfrenta desafios relacionados à regulamentação e aceitação pública.

Acredita-se que a baixa adesão a essa alternativa esteja ligada, em primeiro lugar, à ausência de diretrizes claras por parte dos órgãos responsáveis pela

preservação e pela administração pública. Além disso, há uma evidente dificuldade de acesso a informações voltadas ao público sobre os processos de reutilização desses espaços.

No âmbito da preservação do patrimônio, já existem alguns exemplos semelhantes em outras categorias de edificações. Estações ferroviárias foram convertidas para moradias, assim como fábricas passaram por adaptações para dar origem a grandes condomínios habitacionais. Esses precedentes demonstram que, em determinadas circunstâncias, o reaproveitamento de edificações históricas pode ser uma solução viável, desde que haja planejamento adequado e uma estrutura de apoio que garanta a sustentabilidade da iniciativa.

Ainda que o uso residencial tenha similaridades com a hotelaria, observa-se uma barreira significativa no Brasil quando se trata do controle das intervenções realizadas em patrimônios religiosos vendidos a pessoas físicas. Essa dinâmica difere do modelo adotado no setor hoteleiro, onde, apesar de as edificações servirem para estadias temporárias, elas são administradas por empresas ou até mesmo mantidas sob vínculo com ordens religiosas, que destinam parte dos lucros à conservação desses bens históricos.

Essa limitação no contexto brasileiro pode estar relacionada a fatores culturais, especialmente, às tradições construtivas e aos métodos de manutenção empregados ao longo do tempo. A preocupação com a preservação do patrimônio, aliada à ausência de diretrizes claras que regularizem a adaptação de igrejas e conventos em residências privadas, dificulta a aceitação desse modelo de reutilização. Dessa forma, a transformação dessas edificações em espaços habitacionais no país ainda enfrenta desafios estruturais e normativos, diferindo das práticas observadas em outras partes do mundo.

Tradicionalmente, há uma resistência significativa no Brasil à aplicação da conservação preventiva, aliada à prevalência da autoconstrução¹⁴, prática que permite intervenções de risco serem realizadas sem a orientação de um técnico autorizado. Como resultado, muitas unidades habitacionais são erguidas de forma irregular, reflexo da carência de fiscalização por parte dos órgãos responsáveis.

Para viabilizar e consolidar a obrigatoriedade de um responsável técnico, seria essencial a criação de diretrizes claras, normas regulamentares e iniciativas de

¹⁴ Autoconstrução é o nome dado à construção de moradias de baixo custo por seus próprios usuários, como ocorre em morros e periferias dos centros urbanos, assim como em regiões afastadas dos centros e que normalmente não contam com muitos recursos e assistência técnica adequada, conforme coloca a Mestre Arquiteta e Urbanista Marília Matoso (2021).

educação patrimonial promovidas pelos órgãos competentes. Essa abordagem já é adotada em diversos países europeus, como França e Holanda, onde medidas estruturadas contribuem para a preservação do patrimônio edificado e garantem que qualquer intervenção seja realizada com segurança e responsabilidade.

Em algumas regiões do hemisfério norte, houve um avanço significativo na preservação de edificações religiosas por meio da criação de subseções especializadas dentro dos órgãos de conservação patrimonial. Essas iniciativas se destacam pela elaboração de diretrizes específicas para a reutilização desses espaços, levando em conta o posicionamento da Igreja Católica, bem como as recomendações do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e do Conselho Internacional de Museus (ICOM).

Esse modelo de gestão reflete uma abordagem estruturada e sensível à complexidade das edificações sacras, reconhecendo sua importância histórica, arquitetônica e simbólica. Além de fornecer orientações técnicas, essas subseções buscam equilibrar a necessidade de conservação com soluções viáveis para novos usos, garantindo que qualquer intervenção respeite os valores culturais e espirituais originalmente associados ao patrimônio religioso. A aplicação de práticas semelhantes no Brasil poderia contribuir para uma abordagem mais eficiente na preservação e requalificação desses espaços, ampliando as possibilidades de reutilização e incentivando a valorização do patrimônio religioso como elemento essencial da identidade cultural.

Os casos de adaptação de edificações religiosas para usos hospitalares, embora menos recorrentes, têm origem em uma tradição histórica na qual ordens religiosas prestavam serviços de saúde às comunidades. Esse tipo de conversão é especialmente viável em estruturas arquitetônicas como conventos, mosteiros e colégios religiosos, que apresentam características espaciais adequadas para abrigar instalações hospitalares. Para empresas do setor de saúde, essa alternativa pode gerar impactos sociais positivos, além de facilitar a obtenção de verbas públicas e incentivos governamentais, uma vez que alia a preservação do patrimônio à oferta de serviços essenciais à população. Dessa forma, além de contribuir para a reutilização sustentável do patrimônio histórico, essa iniciativa fortalece a conexão entre passado e presente, mantendo o legado das instituições religiosas no cuidado e na assistência comunitária.

Os resultados apresentados foram viabilizados pelo aprofundamento da pesquisa e pela construção de uma fundamentação teórica sólida como as produções da ONU e do ICOMOS. A aplicação dos métodos de análise pós-ocupacionais em

patrimônios que passaram por alterações de uso permitiu demonstrar que a escolha da nova função nem sempre determina o respeito ao passado sacro da edificação. Há verdadeiramente casos de alto contraste, como boates, que representam mudanças mais radicais. Por outro lado, as diretrizes dos órgãos de preservação e do conselho da Igreja Católica buscam indicar alternativas mais neutras, evitando precedentes que possam gerar associações desrespeitosas, impactar negativamente a cultura local ou fomentar posicionamentos de intolerância.

A análise dos casos estudados revelou que o papel do arquiteto e urbanista é, de fato, determinante na forma como a intervenção dialoga com o passado religioso. Dependendo das escolhas projetuais, o novo uso pode estabelecer um equilíbrio entre o antigo e o novo, valorizando os símbolos do uso religioso anterior e tornando essa relação uma estratégia de marketing favorável ao empreendimento. Em contrapartida, uma abordagem que enfatize a tensão pode buscar a predominância do novo sobre o antigo, desvalorizando ou até apagando a referência à utilização religiosa original. Assim, mais do que a função em si, é a maneira como a adaptação é concebida que define seu impacto na memória arquitetônica e cultural da edificação. É igualmente importante destacar a participação do museólogo, que é parte importante da equipe multidisciplinar, na elaboração do projeto de intervenção, com a função de interpretar corretamente os símbolos representativos dos valores atribuídos, direcionando os objetos que venham a ser retirados de seu contexto original em segurança, além de poder elaborar junto com o arquiteto a apresentação de como o novo uso ocorrerá para garantir uma interpretação e o posicionamento social correto e de impacto positivo.

As escolhas de intervenção arquitetônica e estética desempenham um papel fundamental na maneira como o antigo e o novo uso dialogam dentro do espaço requalificado. Como demonstrado nos exemplos analisados, a rememoração e preservação de valores históricos podem ser consideradas no processo de adaptação, mas as decisões estéticas, construtivas e a nova compartimentação dos espaços sempre exercem um impacto predominante sobre a percepção espacial e a criação de novas camadas de significado, o que justifica mais uma vez a inclusão do papel do museólogo nesse processo.

Embora essa tendência não seja tão expressiva no Brasil, é possível estimar que patrimônios católicos edificados em períodos mais recentes — especialmente após a Revolução Industrial, nos estilos neoclássico, neogótico e art déco — tendem a receber intervenções mais agressivas. Essas modificações não apenas alteram significativamente a percepção espacial, como também facilitam a introdução de novas funções que podem se distanciar mais livremente das atividades religiosas originais.

Esse fenômeno pode estar relacionado ao fato de que, nesses casos, o valor histórico pode não ser o aspecto mais determinante, abrindo espaço para transformações mais ousadas e desvinculadas do contexto sacro. Esse ponto merece um aprofundamento em futuros trabalhos, pois sugere uma abordagem diferenciada na adaptação de bens religiosos construídos em períodos mais recentes, em comparação aos exemplos de edificações mais antigas, onde há maior preocupação com a preservação dos elementos originais.

A correlação entre a escolha do novo uso e as tradições culturais locais é, sem dúvida, um aspecto que merece um aprofundamento maior, especialmente no contexto brasileiro. Os poucos casos existentes refletem uma abordagem conservadora tanto na definição da nova função quanto na intervenção arquitetônica realizada. Isso contrasta com algumas experiências internacionais, onde a compreensão do que é considerado respeitoso já passou por uma desconstrução mais ampla, permitindo soluções inovadoras sem que necessariamente haja um conflito com a memória sacra da edificação.

Essa postura mais rígida pode ser um dos fatores que contribuem para a falta de interesse na reativação das construções abandonadas, favorecendo a tendência de mantê-las em estado de inatividade, sem perspectivas de recuperação para uso futuro. Embora a população perceba o abandono de muitas edificações católicas, ainda há um sentimento de preservação, gerando a reflexão sobre o propósito da restauração: seria apenas para evitar a perda completa e manter o imóvel como um símbolo histórico dentro do tecido urbano? A conservação sem um uso funcional pode transformar esses espaços em meros monumentos ou homenagens arquitetônicas, sem que haja uma real integração com a vida cotidiana da comunidade.

A adaptação de edificações religiosas para uso como museu no Brasil tem se caracterizado por certas limitações, como exemplo de uma postura mais rígida em relação a isso. Em todos os casos analisados, verificou-se a preservação integral do espaço conforme sua função original, o que restringe a atuação da museologia na interpretação e comunicação dos eventos históricos e artísticos que conferem valor a essas construções. Essa abordagem limita a implementação de novas estratégias para a gestão de acervos e dificulta o papel social que um museu deve desempenhar. Dessa forma, entende-se que a adaptação de uma igreja para funcionamento como um museu mostra muito potencial, mas necessita de considerável investimento financeiro e de pessoal. Manter a visitação com os recursos do uso religioso, não faz a comunicação dos valores, não explica o contexto histórico e artístico, além de não garantir uma segurança adequada. Destaca-se assim, a necessidade de investimento para que o

trabalho do museólogo nessa situação detenha recursos suficientes para atingir todo o potencial existente.

Como resultado, nesses casos de grande limitação de recursos, a transmissão de informações fica essencialmente vinculada à atuação dos guias e museólogos, cuja mediação oral se torna a principal fonte de conhecimento para os visitantes. Isso dificulta uma experiência de visita mais autônoma e flexível, já que a instalação de placas informativas e outros recursos de apoio deve ser pensada para não alterar a preservação do espaço original, e não inviabilizar a realização sazonal de eventos religiosos, como casamentos e batizados, e possibilitar uma fonte de recursos paralela ao do uso como museu.

Outro desafio dessa abordagem é a dificuldade de engajamento da população local. A ausência de renovação e de atividades culturais que envolvam a comunidade cria um distanciamento e reforça o foco na atividade turística, que, por sua natureza efêmera, não contribui para a valorização duradoura do patrimônio. Além disso, essa configuração estimula que a edificação receba um programa híbrido, como lojas de souvenirs e comércio alimentício, elementos que normalmente fazem parte da estrutura de um museu e ajudam a ampliar sua interação com diferentes públicos. Uma abordagem mais dinâmica poderia permitir que esses espaços históricos se consolidassem como referências culturais vivas, equilibrando preservação e inovação.

O modelo de musealização dessas edificações católicas, especialmente quando vinculado à cobrança de taxas de acesso, tem demonstrado impactos consideráveis na relação com a população local. Situações como as observadas na Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, em Salvador e João Pessoa, além das igrejas de cidades históricas como Ouro Preto e Mariana, refletem uma tendência que, apesar de contribuir para a manutenção do patrimônio, pode criar uma barreira entre os habitantes e o uso desses espaços com o enfoque em seus valores cultural e histórico, perante ao enfraquecimento do uso religioso que ainda coexiste nessas construções.

A longo prazo, essa abordagem pode não ser a mais adequada para garantir um engajamento sustentável da comunidade local, já que restringe o acesso e distancia a população das atividades que poderiam fortalecer a conexão com o patrimônio religioso. A ausência de um modelo mais inclusivo pode reforçar o caráter turístico dessas edificações, em detrimento de sua função original como espaços de memória e devoção.

Alternativas que conciliem a preservação com o envolvimento comunitário poderiam ser exploradas, como programas híbridos que contemplem exposições

interativas, eventos culturais e sociais, além de parcerias que garantam acesso gratuito em determinados períodos para os moradores locais. Essas soluções permitiriam que os edifícios continuassem a cumprir um papel ativo no contexto urbano, sem comprometer sua sustentabilidade financeira ou seu valor histórico.

Compreende-se que, independentemente do novo uso destinado a edificações católicas abandonadas, a ação museológica deve coexistir, garantindo a preservação da memória e do significado histórico desses espaços. Essa presença pode se manifestar por meio de um espaço expositivo reduzido, da criação de novas espacialidades sem desvalorizar ou apagar os elementos originais e da comunicação efetiva sobre o histórico e as características vinculadas ao uso religioso anterior. Acima de tudo, essa integração fortalece o respeito pela edificação e pelos valores a ela atribuídos.

De forma geral, a pesquisa por meio dos dados levantados e das análises feitas confirma a hipótese levantada nesta tese: a adaptação de patrimônios religiosos para usos laicos auxilia na salvaguarda desses bens e pode reafirmar a preservação dos valores originalmente atribuídos. Assim, constatou-se que não é recomendado criar um distanciamento da população local, independentemente do uso escolhido ou da abordagem arquitetônica adotada. Embora as ações turísticas contribuam significativamente para a manutenção desses espaços, é a participação da comunidade que garante um engajamento duradouro, permitindo que a população se identifique com o patrimônio e, por meio desse vínculo, fortaleça o sentimento de cuidado e valorização da edificação requalificada.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Alberto. Qual a diferença entre Capela, Igreja, Catedral, Basílica e Santuário – entenda as características de cada estrutura dos templos da Igreja Católica. 2023. Disponível em: < <https://www.a12.com/redacaoa12/duvidas-religiosas/qual-a-diferenca-entre-capela-igreja-catedral-basilica-e-santuario> > Acesso em 23 de fev. 2024.

ARCHIDAILY. Waanders in de Broeren / BK. Architecten. Disponível em: < <https://www.archdaily.com/422678/waanders-in-de-broeren-bk-architecten> >. Acesso em 29 de abril de 2025.

ARGAN, Giulio Carlo. História da Arte como História da Cidade. Tradução de Pier Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

AZEVEDO, Carlos Moreira A. *Introduzione Generale*. 2018.in. *Diú non abitare piú*. 2019. Pag. 11-18.

BALLOUSSIER, A.V. Mundo com 8 bilhões será mais religioso, e muçulmanos colarão nos cristãos. Folha de São Paulo. 8 de novembro de 2022. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/11/mundo-com-8-bilhoes-sera-mais-religioso-e-muculmanos-colarao-nos-cristaos.shtml> >. Acesso em 21 de maio de 2023.

BAENINGER, R. DEMÉTRIO, N. B. DOMENICONI, J. O.S. Espaços das migrações transnacionais: perfil sociodemográfico de imigrantes da África para o Brasil no século XXI. *REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.*, Brasília, v. 27, n. 56, ago. 2019, p. 35-60. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-85852503880005603>.

BARRETO, Margarita. Turismo e Legado Cultural: as possibilidades do planejamento. Campinas, SP: Papirus, 2000.

BOMTEMPO, D. C. SENA, K. B.P. Migração internacional de africanos para o Brasil e suas territorialidades no estado do Ceará. *Revista Geografares. UFES. Vitória*. 2021. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/geografares/3379> >

BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. Nova York. Cambridge University Press. 1997

BRANCO, Micaela. Lugar do sagrado. Igreja como elemento dinamizador do espaço público. Universidade de Lisboa. Lisboa. Disponível em: <https://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2117/80206/70BCN_BrancoMicaela.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 30 de março de 2024 .

BRANDI, Cesare. Teoria da restauração. Trad. Beatriz M. Kühl. 4 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

BRASIL. Ministério Do Turismo. Conheça 23 patrimônios da Humanidade que ficam no Brasil. Disponível em < <https://www.gov.br/turismo/pt-br/secretaria-especial-da-cultura/assuntos/noticias/conheca-23-patrimonios-da-humanidade-que-ficam-no-brasil> >. Acesso em 04 de agosto de 2023.

BRULON Bruno. Passagens da Museologia: a musealização como caminho. *Revista Museologia e Patrimônio*. Rio de Janeiro. V. 11, n.2, p. 189-210. 2018.

BOSTON UNIVERSITY. World Religion Database. Disponível em < <https://www.worldreligiondatabase.org/data/> >. Acesso em 13 agosto de 2022

CAYER, N., & SCHEINER, T. C. Casas históricas e museus-casa: conceitualização e desenvolvimento. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 16(2), 1-5. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2020-0108> . Acesso em 03 de outubro de 2024.

CHAGAS, Mario. Há uma gota de sangue em casa museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó: Argos, 2006.

CHAVES, Sandra Maria. Apostila: Teologia para Engenharias e Arquitetura. Pontifícia Universidade católica – PUC. Goiás. 2018. Disponível em: <https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17529/material/APOSTILA_2018-2.FIT%201620_Eng.Arq.A01.pdf> Acesso em 12 de Jan 2023.

CHOAY, Françoise. Alegoria do patrimônio. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade. 2001..

CHOAY, Françoise. O patrimônio em questão. Antologia para um combate. Tradução: João Gabriel Alves Domingos. Coleção Patrimônio. Ed. Fino Traço. Belo Horizonte. 2011.

COOMANS, Thomas. O que podemos aprender com meio século de experiência com igrejas redundantes? Uma avaliação crítica de um patrimônio em risco. *in Diú non abitare piú.* Tradução nossa. 2019.

CROOKE, Elizabeth. *Museums and Community – Ideas, issues and challenges.* Ed. Routledge. London. 2007

CULLEN, Gordon. Paisagem Urbana. 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. Conceitos-chave de Museologia. Trad. Bruno Brullon Soeates e Marília Xavier Cury. São Paulo. 2013.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**, 2025. Disponível em: < <https://www.dicionarioetimologico.com.br/busca/?q=equilibrio>>. Acesso em 11 de abril de 2025.

DURKHEIM, Émile. As Formas Elementares da Vida Religiosa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ELIADE, Mircea. O sagrado e o profano: a essência das religiões. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FABRE, Xavier. *Cinq cas de réutilisation, méthode d'analyse. In: Architecture et Réutilisation des Bâtiments Anciens.* Paris: CNRS, 2018.

FARIA, J,P,R. A Musealização da Arquitetura Histórica no Circuito Cultural Praça da Liberdade em Belo Horizonte. VIII Seminário Nacional do Centro de Memória – Unicamp. Campinas. 2016.

FRATTARI, A., & ALBATICI, R. Adaptation of redundant churches to alternative uses in the Italian context. In XXXIII IAHS World Congress on Housing: Transforming Housing Environments through Design (pp. 1-5). 2005. Disponível em: <<https://repository.up.ac.za/bitstream/handle/2263/10354/Adaptation%20of%20redundant%20churches%20to%20alternative%20uses.pdf>>. Acesso em 09 de dez 2023.

GABATZ C.; ZEFERINO. J. As contribuições de Émile Durkheim para compreender a Religião na contemporaneidade. *Revista Eletrônica Correlativo*. V. 16. N.2 2017.

GIOVANNONI, Gustavo. Gustavo Giovannoni: textos escolhidos. Cotia, Ateliê Editorial, 2013, p. 95-96.

GROOP, K., & DAHLBACKA, J. (2023). Religious heritage and change in the North. *Approaching Religion*, 13(2), 1-5. <https://doi.org/10.30664/ar.132062>. Acesso em 09 de dez 2023.

GOMES, E.C.; MARTINS. A. D. Estratégias de preservação do patrimônio religioso cristão edificado em dois contextos europeus. In *Religião e Sociedade*, p. 71-100. Rio de Janeiro. 2017. Disponível em:< DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0100-85872017v37n3cap03>>

GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA- CIA. *The World Factory*. Disponível em: < <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/brazil/#people-and-society> .> Acesso heim 10 de março de 2023.

GERBARA, Ivone. O que é Cristianismo. Ed. Brasiliense. São Paulo. 2008.

HELLER, Eva. A psicologia das cores: como as cores afetam a emoção e a razão. Tradução Maria Lúcia Lopes da Silva. -- 1. ed. -- São Paulo :Gustavo Gili, 2013.

HOTEL PESTANA CONVENTO DO CARMO. Histórico. Disponível em:< <https://pestanaconventodocarmo.com-hotel.com/pt/>>. Acesso em 27 de abril de 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: Resultados Preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 ago. 2025.

ICOM. Nova Definição de Museu in Conferência Geral do ICOM. Praga. 2022. Disponível em:< <https://www.icom.org.br/nova-definicao-de-museu-2/?form=MG0AV3>>. Acesso em 24 de fevereiro de 2025.

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites; International Scientific Committee on Cultural Routes. *The ICOMOS Charter on Cultural Routes / Charte ICOMOS des itinéraires culturels*. Ratificada na 16ª Assembleia Geral do ICOMOS, Quebec (Canadá), em 4 de outubro de 2008. Paris: ICOMOS, 2008. p.11. Disponível em: < <https://publ.icomos.org/publicomos/jlbSai?html=Pag&page=Pml/Not&base=technica&ref=B65FC325D92099FA19BF9864E6561F27>>. Acesso em 29 de setembro de 2024.

ICOMOS. Declaração de Xi'an sobre a conservação do cenário de estruturas, sítios e áreas patrimoniais. Xi'an: ICOMOS 2005. Disponível em:< <https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/xian-declaration-por.pdf>>. Acesso em 04 de outubro de 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRIO E ARTÍSTICO NACIONAL. Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Disponível em:< http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_Lei_n_25_de_30_de_novembro_de_1937_pdf.pdf> . Acesso em 27 de agosto de 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRIO E ARTÍSTICO NACIONAL. Carta de Fortaleza. 1997. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Fortaleza%201997.pdf>>. Acesso 03 de outubro 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRIO E ARTÍSTICO NACIONAL. Instrumentos de Salvaguarda. 2022. Disponível em: <Instrumentos de Salvaguarda — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional > Acesso em 25 de outubro de 2024

JOHNSON, Todd M.; GRIM, Brian J. EDS. *World Religion Database* (Leiden/Boston: Brill, 2022). Disponível em: < <https://worldreligiondatabase.org/>>. Acesso em 15 dez 2023.

JORNAL “PÚBLICO”. Igreja é agora templo de skaters. 2015. Disponível em:< <https://www.publico.pt/2015/12/17/culturaipsilon/noticia/igreja-centenaria-e-agora-templo-de-skaters-1717743> . Acesso em 30 de abril de 2025

LEAL, Edwiges. “Patrimônio – Colégio Caraça”. Revista AU - Arquitetura Urbanismo - Pini Editora, São Paulo, n. 44, págs. 44 – 48, 1992.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: História e Memória. 5ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003, p. 419-476.

LIANG, W., AHMAD, Y. & MOHIDIN, H.H.B. The development of the concept of architectural heritage conservation and its inspiration. *Built Heritage* 7, 21 (2023). <https://doi.org/10.1186/s43238-023-00103-2>. Disponível em; The development of the concept of architectural heritage conservation and its inspiration | Built Heritage | Full Text. Acesso em 03 de outubro de 2024.

LIMA, Júlia Rodrigues. A fé é o que a vida tem de cru e bonito. Crônicas e artigos. 2021. Disponível em: <https://www2.ufrb.edu.br/reverso/a-fe-e-o-que-a-vida-tem-de-cru-e-bonito/>>. Acesso em 27 de outubro de 2023.

LÖFGREN, E. Les défis de la conservation du patrimoine de l'Église de Suède : financement étatique et continuité de l'usage. *Revue du droit des religions*, 3, 79-93. 2017. <https://doi.org/10.4000/rdr.841>.

LONGHI, A. La reutilización eclesial de las iglesias en desuso: cuestiones históricas y críticas en el reciente documento del Consejo Pontificio para la Cultura. *Actas de Arquitectura Religiosa Contemporánea*, 6, 218-227. 2019. <https://doi.org/10.17979/aarc.2019.6.0.6241>.

LOUREIRO. M.L.N.M; Preservação in situ x ex situ: reflexões sobre um falso dilema. In Asensio, Moreira, Asenjo & Castro (Eds.) (2012) SIAM. Series Iberoamericanas de Museología.Vol. 7. Disponível em: < <http://www.uam.es/mikel.asensio>> Acesso em: 01 de junho de 2023.

MACHADO, Jurema. LONGO, Viviane. O Museu de Mariana. In: Igreja Casa Museu. Restauro e reapropriação do Conjunto Franciscano de Mariana. Ed. Instituto Pedra. 2024. Disponível em: < <https://institutopedra.org.br/wp-content/uploads/2025/03/igreja-casa-museu-de-mariana-web.pdf>>. Acesso em 17 de março de 2025.

MARCHI, Euclides. O sagrado e a religiosidade: vivências e mutualidades. Revista: História: Questões & Debates. N.º 43, p.33-53. 2005. Editora UFPR. Disponível em: < <https://core.ac.uk/download/pdf/328063664.pdf>>. Acesso em 13 de fevereiro de 2023.

MARTINAZZO, Celso José. O pensamento transdisciplinar como percepção do real e os desafios educacionais e planetários. Revista Educar em Revista. Curitiba, v.36, e66048, 2020. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.66048> . Disponível em :< SciELO - Brasil - O pensamento transdisciplinar como percepção do real e os desafios

educacionais e planetários O pensamento transdisciplinar como percepção do real e os desafios educacionais e planetários > Acesso em 23 de agosto de 2024

MARTÍNEZ, Héctor Llanos. A igreja que trocou o crucifixo pela arte urbana. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/04/cultura/1449243199_280951.html>. Acesso em 30 de abril de 2025.

MATHIEU, S.. Le rôle des dimensions urbaine, architecturale et sociale dans le processus de requalification patrimoniale des églises catholiques excédentaires de Montréal. Thèse de doctorat, Université du Québec à Montréal. 2019. Disponível em: <archipel.uqam.ca/12518/> Acesso em 09 de dez 2023.

MATOSO, Marília. Autoconstrução assistida: um caminho inexplorado no Brasil. 2021 Disponível em: www.archdaily.com.br/br/958648/autoconstrucao-assistida-um-caminho-inexplorado-no-brasil> Acesso em 09 de set 2024..

NARLOCH, Charles. SCHEINER, Teresa Cristina; LIMA, Diana Farjalla Correia. Museu, museologia e interações disciplinares na pesquisa brasileira. XIX Encontro Nacional de pesquisa em ciência da informação. ENANCIB. Londrina. 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/336208491_Museu_Museologia_e_interacoes_disciplinares_na_pesquisa_brasileira>. Acesso em 11 de dezembro de 2024.

NORA, Pierre. *Pierre Nora en Les Lieux de Mémoire*. Tradução Laura Masello. Ed. Trilce. Montevideo. 2008.

NORBERG-SCHULZ, Christian. *Intentions in Architecture*. Cambridge, MA: MIT Press, 1965.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. Barroco e Rococó nas igrejas do Rio de Janeiro. Brasília, DF: IPHAN / Programa Monumenta, 2008. 3 t. (396 p.). Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColRotPat2_BarrocoRococolgrejasRiodeJaneiro_Vol1_m.pdf Acesso em: 06 jul. 2024

PENNICK, Nigel. Geometria sagrada: simbolismo e intenção nas estruturas religiosas. São Paulo: Editora Pensamento, 1980..

PONTIFICIO CONSIGLIO DELLA CULTURA. “Désaffectation des lieux de culte, les lignes directrices”. Vaticano. 2018. Disponível em: <<http://www.cultura.va/content/dam/cultura/docs/pdf/beniculturali/carisma/lignesdirectrices.pdf>>. Acesso em 04 de outubro de 2024.

POZZOBON, Elisabetta; KARWACKA, Ewa; SANTINI, Luisa. Knowing. Reviving and enhancing church buildings. Multicriteria decision analysis applied to underused ecclesiastical properties. In Dio non abita più qui? Dismissioni di luoghi di culto e gestione integrata dei beni culturali ecclesiastici. Artemide. ISBN 978-88-7575-328-3. Roma. 2019. Páginas 336 – 348.

PUTNAM, R. *The prosperous community: social capital and public life*. The American Prospect, Spring, 1993.

RIEGL, Alois. O culto moderno dos monumentos: sua história e suas origens. 1907. Tradução de Claudia dos Reis e Cunha. São Paulo: Perspectiva, 2020.

RODRIGUES, A. ROSA; M. & REBELO, E. Paisagem urbana edificada nos percursos turísticos pedonais das cidades de Portimão e Loulé: identidade e diversidade cultural de espaços históricos. *IX Post Graduate Conference, Management, Hospitality & Tourism*, ESGHT-ISCAL, Faro, Portugal. 2019. Proceedings Book. Disponível em: <<https://sapientia.ualg.pt/entities/publication/18a81072-f390-4634-b92d-cd064a4aeb3f>> Acesso em 13 mar de 2023.

ROSÁRIO, Rayane Soares; GARCIA, Luiz Henrique Assis. Resignifications of modernista heritage: the musealization process of the São Francisco de Assis Church. Belo Horizonte. 2024. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/1808-5245.139068> >. Acesso em 05 de abril de 2025.

RUSKIN, John. A lâmpada da memória. Tradução e apresentação de Maria Lucia Bressan Pinheiros; Revisão de Beatriz Mugayar Kühl – Cotia/SP: 2008.

SANTOS, Joaquim Rodrigues dos, NETO, José Cavalcanti. Pousada do Convento do Carmo em Salvador da Bahia: A Experiência das Pousadas de Portugal na Reabilitação de Edifícios Monásticos para Pousadas Turísticas in Anais do ArquiMemória 3 - Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado – Patrimônio Edificado: Função Social, Integração e Participação, Salvador da Bahia, Instituto de Arquitetos do Brasil, 2008.

SENADO FEDERAL DO BRASIL. Acordo Brasil–Santa Sé. – Brasília: Senado Federal, 2009. p. 62. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/243036/02652.pdf?form=MG0AV3>>. Acesso em 13 de junho de 2024.

SCHEINER, Tereza. Comunicação, Educação, Exposição: novos saberes, novos sentidos. Semiosfera, ano 3, n° 4-5, http://www.eco.ufrj.br/semiosfera/anteriores/semiosfera45/conteudo_rep_tscheiner.htm, acessado em 10 de abril de 2007.

SCHEINER, Tereza Cristina. *Musée et muséologie: définitions en cours*. In: MAIRESSE, François; DESVALLÉS, André; VAN PRAET, Marc (Org.). Vers une redéfinition du musée? Paris: L'Harmattan, 2007. p. 147-165.

SHELLEY, Bruce L. História do Cristianismo: uma obra completa e atual sobre a trajetória da igreja cristã desde as origens até o século XXI / Bruce L. Shelley; tradução Giuliana Niedhardt. — 1. ed. — Rio de Janeiro :Thomas Nelson Brasil, 2018.

SITE VATICAN NEWS. A Basílica de Santa Sofia torna-se mesquita. 2020. Disponível em: <Turquia. A Basílica de Santa Sofia torna-se mesquita - Vatican News> Acesso em 03 de outubro 2024.

SMITH, Robert Chester. Arte colonial brasileira: estudos e viagens. São Paulo: Editora Exemplo, 1947.

SCOTTISH CIVIC TRUST. New Uses for Former Church Buildings: A Study of Inspiration and Hope. The Scottish Civic Trust. ISBN 0-9540540-5-9. 2006.

STATISTICS AND DATA. ORG. *Major Religious Groups in the world - 1945/2022*. Disponível em: <https://statisticsanddata.org/data/most-popular-religions-in-the-world-1950-2022/>. Acesso em 12 dez 2023

STOLERIUY, Irina-Andreea. STOLERIUY Adrian. A possible demarcation between sacred art and religious art. Revista Europeia de Ciência e Teologia, outubro de 2014, Vol.10, No.5, 217-226. Traduzido pelo Google translator.

TEIXEIRA, Faustino. Campo religioso em transformação. In: Comunicações do ISER, Rio de Janeiro, n.69, 2014, p. 34-45.

TURNER, Karen. 19 best cities to visit in the netherlands besides Amsterdam by residents. 2020. Disponível em: < <https://www.wanderlustingk.com/travel-blog/best-cities-netherlands-besides-amsterdam>>. Acesso em 30 de abril de 2025.

UNESCO. Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural. Paris. 1972. Disponível em: < <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso em 07 de novembro de 2024.

UNESCO. Patrimônio Mundial no Brasil. Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/world-heritage-brazil> . > Acesso em 25 de jul. de 2022.

UNESCO. Lista do patrimônio mundial. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/list>>. Acesso em: 04 de Agosto de 2023.

UNESCO. Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention. Paris. 2017. Disponível em: < Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention - UNESCO Digital Library

UNESCO. Conferência de Nara. Nara. 1994. Trad. IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conferencia%20de%20Nara%201994.pdf>. Acesso em 03 de outubro 2024.

VIOLLET-LE-DUC, Eugéne Emmanuel. Restauração. Apresentação e tradução de Beatriz Mugayar Kühl; Revisão de Renata Maria Parreira Cordeiro – 3ª ed. Cotia/SP: Ateliê Editorial:2006.

VOORDT, Theo J. M. van der; WEGEN, Herman B. R. van. Arquitetura sob o olhar do usuário: programa de necessidades, projeto e avaliação de edificações. São Paulo: Oficina de Textos, 2010.

ZEPEDA. J J. L. Secularização ou ressacralização? O debate sociológico contemporâneo sobre a teoria da secularização. Revista Brasileira de Ciência Sociais. Vol. 25. N.º 73. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/v5xJPcCMmFbyCJqM5g59stb/?lang=pt#:~:text=Se%20por%20seculariza%C3%A7%C3%A3o%20entende%2Dse,que%20tal%20afirma%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9%20insustent%C3%A1vel.>> acesso em 19 de maio de 2023.

ZEVI, Bruno. Saber Ver a Arquitetura. São Paulo: Martins Fontes, 2009. ISBN: 9788578270841.